

unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

Carlos Alexandre Will Ludwig

A revolução dentro da ordem: uma interpretação da
sociologia de Luiz Pereira (1933-1985).



ARARAQUARA – S.P.
2015

Carlos Alexandre Will Ludwig

A revolução dentro da ordem: uma interpretação da
sociologia de Luiz Pereira (1933-1985).

Dissertação de Mestrado apresentada como
requisito para obtenção do título de Mestre em
Sociologia.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e
Pensamento Social.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno

ARARAQUARA – S.P.
2015

Carlos Alexandre Will Ludwig

A REVOLUÇÃO DENTRO DA ORDEM: uma interpretação
da sociologia de Luiz Pereira (1933-1985).

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno.

Data da defesa: 23/04/2015

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno – Unesp/Araraquara.

Membro Titular: Profa. Dra. Maria Tereza Kerbauy – Unesp/Araraquara.

Membro Titular: Prof. Dr. Conrado Pires de Castro – Universidade Federal de Lavras

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

A meu avô Paulo Ludwig, em memória.

Agradecimentos

Só foi possível realizar este trabalho pelo apoio irrestrito de minha família. Agradeço a meu pai Antônio e a minha mãe Vera por acreditarem em mim, principalmente nos momentos de dificuldades em que eu mesmo não acreditava. À minha tia Maria Donata e à minha avó Maria Aparecida, minha profunda gratidão pelo apoio financeiro, afetivo e espiritual.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno, agradeço pela orientação deste trabalho e pelas divertidas e instrutivas conversas nos corredores da Faculdade de Ciências e Letras sobre Brasil Império, Contemporâneo e Literatura e Sociedade. Meus sinceros agradecimentos ao meu amigo e mestre Rogério Baptistini Mendes, por me apresentar Luiz Pereira e seu magnífico *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil* ainda nos bancos da sala Florestan Fernandes, no meu último ano de graduação na Escola de Sociologia e Política e também por presentear-me com a obra quase completa do autor. Estendo meus agradecimentos ao Prof. Dr. Conrado Pires de Castro e a Professora Dra. Maria Teresa Kerbauy pelos apontamentos e sugestões feitos em minha banca de qualificação.

Minha gratidão aos funcionários e funcionárias do *campus* da Unesp de Araraquara pelo seu trabalho impecável em deixar o local perfeito para o estudo e convivência. Em especial, agradeço à Alzira Castanharo por me guiar entre os documentos da antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, a Camila Serrador e a José Luiz Avelino pela educação e presteza no atendimento na biblioteca e pelo zelo com o qual tratam o precioso acervo.

Agradeço ao meu amigo Erick Tedesco e a sua companheira Gisele Mendes Santos, por me receberem em seu apartamento em Piracicaba, além de estarem sempre à disposição para me ajudar na pesquisa ou mesmo para ouvir minhas elucubrações sobre o trabalho nos bares da vida, seja em Pirassununga ou Piracicaba.

Meus agradecimentos aos/às colegas do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pelo aprendizado, em específico aos amigos André Rocha, Alexandre Aparecido dos Santos, Vladimir Bertapeli, Gabriel Papa, João Mauro de Carvalho, Gilberto Barbosa, Renaldo Mazaro e Douglas Delgado.

Agradeço especialmente ao Sr. Celso Pereira e a Sra. Zilda Pereira, por me receberem em sua casa e compartilharem suas memórias sobre seu irmão e cunhado, além de padrinho de casamento, Zi.

Sem a força de vocês seria impossível concretizar esta bela frase e máxima do poeta inglês William Blake: *o que hoje é realidade foi outrora apenas imaginação*. Obrigado!

[...] É preciso compreender que um projeto ideológico, qualquer que seja sua aparência, tem como objetivo profundo modificar a situação de base por uma tomada de consciência de suas contradições [...]
(SARTRE, 1973, p. 167)

Resumo

Investigar a trajetória e a produção científica do educador e sociólogo Luiz Pereira (1933-1985) durante os anos de 1955-1965 é o objetivo desta dissertação. Formado em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), Luiz Pereira atuou como docente nos diversos níveis do ensino. Enquanto pesquisador participou desde o final dos anos de 1950 do debate intelectual brasileiro sobre educação e desenvolvimento social.

Pretendemos demonstrar que a obra do autor constituiu-se através da perspectiva de compreender as mudanças sociais enfrentadas pela sociedade brasileira - seus dilemas e crises, num contexto de intensificação do processo de industrialização e urbanização -, percebendo os limites, as contradições e singularidades deste processo. Como coordenadas orientadoras do estudo utilizamos os conceitos de história, biografia e sociedade de acordo com o desenvolvido por C. W. Mills em *A imaginação sociológica*.

Palavras chave: Luiz Pereira. Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil. Teoria Política e Social. Mudança Social. Educação.

Abstract

Investigate the trajectory and scientific production of the educator and sociologist Luiz Pereira (1933-1985) during the years 1955-1965 is the objective of this dissertation. Degree in Education from the College of Letters and Science Philosophy (FFCL), University of São Paulo (USP), Luiz Pereira worked as a teacher at various levels of education. As a researcher, participated since the late 50ies of the Brazilian intellectual debate on education and social development.

This research point how the author's work was constituted through the perspective of understanding the social changes faced by Brazilian society - dilemmas and crises, in a context of intensified industrialization and urbanization process - realizing its limits, contradictions and singularities of this process. As guiding coordinates of the study, we used the concepts of history, biography and society according to what C. W. Mills developed in *The sociological imagination*.

KEY WORDS: Luiz Pereira. Development of Capitalism in Brazil. Political and Social Theory. Social Change. Education.

Lista de abreviaturas e siglas

ABE – Associação Brasileira de Educação

CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

CEE – Conselho Estadual de Educação

CESIT – Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho

CRPE – Centro Regional de Pesquisas Educacionais

FFCL – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras

IAA - Instituto de Açúcar e Alcool

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

USP – Universidade de São Paulo.

PCB – Partido Comunista Brasileiro

LDBN – Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional.

GEIA – Grupo Executivo da Indústria Automobilística

SAII – Sistema Administrativo dos Institutos Isolados

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito

IIESP - Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo

PEA - População Economicamente Ativa

Sumário

1.1 Introdução	1
Seção I - Modernização Conservadora e o Ensino Normal no Estado de São Paulo	
2.1 A Revolução Distendida no Tempo	8
2.1.2 A Cafeicultura e as Mudanças Sociais	11
2.1.3 Um Ator Moderno Conservador: o Empresariado	15
2.2.1 Breve Histórico de Piracicaba	19
2.2.2 O Ensino Normal em São Paulo	26
Seção II - Desenvolvimento, Mudanças Políticas e Educação	
3.1.1 Crise do Liberalismo e Intervenção do Estado na Vida Social	32
3.1.2 Movimento Renovador de 1932	35
3.1.3 O CRPE/SP e a Campanha de Defesa da Escola Pública	38
3.1.4 As Primeiras Pesquisas	49
3.1.5 Os Institutos Isolados e a Expansão do Ensino no Estado de São Paulo	65
3.1.6 A FFCL em Araraquara	70
Seção III - Reflexões sobre uma Sociedade em Transição	
4.1.1 O Estudo da Crise da Sociedade Escravocrata e seus Resquícios	77
4.2 O CESIT como Capítulo da Institucionalização das Ciências Sociais	95
4.3 Trabalho e Desenvolvimento no Brasil	103
4.4 A Produção Posterior a 1965	122
Considerações Finais	139
Referências bibliográficas	149

A revolução dentro da ordem: uma interpretação da sociologia de Luiz Pereira (1933-1985)

1.1 Introdução

Nesta dissertação pretendemos estudar alguns aspectos da obra e da trajetória intelectual do professor e sociólogo Luiz Pereira (1933-1985). Assim, traçaremos dois eixos temáticos gerais que integram o desenvolvimento da sua produção acadêmica: educação e desenvolvimento. De início, podemos ressaltar a intensa relação teórica entre estes dois temas, revelado nas pesquisas, teses, publicações e atividades docentes realizadas pelo autor.

Luiz Pereira nasceu no município de Piracicaba, interior de São Paulo. Foi estudante normalista na Escola Sud Menucci na mesma cidade, onde se formou professor primário. Com esse diploma partiu para capital do estado onde realizou sua graduação em Pedagogia concluída em 1955.

As fontes utilizadas na investigação são de origem primária e secundária. Buscamos nos arquivos das instituições nas quais Luiz Pereira trabalhou informações pessoais e profissionais. Deste material destacamos o memorial apresentado por Luiz Pereira para o concurso de professor adjunto na USP em 1972, documento com informações mais detalhadas sobre seus trabalhos. Outras informações retiradas de seu prontuário na USP, assim como nos arquivos da antiga FFCL de Araraquara ofereceram informações relevantes para o trabalho.

Podemos dizer que a sistematização apresentada pelo próprio autor seja uma base confiável para o intuito de nossa investigação. Dentre as publicações pretendemos analisar três de seus trabalhos: A monografia de pós-graduação intitulada *A escola numa área metropolitana*; a pesquisa realizada no Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE/SP) e sua tese de doutoramento *O professor Primário Metropolitano*, depois republicada como *Magistério Primário numa Sociedade de Classes* e a livre docência *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. Outros textos e publicações serão mencionados ou pensados em referência a estas obras.

Estes trabalhos - elaborados entre 1955-1965 - estão situados num contexto de aprofundamento da modernização da sociedade brasileira no qual temas e problemas, relativos ou relacionados à educação e desenvolvimento, são vistos como chave para se vislumbrar o futuro da sociedade, e por isso pautam as diretrizes políticas e as lutas sociais intensas do período.

Como exemplo, neste curto espaço de tempo, dois golpes foram desferidos contra a ordem por conta de tensões políticas e sociais inerentes as disputas de poder político e econômico. O primeiro liderado pelo general Henrique Lott para garantir a presidência de Juscelino Kubistchek, e o segundo o golpe civil-militar de 1964.

Este processo de transformação social recheado de tensões foi estudado e interpretado como um problema teórico e político por diversos intelectuais das mais variadas gerações que com seus brilhantismos diversos contribuíram para o desnudamento de suas principais características. Sem dúvida alguma Luiz Pereira faz parte deste esforço e trabalho. Esta pesquisa, como os outros trabalhos já realizados sobre o autor¹ - guardadas as diferenças de objetivo, recorte histórico e perspectiva teórica -, discute e interpreta seus resultados, sua trajetória, além de reconhecer os méritos do autor frente questões as quais enfrentou.

A modernização da sociedade brasileira como problema, nessa dissertação, também é objeto de reflexão, pois só a partir de uma determinada interpretação deste processo podemos situar Luiz Pereira na história e compreender o sentido social, político e pessoal de suas investigações. Destarte, podemos considerar sua trajetória como a de um professor e intelectual situado num tipo de sociedade na qual a modernização se realiza de forma conservadora.

Como intelectual, Luiz Pereira buscou compreender a realidade e agiu sobre ela visando transformá-la. Duas foram suas frentes: a primeira com suas pesquisas, três das quais já estabelecemos como objeto deste trabalho; a segunda, sua atividade docente.

A título de exemplo, uma atividade acadêmica importante realizada pelo autor foi sua docência na antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras em Araraquara (FFCL), posteriormente integrada à UNESP, entre 1959-1963. Além de ministrar aulas, Luiz Pereira participou da criação do curso de Ciências Sociais, colaborando na estruturação inicial do

¹ HADLUN (2002), RIBEIRO (2007), CASTRO (2009), BAHIA (2011).

curso. Foi também pesquisador no *Centro Regional de Pesquisas Educacionais* de São Paulo (CRPE) do *Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos* (INEP).

Essas duas instituições são importantes, pois estão ligadas intimamente ao processo de modernização da vida social brasileira, na formação de profissionais e na elaboração de pesquisas fundamentais para se pensar a mudança social. O CRPE, idealizado pelo educador baiano Anísio Teixeira (1900-1971), era o braço regional do INEP nos estados. Além de ser um espaço de pesquisa, o INEP era um espaço de articulação política entre intelectuais.

Como descreveremos ao longo do texto, Anísio Teixeira será uma das três lideranças do movimento renovador intitulado *Escola Nova*. As outras duas lideranças, não menos importantes, serão Fernando Azevedo (1923-2002) e Lourenço Filho (1897-1970). A partir do manifesto de 1932 os ideários da *Escola Nova* permearão o pensamento e a organização da política e da atividade educacional, incidindo sobre a prática do ensino.

Nos anos de 1950, a campanha em defesa da educação pública reuniu novamente diversos intelectuais em torno do tema e o manifesto é republicado agora com novos nomes integrando as assinaturas, sendo um deles muito especial para este trabalho e para toda esta conjuntura intelectual e política, seu nome: Florestan Fernandes (1920-1995).

Florestan Fernandes é um dos intelectuais de destaque neste movimento de defesa da escola pública. Pretendemos demonstrar ao longo do texto que estas relações intelectuais, pessoais e políticas vão ser importantes para a prática da pesquisa. Localizado dentro da USP, o CRPE vai estar em constante apoio e diálogo com a Cadeira de Sociologia I; seus pesquisadores irão transitar pelos menos espaços institucionais – como é o caso do Luiz Pereira.

Anísio Teixeira também tinha relações com o *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* (ISEB), o qual era um espaço de reflexão sobre as questões do desenvolvimento nacional entre os anos de 1950 e 1960. Com isso pensamos lançar alguns apontamentos sobre a intensidade da vida intelectual e política do período a ser estudado, as articulações entre os atores sociais e as distintas instituições aos quais estão vinculados, marcadas muitas vezes por estilos de pensamento próprios.

Cabe frisar mais uma vez a importância de temas como desenvolvimento e educação nesta conjuntura, nos debates acadêmicos e públicos. Outro espaço importante

para a reflexão de Luiz Pereira foi o *Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho* (CESIT).

Em 1963, quando deixa seu posto de professor na FFCL de Araraquara, Luiz Pereira assume a posição de coordenador de pesquisas do CESIT. O CESIT elaborará uma série de estudos sobre a cidade de São Paulo com o objetivo de entender as principais características da industrialização e do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

As linhas gerais da pesquisa foram apontadas por Florestan Fernandes, no projeto intitulado *Economia e Sociedade no Brasil – Análise Sociológica do Subdesenvolvimento*. Dentro deste grande projeto se realizaram as pesquisas individuais de vários pesquisadores, dentre elas a tese de livre docência de Luiz Pereira *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*.

Portanto, para o intuito de nosso trabalho, contextualizar a proposta e os principais aspectos das pesquisas elaboradas no CESIT é de suma importância. Consideramos o CESIT como um momento onde as condições necessárias básicas para a elaboração da pesquisa institucionalizada começam a se estabelecer.

Porém, a vida política conturbada brasileira não iria permitir muito tempo de vida útil aos esforços do grupo de intelectuais do qual Luiz Pereira fazia parte. Em de abril de 1964 o governo de João Goulart é defenestrado pelos militares, apoiados por setores da sociedade civil.

Inicialmente, o golpe de 1964 tem relevância para este trabalho por ser um momento no qual o conflito político e social atinge um clímax em que as estruturas sociais em estado de modernização acelerada entram em contradição com certo grau de intensidade, e a atitude golpista passa ser a solução única diante de um possível e suposto colapso das instituições sociais.

O impacto na vida acadêmica e social nos pesquisadores e professores ligados a Cadeira de Sociologia I será desagregador. A seqüência de acontecimentos políticos e sociais após o golpe de abril determinará a cassação de professores. Este contexto político complexo marcou uma virada dos estudiosos para a questão do golpe, buscando interpretá-lo.

Luiz Pereira participou desta reação e por conta da conjuntura foi alçado à condição de professor responsável pela Cadeira de Sociologia I. O Brasil, sob a ditadura militar (1964-1985), ainda estava frente aos dilemas de sua modernização e a questão do

desenvolvimento industrial continuava importante, assim como a educação, no contexto vista e tratada como algo técnico. A via autocrática mais uma vez impulsionou e aprofundou as relações de tipo capitalista na sociedade e levou a fundo o impulso modernizador capitaneado pelo Estado.

Outro aspecto do trabalho a ser mencionado nesta parte introdutória é a metodologia utilizada. Essencialmente, o referencial utilizado são conceitos e ideias trabalhadas pelo sociólogo norte americano C. W. Mills em seu livro *A Imaginação Sociológica*. O conceito de “imaginação sociológica” é o eixo orientador desta pesquisa. Eis a sua definição:

[...] essa imaginação é a capacidade de passar de uma perspectiva a outra – da política para a psicológica; do exame de uma única família para a análise comparativa dos orçamentos nacionais do mundo; da escola teológica para a estrutura militar; de considerações de uma indústria petrolífera para estudos de poesia contemporânea. É a capacidade de ir das mais impessoais e remotas transformações para as características mais íntimas do ser humano – e ver as relações entre as duas. Sua utilização se fundamenta sempre na necessidade de conhecer o sentido social e histórico do indivíduo na sociedade e no período no qual suas qualidades se manifestam [...] (MILLS, 1965, p.14).

Para trabalharmos inseridos nesta perspectiva três conceitos serão utilizados por serem adequados ao nosso estudo, seguindo a concepção de Mills: biografia, história e sociedade (MILLS, 1965, p. 156). Um trabalho realizado sob o signo da imaginação sociológica traz estes conceitos no bojo das ferramentas de investigação.

Ao utilizá-las para estudar a obra e trajetória de Luiz Pereira, consideramos a necessidade de compreender a biografia do autor dentro das estruturas sociais (MILLS, 1965. p. 172), no caso a estrutura social brasileira. As mudanças sociais durante o período estudado são profundas, pois trata-se da transição de uma existência social organizada no campo para uma forma de vida localizada na cidade e tem por base a exploração do trabalho industrial.

Este momento de grande importância histórica, econômica e social foi percebido pelos pesquisadores envolvidos nas atividades de pesquisa promovidas pela Cadeira de Sociologia I e no CESIT. O processo de mudança social, suas implicações e as atitudes a serem tomadas politicamente frente à complexa situação social formada forneceram os problemas de investigação.

Como já descrevemos, a educação será um tema chave para refletir sobre o desenvolvimento social e econômico e as mudanças sociais decorrentes deste processo será o *front* no qual Luiz Pereira posicionou parte de seu interesse intelectual e profissional.

Seguindo ainda a orientação de Mills, além de situarmos Luiz Pereira dentro das instituições nas quais trabalhou, passando parte de sua vida, temos de localizar estas instituições dentro da própria estrutura social (MILLS, 1965. p. 174).

A vida do indivíduo não pode ser compreendida adequadamente sem referência às instituições dentro das quais sua biografia se desenrola. Pois esta biografia registra a aquisição, abandono, modificação e, de certa forma muito íntima, a passagem de um papel para o outro. Os papéis variam: o da criança de certa família, o de companheiro de jogos num certo grupo de crianças, o estudante, o trabalhador, o capataz, o general, a mãe. Grande parte da vida humana consiste em desempenhar tais papéis dentro de instituições específicas. Para compreender a significação e o sentido dos papéis que desempenhou e desempenha; para compreendê-los, devemos compreender as instituições de que são parte [...] (MILLS, 1965, p.175).

Partindo desta posição metodológica, pretendemos justificar inicialmente o recorte proposto para a pesquisa e seus fundamentos. No âmbito dos procedimentos, tencionamos trabalhar com fontes secundárias – livros e textos publicados por Luiz Pereira – e com referências biográficas encontradas nos arquivos das instituições onde Luiz Pereira trabalhou, as denominadas fontes primárias. Cogitamos elaborar algumas entrevistas com ex-colegas de trabalho e ex-alunos, todavia, com tempo e recursos escassos para o levantamento desses dados nos aproveitamos das informações contidas nos trabalhos de CASTRO (2010) e HADLUN (2002), além de entrevistarmos dois familiares do autor.

Do material proveniente dos textos, arquivos e entrevistas objetivamos separar, no sentido weberiano, o essencial do secundário². Este procedimento confere aos dados coletados *significado*, tornando-os passíveis de serem transformados em um problema de

² “[...] Quando exigimos do historiador ou do sociólogo a premissa elementar de saber distinguir entre o essencial e o secundário, de possuir para esse fim os “pontos de vista” necessários, queremos unicamente dizer que ele deverá referir – consciente ou inconscientemente – os elementos da realidade a valores culturais universais e destacar aquelas conexões que para nós se revistam de significado [...]” (WEBER, 1987, p. 97).

ciência social³, pois tratamos aqui de conexões conceituais entre problemas e não entre coisas objetivas (WEBER, 1987, p. 84). A importância desta digressão creditamos a palavra *interpretação* contida no título do trabalho.

Longe de qualquer formalismo, isto é central porque pensamos esta pequena pesquisa como interpretação da história e da sociedade, assim como de uma biografia, e obviamente é uma interpretação dentre outras possíveis. Dessa maneira, pretendemos justificar os procedimentos de pesquisa adotados.

O recorte temporal da pesquisa compreende as obras produzidas entre 1955-1965, período que compreende também a um percurso institucional. Estabelecidas estas diretrizes agora explicitamos a questão básica orientadora de nosso trabalho. Ei-la: qual tipo de reflexão sociológica é elaborada por Luiz Pereira em seus trabalhos, no sentido da compreensão da sociedade na qual estava inserido - marcada por mudanças sociais profundas e como o autor interpretou essas mudanças?

A nosso ver, é uma reflexão que busca compreender a mudança social e o seu sentido, num contexto social de transição da sociedade tradicional e agrário-exportadora para uma sociedade urbana e industrial. Visa identificar os entraves à mudança social - comportamentos, atitudes e lógicas originados na sociedade tradicional, de tipo patrimonial -, a partir do balanço das atitudes conservadoras e inovadoras relativas à mudança, propondo intervenções no sentido de favorecer o desenvolvimento das forças sociais modernas, ou seja, a efetivação dos valores, normas e comportamentos típicos da ordem competitiva, objetivando assim construir as bases para uma sociedade de tipo democrática.

Tendo por base a questão descrita, inserida no âmbito dos dois temas selecionados - educação e desenvolvimento -, pensamos ter elaborado um enfoque estratégico para pensarmos a obra do autor e a sua trajetória, além da sua incursão no debate intelectual do período, este estimulado pelos problemas e conflitos sociais decorrentes das mudanças sociais inerentes ao próprio processo de modernização social brasileiro.

³ “[...] o que para nós se reveste de significação não poderá ser deduzido de um estudo “isento de pressupostos” do empiricamente dado, pelo contrário, é a comprovação desta significação que constitui a premissa que algo se converta em objeto de análise [...]” (WEBER, 1987, p. 92).

Seção I

Modernização conservadora e o Ensino Normal no Estado de São Paulo

2.1 A revolução distendida no tempo

No primeiro item desta seção, pretendemos elaborar uma breve reflexão sobre a modernização da sociedade brasileira, compreendida aqui como uma revolução burguesa distendida no tempo, marcada pela ausência de rupturas sociais drásticas. O motivo desta ligeira reflexão tem como referência a necessidade de pensarmos o processo social com o qual Luiz Pereira se defronta.

Pretendemos elaborar uma descrição das linhas gerais deste processo identificando suas características essenciais, impressas através da relação política e econômica estabelecida entre a formação social brasileira com outras sociedades dentro do sistema internacional, sistema condicionado pela ação dos atores sociais.

Como sabemos, a colonização brasileira foi erigida sob a égide do capitalismo comercial⁴. Portanto, desde o período colonial os grandes proprietários já estavam inseridos no circuito das trocas realizadas internacionalmente. Apesar da posição vantajosa, esta casta proprietária estava destituída de grande parcela do poder político, além de ter os lucros imensamente reduzidos pelo pacto colonial.

A Independência (1822) é o momento onde os centros de decisão política são interiorizados e quando proprietários passam a controlar o processo econômico, político e social integralmente, consolidando sua dominação (FERNANDES, 1987). Neste mesmo contexto outro grupo importante se consolida: uma burguesia comercial nascida no interior das trocas comerciais que ganha status e poder na nova situação configurada. Ambos os grupos são fundamentais na formação do Brasil moderno, principalmente a casta de proprietários. Por conta de sua necessidade de sobreviver socialmente teve de se transformar em agente da modernização.

É também um momento de construção do Estado. O liberalismo será sua fonte de legitimidade, porém um liberalismo fortemente influenciado pelo iberismo da ilustração

⁴ Ver PRADO JR. Caio, 2004, Cap. I - O sentido da colonização.

pombalina. Um cenário para a modernização se criou quando os grandes proprietários rurais e a burguesia comercial, interessados no desenvolvimento, se estabeleceram socialmente.

Algo caracteriza a ação destes dois grupos. Eles não lutaram para alterar a posição do Brasil em relação às nações estrangeiras nem para transformar o modo de organização do trabalho. O país continuou, mesmo com sua ascensão ao poder, voltando sua economia para fora fornecendo produtos primários.

Neste período também temos a gênese de um Estado centralizador. Todo este conjunto complexo de relações, resumidos brevemente, se assentam sob a grande lavoura organizada a partir do trabalho escravo. Este é o início de um tipo de *modernização conservadora*. Para chegar ao poder estes grupos dominantes não elaboraram uma ruptura econômica, política e social com o passado colonial, foram antes assimilando pensamentos e técnicas sociais garantidoras de sua posição social que fomentaram um tipo de desenvolvimento interno progressivo. A chegada ao poder, principalmente desta aristocracia agrária, levou ao refinamento da compreensão de mundo destes *senhores rurais*, que passaram a perceber os limites e possibilidades para a sua ação política e social (FERNANDES, 1987).

A sociedade civil e a sociedade política são os proprietários. Eles condensam em si, além da figura do proprietário, a do chefe político e cidadão e estas esferas continuaram concentradas através das práticas patrimoniais. Ao realizar a Independência sem romper sua posição como um nexo da economia internacional, as elites proprietárias reforçaram a lavoura como pólo dinâmico da economia. Alguns fatores importantes emergiram desta condição. Talvez o mais fundamental deles seja a formação inicial de um mercado consumidor interno criado progressivamente.

Até então, as grandes propriedades rurais monopolizavam em seu interior toda a capacidade de criação de vida social, e este aspecto da vida é alterado quando se acelera, principalmente, a produção cafeeira. Podemos afirmar que inicialmente a tendência patrimonialista dos grandes proprietários teve certa positividade, compreendendo o termo no sentido de criar novas dinâmicas sociais.

Do momento da Independência até o segundo quartel do século XIX, as bases da economia capitalista seriam lançadas por cima das raízes da sociedade colonial. Este

período pode ser descrito como um espaço de tempo onde uma acumulação de capital de tipo estamental é realizada (FERNANDES, 1987).

A casta de proprietários - ao lançar-se como o personagem chave da modernização - é obrigada a deixar sua vida predominantemente rural e ir habitar a cidade, e esta paulatinamente se transforma no *lócus* da vida social. Os fazendeiros acostumaram-se logo com o acúmulo de papéis representados – senhor, chefe político, cidadão – inclusive assumindo os custos sociais de seu status na sociedade, no caso incrementando seu estilo de vida e consumo.

Ao assumir esta condição sua existência social assume um aspecto dramático, sendo este construir uma ordem social negadora de sua própria existência e conviver com ela. Aqui podemos perceber um dos aspectos conservadores da realidade do capitalismo no Brasil, onde o setor mais antigo da economia não se desintegra para criar o setor novo, no caso o urbano-industrial.

Essa maneira de ver as coisas sugere que existem linhas de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Uma que se origina com a própria colonização e se prende aos desígnios econômicos do capitalismo comercial [...] A outra linha originou-se da autonomização política das tendências históricas que ela engendrou, de criação de uma economia, de um Estado e de uma sociedade nacionais, sob modelos institucionais tomados da civilização ocidental moderna [...] (FERNANDES, 1987, p.81).

O próprio mercado interno se desenvolveu no interstício destas linhas mestras. Com a produção voltada para o exterior e a necessidade de importar produtos manufaturados, cresceu a importância da burguesia comercial, ator que realizará este intercâmbio comercial e uma pequena quantidade de agentes econômicos dominantes exerce esta função. Com a ideologia liberal retida no âmbito do Estado, somada a um mercado interno motivado por importações, agravou-se a condição de dependência da economia e sociedade brasileira ao restante do sistema.

Portanto, este setor da economia tem uma atuação inicial fortemente associada aos interesses externos, não apenas economicamente, mas ao importar técnicas sociais de controle e produtividade necessárias a modernização. O excedente econômico produzido

pelo setor agrário lançado no mercado citadino movimenta a renda econômica ao dar fôlego para o consumo e a uma produção manufatureira ainda incipiente.

No âmbito da mentalidade, esta burguesia nascente pode se ligar diretamente à mentalidade de tipo capitalista sem todos os problemas que esta ocasiona aos grandes proprietários rurais. Importante mais uma vez mencionar como todo este processo estava articulado ao trabalho escravo.

O processo de modernização do mercado e das relações sociais de maneira alguma veio acompanhado de um esboço de universalização de direitos políticos nem da adoção do trabalho livre como forma de classificação do indivíduo no âmbito social. Vemos, portanto, a criação de uma ordem social competitiva marcada por estas singularidades que confere distinção às outras formações históricas, principalmente a das nações centrais, e com fortes debilidades.

2.1.2 A cafeicultura e as mudanças sociais

Como descremos anteriormente, a modernização da sociedade está fortemente ligada ao campo; portanto, as modificações ocorridas no âmbito da produção agrícola assim como nas relações sociais que a sustentam são importantes para compreendermos o processo em questão. A cafeicultura será fundamental na dinâmica de mudança social pela qual enveredou a sociedade brasileira. Esta encontrará as bases materiais necessárias propícias para seu desenvolvimento, considerando a decadência dos grandes engenhos que deixaram disponíveis grandes extensões de terra agriculturáveis, mão-de-obra para o cultivo, inicialmente escrava, e uma conjuntura econômica propícia.

O café exige insumos e instrumentos de trabalho, além do cuidado cotidiano e constante, diferentemente do cultivo de cana-de-açúcar. Instrumentos e insumos são comercializados e não serão produzidos apenas internamente na fazenda. Anteriormente já comentamos a saída do fazendeiro de suas terras para a cidade; sobre seu novo status social. Sua renda também começa a se diversificar, vindo de empreendimentos comerciais citadinos ou - num momento posterior - de fábricas e manufaturas, levando a uma contínua especialização da produção oriunda da propriedade fundiária.

Este distanciamento contribui para atualização no tempo da figura do grande proprietário. Este cada vez mais se torna um gerente de sua propriedade que lhe garante o capital necessário para manutenção dos negócios e acumulação de capital, assim como fonte de poder, principalmente político. Para Florestan Fernandes, o grande proprietário, como forma de enfrentar a instabilidade política e social da moderna economia:

[...] passaria a cultivar crescentemente formas compensatórias de preservação de status (o que levaria a participar e a incentivar modelos provincianos de mundanismo e de cosmopolitismo) e buscaria novos canais de mobilidade social, econômica ou profissional para os filhos, parentes ou dependentes [...] (FERNANDES, 1987, p.114).

Nem precisamos reafirmar a insistência nas práticas patrimoniais privatistas e de todas as formas de nepotismo e mandonismo disso decorrentes. O antigo coronel não é anulado ou substituído pelo fazendeiro gerente, homem de negócios, protagonista do processo de modernização, nem pela então burguesia nascente. Estes atores coexistem.

A habilidade de sobreviver socialmente dessa casta proprietária será colocada à prova no último quartel do século XIX com a crise do trabalho escravo e as tensões políticas que levam a proclamação da República (1889). Os membros pertencentes à elite cafeeira, principalmente os provenientes do Estado de São Paulo, do oeste-paulista, estarão engajados neste processo com o objetivo de fazer garantir seus interesses e transformá-los em política do Estado.

Durante todo o Império (1822-1889), o poder central garantiu a manutenção da ordem e a integridade do território, junto com a escravidão. Os impedimentos ingleses ao tráfico de escravos e o movimento abolicionista, somados as diversas revoltas e ações internas movidas por escravos colocaram a escravidão na pauta do dia, algo incômodo para os cafeicultores paulistas dependentes da mão-de-obra escrava. Assim, os cafeicultores utilizaram todo o seu poder político para esvaziar o movimento abolicionista, reprimir as revoltas e retardar ao máximo possível a extinção do trabalho escravo, visando retirar até o último momento o máximo de lucro possível daquela mão-de-obra (FERNANDES, 1987; GILENO, 2012).

Por outro lado, a abolição da escravatura traz a necessidade de substituir a mão-de-obra. O movimento migratório ainda incipiente na primeira metade do século XIX será

intensificado e incentivado pelo governo, conjuntamente com a adoção de outras políticas de proteção à lavoura. Assim os grandes proprietários transformam seus interesses específicos em interesses coletivos.

A criação de bancos públicos e privados e a emissão de crédito também são fundamentais no período, por demonstrarem como os mecanismos comerciais e financeiros já estavam assimilados internamente com a possibilidade de serem manipulados pela política econômica, beneficiadora destes interesses.

A dinâmica do sistema capitalista levava, portanto, à adoção da mão-de-obra livre, forneceu estímulos à produção manufatureira para o mercado de consumo interno e fomentou uma economia de substituição de importações na qual o imigrante será um ator importante.

Nas condições imperantes no regime senhorial brasileiro, as oportunidades econômicas só eram abertas em duas direções: aos que dispunham de status senhorial na estrutura estamental da sociedade ou lograssem condição para atingi-lo [...] aos que dispunham de bastante capital comercial ou financeiro para se inserirem [...] o imigrante das grandes lavas anônimas não podia satisfazer nenhum dos dois requisitos [...] (FERNANDES, 1987, p.129).

O imigrante possui elementos culturais importantes para a intensificação do processo de modernização da sociedade. O primeiro seria seu não pertencimento social de origem a sociedade brasileira, garantindo assim uma subjetividade distinta, sendo o aspecto mais relevante o seu não apego às formas patrimonialistas, rompendo em parte com o código social vigente.

Frisamos que muitos imigrantes, principalmente os enriquecidos, se transformaram no típico senhor proprietário, mas num momento inicial a dificuldade de se inserir culturalmente neste novo mundo social leva-os a adotar uma postura de grupo mais fechada. Isto é importante, pois uma série de estratégias para a sobrevivência numa ordem competitiva em formação são elaboradas. Os imigrantes também vão aceitar condições de trabalho muitas vezes não aceita pelos negros, por uma série de motivos históricos.

Paulatinamente, imigrantes e descendentes irão desenvolver uma racionalidade adaptativa e vão ocupar os espaços sociais e econômicos pelos quais membros das elites proprietárias não tinham interesse, por não expressar status social. Este rol de atividades

está ligado, em parte, ao setor moderno industrial, comércio e pequenos ofícios. Partindo desta estratégia de existência, a ascensão social horizontal e vertical vai sendo conquistada.

Essas mudanças revelam uma sociedade em transição e demonstram os pontos elásticos e inflexíveis da ordem escravocrata no seu limite histórico. O principal agente da transformação, o grande proprietário, já percebeu há tempos a impossibilidade de manter uma posição privilegiada dentro da lógica competitiva devido à força econômica dos interesses econômicos externos, as conjunturas de crise e oscilações no mercado, somadas ainda a competição por melhores posições sociais e de poder internas.

A chave para manutenção de seu status e poder seria manter sob seu domínio a esfera política. Portanto, os aspectos dinâmico-competitivos colocados pela moderna economia, enquanto internalizados pela sociedade brasileira tem parte de sua força retirada do mercado e transferida para o Estado. O mercado como via de classificação social do sujeito no âmbito da sociedade brasileira vai possuir caracteres distintos das sociedades centrais, pois as formas de mediação são perpassadas pelas práticas patrimoniais, uma delas é o favor⁵.

O mundo econômico competitivo é para o senhor rural um mundo perigoso. Sua forma de ação é a objetivação do privatismo econômico. A “livre iniciativa” e a “empresa privada” são convertidas e protegidas em torno de privilégios. Além de multiplicar o poder dos agentes sociais, a competição também trabalhou como um fator de desequilíbrio para o sistema sócio-político.

[...] foi rapidamente redefinida, tanto economicamente, quanto social e politicamente, como um fator de distribuição estamental - portanto fortemente desigual da renda e do poder [...] (FERNANDES, 1987, p.156).

São várias as implicações disso. Primeiro, seria a perpetuação de elementos do passado colonial no presente moderno. Segundo, um padrão de desenvolvimento econômico foi criado a partir da relação dos atores econômicos com o estamento político, espaço onde se definem as políticas sociais e econômicas.

⁵ Para uma reflexão sobre o favor enquanto mediação social na sociedade brasileira ver o primeiro capítulo de *Ao Vencedor as Batatas*, de Roberto Schwarz (1977), intitulado “*As ideias fora do lugar*”.

Isso ficará mais claro no decorrer do processo de modernização capitaneado pelo Estado nas conjunturas de 1930 e no pós-64. Terceiro, a face autoritária e patriarcal típica do latifúndio assume a política, enfatizando a violência como forma de mediação dos conflitos.

Outras implicações são a reafirmação do privilégio nas diversas esferas da vida social ao invés da universalização de poder, renda e outros benefícios. Não obstante as desigualdades sociais decorrentes do regime de classes, a exclusão ainda ganhará contornos estamentais. Para os segmentos da população desprivilegiados a situação será dramática.

2.1.3 Um ator moderno conservador: o empresariado

Continuando o exame das linhas gerais do processo de modernização da sociedade brasileira encontramos um ator social importante: o empresariado industrial. Esse empresariado será um grupo influente na política social e econômica desde os anos de 1930, sendo mesmo determinante nos momentos históricos mais importantes, principalmente nas viradas autoritárias durante o Estado Novo em 1937 e no Golpe de 1964.

Seguimos aqui a orientação apresentada pela bibliografia consultada (BOSCHI, 1979), que para compreender o empresariado, ou a burguesia industrial, temos de entender esta questão tendo como pano de fundo a relação estado-sociedade, não contrapondo estas duas esferas, mas percebendo as suas articulações.

Politicamente, a burguesia industrial será vista como o ator chave da modernização pelos setores progressistas nacionalistas e muitas vezes pela esquerda. Nos trabalhos elaborados no ISEB⁶ a sintonia entre os interesses do empresariado e os da Nação muitas vezes coincidem. Por outro lado, noutras perspectivas a burguesia é descrita como débil e incapaz de impor sua hegemonia ao processo de desenvolvimento.

Iremos nos focar na questão da formação da burguesia industrial enquanto classe e na sua articulação enquanto parte da sociedade civil em relação com o Estado.

⁶Vários estudos elaborados no ISEB tratam da temática do desenvolvimento, dentre estes mencionamos o trabalho de Cândido Antônio Mendes Almeida, *Nacionalismo e Desenvolvimento*, além de *Ideologia e Desenvolvimento Nacional* de Álvaro Borges Vieira Pinto. Um depoimento interessante sobre o ISEB pode ser lido em *A verdade sobre o ISEB*, de Nelson Werneck Sodré.

[...] breve exame histórico da emergência dos empresários industriais resumindo o que parece ser os processos envolvidos. Há dois períodos claramente distintos: o primeiro, que pode ser traçado desde o início da década de 20 até inícios da década de 30 e o segundo que se estende até o Estado Novo em meados da década de 40. O primeiro período pode ser caracterizado como progressivamente diferenciada em relação ao polo agroexportador [...] Uma estrutura de organização de interesses aparece, tendo sua ação basicamente voltada para demandas coletivas necessárias à identidade do setor industrial em relação a outros setores da sociedade. As atividades políticas dos empresários não são dirigidas predominantemente para o Estado enquanto tal e sua prática caracteriza-se por favorecer opiniões mais liberais e descentralizantes. O segundo período é de progressiva diferenciação interna de classe, lado a lado com a burocratização das atividades dos grupos industriais. Sua ação política voltou-se então, cada vez mais para o Estado como principal foco de atenção. A incapacidade dos empresários de lidarem com conflitos intra e interclasses fortaleceu o poder do Estado no sentido do estabelecimento das bases de negociação. Os empresários industriais gradualmente passaram para uma posição de favorecer práticas antiliberais e um estilo corporativo de relações com o Estado o que, por sua vez, levaria à subordinação de sua estrutura de representação de interesses [...] (BOSCHI, 1979, p.73).

Como resposta à crescente urbanização e integração das massas na vida social e momento de repactuação entre as elites da sociedade, o arranjo político conseqüente da Revolução de 1930 será responsável por determinar as diretrizes políticas posteriores e congregará no âmbito do Estado os atores do conflito capital/trabalho.

Entre os anos de 1930-1945 a prática da substituição de importações paulatinamente é elevada à política econômica e estratégia de desenvolvimento. Esta estratégia é pautada na industrialização da sociedade, no controle do conflito social e como modelo chegará ao seu auge fornecendo as bases para o desenvolvimentismo nos anos 50.

A fase de irrupção do capitalismo monopolista se caracteriza pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais “da grande corporação” (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista) embora as tendências para esta evolução sejam anteriores, ela só se acentua no fim da década de 50 e só adquire caráter estrutural posteriormente à “revolução de 1964 [...]” (FERNANDES, 1987, p. 225).

O Brasil sob o governo de Juscelino Kubitschek (1954-1961) atraiu um maciço capital externo para lastrear a modernização da sociedade. No âmbito político e social a

modernização se realiza de maneira conservadora e economicamente tem momentos de aceleração, marcados pelos “booms” de crescimento econômico.

O empresariado, sem a possibilidade de acumular o capital necessário à aventura da modernização precisa se associar ao capital internacional para realizá-la. Nos anos 50 parecia haver um encontro de interesses entre Estado, burguesia, setores da intelectualidade e das classes trabalhadoras, cenário que de alguma maneira justificaria a ideia de burguesia nacional como ator da modernização econômica.

Esta, em tese, seria um setor contrário ao imperialismo, limitador político e econômico do projeto autônomo nacional, e aos interesses atrasados ligados ao setor agroexportador, portanto, a herança colonial. A burguesia industrial seria o ator chave para o desenvolvimento de uma sociedade urbana e industrial, com possibilidade de superar o atraso e o subdesenvolvimento.

Contudo, dentre os tipos de nacionalismos existentes no período, a burguesia industrial se afastará dos setores radicais (CARVALHO, 2001) e será sempre favorável ao modelo desenvolvimentista associado, que protegia e fomentava a indústria não dispensando o capital estrangeiro como fator de modernização social. Desta forma, o planejamento e a proteção de setores produtivos são centrais como política e estratégia de desenvolvimento.

Ainda no período anterior, nos anos 40, quando o Estado atuou como grande promotor das bases da industrialização, sua ação se deveu à necessidade do país de grandes projetos, impossíveis de serem capitaneados exclusivamente pelo setor industrial.

A industrialização das áreas periféricas estava ocorrendo numa época em que a possibilidade de concorrência com as economias centrais era remota devido às defasagens tecnológicas. O mercado interno era potencialmente mais promissor e a ocupação dos espaços econômicos internos era, portanto, necessária. Nesse sentido, pois, longe de expressar uma pretensão nacionalista, a orientação para o mercado interno dos empresários locais deve ser vista como uma tentativa do grupo de realizar seu próprio potencial econômico [...] Ao que parece o nacionalismo como um todo representou um projeto político conscientemente definido de parte do Estado e dos grupos dominantes [...] (BOSCHI, 1977, p.93).

A relação do empresariado com o Estado, mediada pela estrutura corporativa e através de relações pessoais entre membros da classe empresarial e do Estado, visou influenciar o processo a partir das decisões políticas, utilizando também como estratégia

despolitizar medidas de apoio ao setor industrial, caracterizando-as como escolhas técnicas e não políticas.

A maneira como se organizava a sociedade, a partir da mediação do conflito social pela estrutura sindical corporativa; com o crescente conflito político e cultural insuflado pela disputa entre os diversos setores sociais para imprimir determinado direcionamento político e econômico à sociedade, somados ao custo de vida crescente levou durante o Governo João Goulart (1961-64) a proposta do projeto das reformas de base. Neste período a luta política começou a ganhar contornos de radicalização, levando o empresariado, já distante das posições nacionalistas autônomas, a optar pelo interesse nacional através da ótica da doutrina de segurança.

Neste sentido, irão se aproximar dos militares e dos setores mais conservadores da sociedade brasileira, articulação que resultará no golpe de 1964. O Estado viria a ser ainda mais o *locus* do processo de modernização, principalmente na década de 1970. Podemos depreender disso algumas questões.

A primeira delas seria a já mencionada incapacidade das elites lidarem com o conflito social. A segunda questão seria o liberalismo de ocasião, pois os interesses e conflitos migram da sociedade civil para o âmbito do Estado. A terceira é a conformação de um padrão de acumulação de capital com concorrência controlada, assim certos setores são dominados pelo capital nacional e outros onde predominam o capital externo ou estatal. Desta maneira, articulam-se empresas e empreendimentos no formato de capital misto, tendência dominante no capitalismo internacional após a década de 70, no Brasil algo facilitado pela condição associada do empresariado, ocorrendo desde os anos 50.

A lógica, portanto, é a da reserva de mercado e esta é obtida a partir da relação dos atores privados com o aparelho de Estado e a partir de sua própria articulação enquanto grupo de interesse. Sem dúvida o mercado como forma de classificação econômica e social será mais uma vez um meio onde se realizam os antigos valores patrimonialistas, apesar das transformações sociais ocorridas com o advento do modo de vida urbano-industrial.

A crise do modelo de substituição de importação e do arranjo populista leva a uma saída política autoritária, enxergada por parcelas da sociedade brasileira como necessária para a manutenção da ordem e para a continuidade da industrialização orientada por projetos com grandes recursos provenientes do exterior.

A ordem competitiva, num momento de avanço e aprofundamento do capitalismo no Brasil ainda não consegue transformar a competição como um fator construtivo, principalmente como fator de redistribuição de renda e poder, pelo contrário, os interesses ligados à indústria agiram como privilegiados entre privilegiados.

Desde os anos 1950, a economia brasileira não é apenas mais uma co-adjuvante no cenário internacional, mas um pólo dinâmico da economia, abrindo um campo de possibilidade para a atuação da burguesia. Porém, o desenvolvimento interno desigual e a dominação externa reforçaram a instabilidade social e também o padrão de desenvolvimento autocrático, forma elaborada para o enfrentamento das dificuldades da nova conjuntura da modernização. A tensão pré-64 e a fragmentação dos interesses sociais levaram não a uma situação revolucionária típica, mas a um momento de crise social.

Consideramos, portanto, que o empresariado até a esta conjuntura descrita era uma parcela da sociedade que tinha por objetivo o aprofundamento da lógica capitalista na sociedade brasileira, mas não a partir de um projeto democrático e de inclusão. Percebeu os conflitos sociais como contrários à ordem necessária para os negócios e investimentos. Suas ações visaram à defesa de seus interesses e apesar da força do Estado em centralizar as decisões econômicas, o empresariado age para influenciar e garantir sua autonomia, como fica claro nos momentos posteriores na década de 1970⁷.

Acreditamos ter descrito algumas das principais características do processo de modernização conservadora. Os problemas sociais decorrentes deste processo de modernização social – a cultura do privilégio patrimonialista - vão aparecer no subsistema educacional e serão enfrentados enquanto problema por Luiz Pereira, como veremos nas seções posteriores, mas antes vamos dedicar algumas linhas sobre a cidade natal do autor: Piracicaba, interior de São Paulo.

⁷ Com o advento do golpe os governos militares passaram a contar com uma conjuntura econômica, principalmente de 1968-1972, favorável ao desenvolvimento econômico acelerado. São os anos do milagre econômico. Todavia, a crise do petróleo em 1972 abalou a economia mundial, mingando parte do capital externo direcionado aos países periféricos. O estado assumiu cada vez mais seu papel de protagonista do desenvolvimento e o grande empresariado participou das diretrizes da política econômica, sendo consultados, porém as decisões ficam cada vez mais restritas à burocracia. A estrutura da mediação sofreu alterações tendendo a fragmentação progressiva, porque o empresariado buscou alternativas às instituições corporativas ao utilizar para problemas específicos os sindicatos patronais, órgãos de classe independentes ou mesmo valendo-se de contatos pessoais. As instituições de representação tradicionais passam a mediar interesses específicos da classe (BOSHI, 1977, p.151).

2.2.1 Breve histórico de Piracicaba

O objetivo das linhas seguintes é traçar um pequeno conjunto de observações sobre a formação histórica e social de Piracicaba. Obviamente não se trata de reconstruir sua história, algo impossível para esta pesquisa e fora dos propósitos do trabalho. Todavia, consideramos fundamental elencar alguns dados históricos referentes à cidade em que Luiz Pereira viveu até a sua ida para a capital para cursar Pedagogia.

A possibilidade de se produzir uma reconstrução minuciosa do período em que Luiz Pereira viveu na cidade seria interessante, mas é impraticável pelo tempo e recurso disponíveis para a pesquisa. Portanto, traçaremos alguns dados históricos gerais da cidade e depois focalizaremos aspectos de interesse para o trabalho, ligados mais ao período de vida de Luiz Pereira na cidade, de 1933 à 1952.

Como o panorama geral, partindo das referências bibliográficas coletadas, o povoamento de Piracicaba remonta ao século XVIII. A descoberta do ouro na província do Mato Grosso, assim como a extração em Minas Gerais tornou a região um local de trânsito para as tropas que enviavam produtos necessários à manutenção da vida nas regiões auríferas.

[...] a situação econômica do Estado de São Paulo na segunda metade do século XVIII era problemática, especialmente porque os bandeirantes começaram a se desiludir com a exploração do ouro. Passaram, então, a buscar atividades econômicas alternativas, entre elas a cana-de-açúcar [...] (RAMOS, 2001, p. 58).

O início do povoamento do local se insere neste movimento. A produção de derivados da cana-de-açúcar garante a possibilidade de superar a condição de entreposto comercial dando prosseguimento à ocupação da localidade, então chamada Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba. A freguesia alcança a condição de Vila em 1822 e integrará o chamado “quadrilátero do açúcar”, que incluía outras cidades, como Sorocaba, Jundiá e Mogi Guaçu (TERCI, 2001).

A cultura canavieira se desenvolveu na região após se deslocar das áreas costeiras da província. Nas primeiras décadas do século XIX a lavoura cafeeira movimentou-se da região do Vale do Paraíba atrás de terras férteis e as encontrou na região central da então

província de São Paulo. Em Piracicaba, ambas as culturas dividirão espaço nas lavouras. Produtos como aguardente e açúcar encontravam ampla receptividade no mercado interno, assim como a produção cafeeira tinha destino certo no mercado externo (RAMOS, 2001).

A construção de espaços e instituições necessários à vida social e política da vila, incluindo uma escola de primeiras letras se inicia ainda nas primeiras décadas do século XIX. A condição de cidade é alcançada no ano de 1856 e nesta conjuntura da segunda metade do século XIX as mudanças na cidade se intensificam.

A expansão da cafeicultura em direção ao oeste paulista acarretou na necessidade de se expandir os meios de transporte e locomoção por via fluvial e ferroviária. Inserir-se neste processo era o meio de escoar sua produção e garantir espaço econômico e político para a cidade no futuro (RAMOS, 2001; TERCI, 2001).

A vida social e política de Piracicaba também foram agitadas neste período. Os irmãos Manoel de Barros e Prudente de Moraes de Barros passaram a viver na cidade trazendo na bagagem ideais de tipo republicano. Ambos advogados e proprietários de terras tornar-se-iam representantes das elites agrárias de São Paulo na transição do Império para a República. Além de pleitearem cargos públicos e políticos dedicaram-se a articular a criação de instituições, como a Loja Maçônica e o Colégio Metodista na cidade.

Outra figura de importância no período é Luiz Vicente de Souza Queiroz, proprietário de terras e posteriormente industrial. Um dos idealizadores da Escola de Agricultura da cidade, Queiroz objetivava levar as técnicas e equipamentos mais modernos para a agricultura, projeto depois assumido pelo Estado.

Nas últimas décadas do século XIX esta elite política está construindo seu espaço na nova ordem em constituição, formada a partir da crise do trabalho escravo que culmina na proclamação da República.

Em Piracicaba, a consolidação da agroindústria canavieira e a grande lavoura de café na transição republicana produzem uma aristocracia agrária poderosa, que domina todas as instâncias da sociedade, principalmente a política. [...] Com a proclamação da república o prestígio dos liberais piracicabanos foi consagrado com a nomeação de Prudente de Moraes para compor o triunvirato que governaria São Paulo, ao lado de Francisco Rangel Pestana e Joaquim de Souza Mursa. Para o governo local, foram nomeados nada menos que o *benfeitor* Luiz de Queiroz, o doutor Manoel de Moraes Barros e o Doutor Paulo Pinto. Os monarquistas piracicabanos imediatamente manifestaram seu apoio ao novo governo. (TERCI, 2001, p.54).

No final do século XIX a região abriga uma série de engenhos produtores de açúcar e álcool, além de desenvolver pequenas oficinas para a produção e manutenção de maquinário ligados à cultura canavieira. É um cenário econômico de complexidade, pois alguns engenhos possuíam capitais estrangeiros na sua formação e gestão (RAMOS, 2001).

Piracicaba nunca foi uma cidade ligada à monocultura cafeeira, de maneira que com a crise de 1929 a cidade não sofreu grandes impactos por conta de possuir uma organização produtiva marcada pela policultura. O café até então dividia espaço com a cana de açúcar e também com outros gêneros agrícolas, ligados à subsistência ou a produção fabril, como o algodão, e esta condição perdurou nas primeiras décadas do século XX. A indústria metal-mecânica desde o término do século XIX também está se instalando na cidade e ganhará continuamente mais presença, firmando-se posteriormente na década de 1920.

Neste período do início do século XX também predominavam pequenas propriedades e nas grandes extensões de terra vigorava o regime do colonato, portanto, estas duas condições garantiam a fixação do homem na terra. Todavia, após 1930 e em decorrência da crise de 29, o governo federal iniciou um processo de racionalização agrícola, criando uma série de institutos responsáveis pela regulação da produção, entre estes o Instituto de Açúcar e do Alcool (IAA), que iriam alterar o panorama da região.

A produção canavieira, por sua vez, ganhou grande incremento com a criação do IAA em 1933, quando o açúcar passou à condição de questão nacional. Dentre outras medidas, o IAA buscou estimular a exportação através de subsídios ao setor, adotou uma política de controle da produção através do regime de quotas e procurou regulamentar as relações entre produtores e compradores de cana. Principalmente a política de limitação da produção, ao proporcionar uma maior estabilidade do preço do açúcar, evidentemente, assegurou a lucratividade do setor, evitando as crises cíclicas a que o produto estava sujeito [...] (TERCI; BILAC, 2001, p. 47).

O auxílio do Estado extingue o risco do mercado e fomenta a expansão das grandes usinas que passam a investir no acúmulo da posse da terra, alterando a estrutura fundiária nas primeiras décadas do século XX, tendo como consequência a concentração de terras e a dissolução do regime do colonato, pois os colonos além de trabalharem na terra dividiam os riscos da produção com as grandes usinas atuando como fornecedores de matéria prima e não apenas mão-de-obra. Este conjunto de fatores, somados à mecanização progressiva da

produção vão ser fundamentais para expulsão do homem da terra (TERCI; BILAC, 2001, p. 56, 58, 59)

Teve início, assim, o processo de proletarização do trabalhador rural e sua transformação num assalariado à semelhança do assalariado urbano, cuja configuração será o trabalhador volante, conhecido como bóia-fria. O Bóia-fria, à diferença do camarada, não habita mais as fazendas das usinas. Foi sendo destituído deste direito à medida que a monocultura canavieira foi se intensificando no município e a sazonalidade na ocupação da mão-de-obra foi se acentuando, devido à modernização parcial da agricultura, concentrada na fase relativa aos tratos culturais, não atingindo a fase da colheita que permanecia totalmente manual e demandante de grande contingente de trabalhadores. Não havendo outras culturas que absorvessem a mão-de-obra na agricultura na entressafra da cana, os trabalhadores rurais foram pouco a pouco sendo expulsos do campo e se dirigiram às cidades. Isto resultou na unificação do mercado de trabalho urbano e rural [...] (TERCI; BILAC, 2001, p. 62).

A conjuntura dos anos trinta, portanto, possibilitou a dinamização da lavoura canavieira e o setor metal-mecânico que vinha se estabelecendo no cenário econômico da cidade firma-se enquanto ramo produtivo. Como fator dinâmico da modernização da cidade a agroindústria foi determinante e no bojo destas transformações a cidade se urbaniza, levando também a diversificação do comércio citadino.

Dos idos de 1900 até a década de 1920 a cidade não possuía um projeto modernizador, algo modificado após 1930, quando passou aspirar à condição de cidade moderna. A canalização de córregos, construção de avenidas no centro urbano e a determinação de leis e códigos sobre a construção no espaço citadino passaram a fazer parte da vida social, todavia, as mudanças ficavam restritas ao centro da cidade e os bairros em expansão continuavam com suas características rurais, a despeito de progressivamente a cidade ir desenvolvendo serviços de esgoto, eletricidade e posteriormente nas décadas de 40 e 50, transporte público. Outras esferas da vida social também foram enquadradas.

[...] o saneamento não era apenas físico, mas sobretudo moral. Era necessário civilizar a população, através da remoção dos velhos hábitos coloniais, procurando debelar todos os hábitos ou atividades que pudessem despertar os *maus instintos do povo*. Assim, a Câmara Municipal, através do código de posturas, auxiliada pela repressão policial que garantia o respeito às leis, proibia a instalação de lugares para jogos, bebedeiras e orgias nos locais centrais, proibia a mendicância nas ruas da

cidade sob pena de prisão e/ou confinamento nos asilos [...] (TERCI; BILAC, 2001, p. 98).

Dentro deste projeto de transformar-se em uma cidade moderna, um dado importante nos chama a atenção sobre Piracicaba, que é uma certa ênfase colocada na educação como importante neste processo. Desde os primeiros anos do século XX a cidade contava com uma série de estabelecimentos de ensino, chegando em 1911 a ter 40 escolas (TERCI; BILAC, 2001, p. 101). Nos anos 20 uma campanha de alfabetização da população foi liderada por Sud Menucci⁸, revelando certo protagonismo da cidade na área educacional em sintonia com as primeiras reformas e tentativas de transformação do ensino no país⁹. O resultado desta postura pode ser visto na taxa de alfabetização ostentada pela cidade de 34,3% em 1920; 55,3 na década de 1940 e 60,3% em 1950 dos habitantes alfabetizados, sendo a taxa de alfabetização do Estado de São Paulo 50,6% (TERCI; BILAC, p. 102 - 103).

Inseridos neste amplo processo de mudança social estava a família de Luiz Pereira. Segundo o Sr. Celso Pereira, irmão de Luiz Pereira, seus avós paternos chegaram à Piracicaba vindos de uma cidade vizinha, São Pedro e seus avós maternos são imigrantes italianos. Enquanto profissão, o avô paterno de Luiz Pereira, Luiz Antônio Pereira, trabalhava no matadouro municipal da cidade e seu avô materno João Sivieiro era açougueiro. Nas páginas de Aldrovandi (2009), memorialista piracicabano, encontramos uma descrição da família da mãe de Luiz Pereira. Segundo Aldrovandi,

[...] numa das esquinas da Av. Lourenço Ducatti, atrás das porteiras, ficava a oficina de carpinteiro e fábrica de lingüiça do Sr. João Sivieiro. Ilomena (Mena), sua esposa, era mãe de treze filhos [...] A casa era grande e o quintal enorme. Faziam plantação de pimenta que usavam na lingüiça e no cudiguim. [...] Quando era dia de fazer lingüiça, a família toda entrava na dança, até os amiguinhos e colegas dos filhos não faziam exceção. Eu me divertia e gostava de moer carne e ensacá-la. Dia de fazer lingüiça era para nós dia de festa [...] (ALDROVANDI, 2009. p.18).

⁸ 1892-1948. Foi professor, escritor e jornalista Piracicabano. Para mais informações, ver: NETTO, 2013, p. 134,135, 136.

⁹ Segundo Giesbrecht, Sud Menucci começou a enfrentar, politicamente, o problema da falta de professores e escolas nos anos de 1930. Era amigo pessoal dos renovadores do ensino e de parte da elite cultural do estado, como Julio Mesquita e Monteiro Lobato. Participou da criação do ante-projeto da reforma do ensino do Distrito Federal capitaneada por Fernando Azevedo, entre 1927 e 1929. Para a trajetória política e intelectual de Sud Menucci ver: *Sud Menucci: Memórias de Piracicaba, Porto Ferreira, São Paulo... Editora da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.*

A senhora Irma Sivieiro, mãe de Luiz Pereira, é nascida em Piracicaba, sendo a quinta filha do casal João Sivieiro e Filomena Sivieiro. O pai de Luiz Pereira, senhor João Pereira, também é nascido na mesma cidade. Da união entre Irma Sivieiro e João Pereira nasceram oito filhos, dos quais Luiz Pereira é o primogênito. As famílias residiam no bairro da Vila Rezende ou adjacências, onde aportavam migrantes e imigrantes que afluíam para a cidade, inclusive onde se instalavam as oficinas que impulsionavam os engenhos. Nas páginas de Aldrovandi temos a descrição do Bairro nas primeiras décadas do século XX.

[...] naqueles tempos, a vila era formada tão somente pela Av. Rui Barbosa, mais três ou quatro avenidas que terminavam na mesma, formando ângulos agudos. Entre elas diversas travessas, unindo-as. A planta do bairro se estendeu para o lado da margem direita do rio, além da Rui Barbosa, pois entre o rio e a avenida, serpenteava a linha da Sorocabana, impedindo qualquer avanço das avenidas transversais. Todas as ruas, por serem largas, eram chamadas avenidas. As ruas apareceram muito tempo depois com os novos bairros satélites da Vila Rezende. A ponte que ligava as duas margens do rio, única existente, era chamada de “Ponte Nova”. As avenidas todas de terra batida, algumas com calçadas. O bonde percorria a Barão de Serra Negra a partir da ponte e logo tomava a Rui Barbosa em toda a sua extensão, virando na caixa d’água e percorrendo então a Av. Conceição, até a estação Barão de Rezende da Sorocabana, antiga estrada de ferro Ituana. Quando chovia, o barro tomava conta de todas avenidas. Na falta das chuvas imperava o pó, amenizado apenas na Av. Rui Barbosa, pela irrigação feita várias vezes ao dia, pela carroça do Dominginho. Daí a razão da caixa d’água no encontro das avenidas Rui Barbosa e Conceição. A única condução para o povo eram os bondes que faziam horário de 40 em 40 minutos e a passagem custava apenas duzentos réis. Os estudantes podiam usar passes barateando assim o preço dos elétricos. Ônibus não existiam e automóveis, só para ricos. Nos bondes a toda hora havia o encontro e o cruzamento dos habitantes do bairro querido e o noticiário era posto em dia [...] (ALDROVANDI, 2009, p.10).

O pai de Luiz Pereira, Sr. João, alugava o terreno onde viviam da família da Baronesa de Rezende e aproveitando o terreno encharcado, tipo várzea, plantava algodão e arroz. Como vimos anteriormente, Piracicaba enquanto centro policultor em transição contava com este tipo de produção.

Profissionalmente, o Sr. João Pereira era construtor e tinha uma turma de pessoas que trabalhava junto com ele na construção de casas na cidade¹⁰ e a Sra. Irma Sivieiro cuidava da casa e de seus 8 filhos. Luiz Pereira nasceu e cresceu na Vila Rezende, onde aprendeu as primeiras letras no Grupo Escolar José Romão.

A escola “prof. José Romão” foi criada oficialmente como grupo escolar Vila Rezende, em 28/02/1925, no prédio cedido pelo engenho central na Av. Dona Maria Elisa [...] A partir da expansão da Vila Rezende, que recebia uma grande quantidade de imigrantes italianos, especialmente para trabalhar na *Société de Sucrierie Bresillienes* (Engenho Central) ou nas indústrias *Dedini*, havia carência de escolas no início do século XX. As crianças eram obrigadas a estudar no centro da cidade atravessando a ponte do rio Piracicaba. A iniciativa do engenheiro Holger Jensen Kok, superintendente da *Société de Sucrierie Bresillienes*, foi construído um edifício para brigar um grupo escolar nas terras da empresa. Inaugurado em 5 de março de 1925, o Grupo Escolar da Vila Rezende, no dia 21 de abril de 1932, passou a denominar Grupo Escolar José Romão [...] As turmas eram divididas e os meninos estudavam de manhã e as meninas à tarde. Apesar disso, o pátio usado para brincadeiras era separado em duas partes, sendo uma parte para meninos e outra parte para meninas. A escola deveria oferecer classes de 1^a e 4^a séries para crianças do bairro [...] (IPPLAP, 2012. p.44 - 46).

Após concluir o ensino básico vai estudar na Escola Sud Menucci, localizada no centro da cidade. Residiu na Vila Rezende até aproximadamente os seus 18 anos, quando se formou como normalista e partiu para São Paulo. Sua família mudou-se para a região do centro da cidade posteriormente.

Feita a breve descrição da história da cidade, acrescida de informações sobre o autor e sua família vamos tratar de algumas características do ensino normal no Estado de São Paulo e da profissão de normalista.

2.2.2 O ensino normal em São Paulo

Para pensarmos a trajetória de Luiz Pereira como educador e cientista social vamos refletir um pouco sobre sua formação profissional inicial como professor normalista. Pretendemos descrever algumas das características do Ensino Normal no Estado de São

¹⁰ Num quadro sobre a evolução industrial de Piracicaba, por ramo de atividade e número de estabelecimentos TERCÍ; BILAC anotam que nos anos de 1930 haviam 8 construtores em Piracicaba. (TERCÍ; BILAC, 2001, p. 66).

com o objetivo de perceber a importância do magistério na vida social, numa sociedade marcada pelo analfabetismo, assim como os valores que informam e fornecem o sentido da carreira de professor.

Sua formação inicial enquanto educador foi realizada na Escola Normal Sud Menucci em Piracicaba, interior de São Paulo, entre os anos de 1949 e 1951¹¹. Vamos também inserir algumas das críticas ao ensino normal, elaboradas pelo autor em sua tese *O Magistério numa Sociedade de Classes*. Posteriormente esta pesquisa será analisada integralmente.

A criação do ensino normal em São Paulo remonta ao ano de 1846 sendo estruturado de acordo com os propósitos da sociedade escravista. A crescente crise da escravidão e supressão política do Império (1822-1889) modificou aos poucos seus propósitos. A proclamação da República em 1889 transferiu a partir da constituição de 1891 a responsabilidade do ensino para as antigas províncias, transformadas agora em Estados.

Inicialmente, a escola normal existia apenas na capital. Progressivamente começaram a ser criadas escolas normais no interior do estado. Entretanto, em decorrência dos poucos recursos públicos as escolas interioranas eram chamadas de complementares e também tinham a função de formar professores. A expansão do sistema começou 1896, quando foram criadas mais três escolas complementares, uma na Capital e duas no interior, entre essas a de Piracicaba.

Após 1910 as escolas normais foram divididas em dois tipos: primárias e secundárias. As escolas complementares¹² foram então transformadas em normais primárias e neste processo foi incluída a de Piracicaba¹³. A consolidação da República e a

¹¹ A vida escolar de Luiz Pereira se realizou inteira em instituições públicas. Estudou de 1940 até 1944 no Grupo Escolar José Romão e fez o curso secundário na Escola Normal e Colégio Estadual Sud Menucci, de 1945 à 1948. Arquivos de Luiz Pereira da Unesp Araraquara. O número dos arquivos está indicado na bibliografia.

¹² Para Campos, “[...] é interessante notar que as escolas complementares não realizaram efetivamente as tarefas que lhes foram impostas, quer por dispositivo legal, quer por exigência educacional. Assim, como prolongamento do ensino primário, nunca chegaram a existir de fato, pois o Estado não tinha condições econômicas de arcar com o curso elementar de oito anos e, como escola destinada à formação do professor primário, foi de qualidade bastante inferior à da Escola Normal da Capital [...]” (CAMPOS, 1987, p.7).

¹³ “[...] no mesmo ano criaram-se mais duas normais primárias – a de Pirassununga e a de Botucatu. Em 1912, foram criadas a de Casa Branca e a do Braz. A Escola Normal de São Paulo (Praça da República) passou a chamar-se Escola Normal secundária de São Paulo e foram criadas mais duas: a de São Carlos e a de Itapetininga. Esta última foi transformada de complementar em secundária [...]” (CAMPOS, 1987, p.7).

modernização econômica e social pela qual passa a sociedade brasileira e o Estado de São Paulo demonstravam a necessidade de reformar o ensino e ampliá-lo o que ocorre na década de 1920. A erradicação do analfabetismo foi um dos propósitos da reforma e para alcançar este objetivo o curso primário teve o tempo de formação reduzido para dois anos e a idade obrigatória para a matrícula no ensino para 9 anos.

Ao reduzir a quantidade de tempo de formação esperavam incluir uma maior quantidade de pessoas nas escolas. No âmbito do ensino normal as escolas primárias e secundárias foram equiparadas. Desta maneira almejava-se elevar o nível do ensino e do profissional formado. Todavia, o ensino normal privado e municipal foram equiparados ao fornecido pelo Estado e ambos possuíam uma qualidade inferior¹⁴.

Durante os anos de 1930 as regulamentações e exigências ao setor serão mais rígidas por conta das modificações no cenário político e social nacional.

Nesse mesmo período, o ensino normal no Estado de São Paulo entrou numa fase de reformas profundas da sua estrutura mesma, que determinaram as grandes linhas de sua organização daí em diante. Com base no decreto de no. 5884, de 21/04/1933, consubstanciado no Código de Educação, o curso normal ficou assim organizado: um curso fundamental secundário de cinco anos e um curso profissional de dois anos, após o curso primário de quatro anos. O curso normal destinava à preparação de professores e distribuía-se pelas seguintes secções: Educação – compreendendo Psicologia, Pedagogia, Prática de Ensino e História da educação; Biologia aplicada à educação – com as matérias: Fisiologia e higiene da criança, Estudo do crescimento físico da Criança e Higiene da Escola e Sociologia – compreendendo: Fundamentos de Sociologia, Sociologia Educacional e Investigações Sociais em Nosso Meio [...] (CAMPOS, 1987, p.13).

No Estado de São Paulo o ensino seria reformado novamente no ano de 1947 quando foi inserido um curso pré-normal de 1 ano, funcionando como transição do ginásio

¹⁴Segundo Mascaro, “[...] o crescimento da população e a necessidade da extensão da rede escolar primária exigia formação de maior número de professores, mas esta rede de dez escolas se manteve estável até 1928, quando o governo do Estado, desejando combater, segundo dizia, crise de carência de professores e estando empenhado em imprimir novo ritmo à criação de escolas primárias para atender os reclamos da população, decidiu reformar o ensino normal, mediante duas medidas de suma gravidade: a) reduziu a um triênio a duração do curso de formação de professores, que já houvera sido de quatro e era então de cinco anos; e b) abriu as portas à participação do particular e do município na formação de professores [...]” (MASCARO, 1956, p. 26).

para o ensino profissional. Entre estas diretrizes que organizam o ensino do Estado de São Paulo Luiz Pereira fez sua formação profissional inicial.

A expansão do sistema de ensino e da Escola Normal foi fundamental para a formação da elite cultural do Estado e “[...] essas instituições foram ainda mais significativas na formação das classes médias, uma vez que as apresentaram como a primeira modalidade de ensino que se democratizou atraindo por exemplo, a população masculina pobre que não teria oportunidade de cursar uma escola particular [...]” (TANURI apud CAMPOS, p. 36).

A despeito deste fator positivo, uma das críticas ao formato de organização do ensino normal (MASCARO, 1956, p. 39 - 41.) enfatiza o caráter de “trampolim” o qual ensino adquiriu com pessoas não vocacionadas usando o diploma de normalista como meio de ingresso em cursos universitários ou concursos. A proliferação das escolas normais livres ampliava a quantidade de professores no mercado sem condições de exercer a profissão de forma satisfatória.

Todavia, Luiz Pereira não se encaixava neste perfil. Era vocacionado para a atividade do magistério e desde sua formação inicial demonstrou ser merecedor de distinções. Por seu desempenho no curso normal garantiu sua cadeira como professor na cidade de Santo André – no Grupo Escolar Dr. Felício Laurito¹⁵ – tornando assim possível dar continuidade a sua formação, freqüentando o curso Pedagogia na USP, entre 1952 e 1955¹⁶, onde destacados normalistas também eram professores entre as décadas de 40 a 60.

Sem dúvida, a ascensão social de Luiz Pereira se deve em grande parte a sua condição de normalista que possibilitou iniciar sua carreira e dar continuidade aos seus estudos numa área em que nos anos 50 começava a dar sinais de saturação de profissionais.

¹⁵ Luiz Pereira foi professor na escola primária Dr. Felício Laurito de 1952 a 1960. Todavia, em 1952 se licenciou a fim de cursar pedagogia na USP por 4 anos, retomando suas atividades em 1956. No segundo semestre de 1957 se afasta para trabalhar no CRPE/SP, por cinco meses, agora com prejuízo dos vencimentos. Renovou em 1958 seu vínculo com o CRPE por mais 1 ano. Reassumiu suas atividades escolares em 1959 para novamente afastar-se e retornar ao CRPE por alguns meses. No final do primeiro semestre de 1960 pediu exoneração do cargo escolar. (Prontuário do autor na USP.) O autor, entre os anos de 1955 a 1958, também ministrou cursos de Sociologia, História da Educação, Educação Social e Cívica e História da Civilização Brasileira na Escola Normal Riachuelo e Saleté. (Arquivos de Luiz Pereira na Unesp Araraquara – o número dos arquivos encontra-se na bibliografia.)

¹⁶Segundo Martins, “[...] por ter sido classificado em primeiro lugar na turma do Curso Normal, fora beneficiado com a cadeira-prêmio que lhe assegurava o salário durante quatro anos, para fazer o curso de Pedagogia, na USP, em tempo integral, no diurno [...]” (MARTINS apud CASTRO, 2010, p.238).

Todavia, a importância de ser normalista não está restrita a este aspecto, pois seus trabalhos sobre educação são também reflexões sobre sua trajetória. Se isto não está expresso na linguagem do texto, marcada pela clareza e rigor técnico sociológico, fica expresso na escolha dos objetos e temas de pesquisa, claramente referenciados em sua experiência – a escolha da escola em que trabalhou como objeto de sua primeira pesquisa acadêmica, a questão de gênero presente na profissão, e a importância da origem social dos docentes e sua identificação com o magistério.

Quanto às várias críticas elaboradas pelo autor aos problemas do ensino normal, que ficarão mais claras e delineadas na análise de seus trabalhos, o desenvolvimento quantitativo do ensino normal deixou de ser uma questão latente para consciência social passando a ser vista como um problema. Para o autor, as escolas normais têm sua função técnica sobreposta por outras funções sociais, por exemplo, quando é transformada em colégio para moças, ou mesmo como apenas meio de ingresso a outros cursos superiores ou técnicos (PEREIRA, 1969, p. 66, 67, 68).

[...] a realização em grande escala de funções extraprofissionais pelas escolas normais faz com que elas venham passando por um processo contrário ao da especialização – que fora fortemente impulsionado na década de 30 pela Reforma Fernando Azevedo, destinada a enfatizar as funções técnico-profissionais do ensino normal paulista [...] (PEREIRA, 1969, p.73).

Feitas estas observações sobre o ensino normal e da importância desta formação para Luiz Pereira enquanto indivíduo e pesquisador, encerramos a primeira seção. Na seção seguinte vamos dissertar sobre a obra do autor, além de continuar a reflexão sobre a modernização da sociedade brasileira que tem com um dos seus resultados a criação das instituições de ensino e pesquisa importantes para a trajetória profissional e intelectual de Luiz Pereira.

Como o período de sua formação acadêmica acontece durante os anos de 1950 e 1960, momento no qual questões relativas à educação e ao desenvolvimento da sociedade estão candentes, Luiz Pereira não ficará imune a elas, pelo contrário, se debruçará sobre estes temas, importantes para a compreensão de uma sociedade em transformação.

Na próxima seção vamos elaborar algumas considerações sobre as mudanças sociais, políticas pelas quais passava a sociedade brasileira. Este processo aparece nos trabalhos de Luiz Pereira e nas pesquisas de outros cientistas sociais orientados de

Florestan Fernandes, então professor catedrático da Cadeira de Sociologia I da USP. Ressaltaremos a importância da passagem de Luiz Pereira por diversas instituições, sejam de ensino ou pesquisa, que contribuíram para sua formação profissional e de certa maneira exerceram influência em seus trabalhos acadêmicos, alguns deles analisados na seção seguinte.

Seção II

Desenvolvimento, mudanças políticas e educação

3.1.1 Crise do Liberalismo e Intervenção do Estado na vida Social

Para compreendermos a presença de certos temas na agenda de pesquisa de Luiz Pereira vamos contextualizar algumas questões que perpassam sua obra no âmbito histórico. Ao trabalharmos com a história pretendemos descrever como as lutas políticas e sociais possibilitaram o encontro de diferentes gerações de intelectuais, ou seja, os signatários do manifesto de 1932 e os intelectuais ligados a Cadeira de Sociologia I.

A campanha em defesa da escola pública ocorrida nos últimos anos da década de 1950 foi um momento privilegiado para aquele encontro, pois tanto o debate intelectual como a circulação destes estudiosos pelas mesmas instituições - pelas quais Luiz Pereira também passou -, vão marcar sua obra e formação intelectual. Desta maneira, primeiro teceremos algumas considerações sobre a conjuntura social dos anos de 1930, quando o Estado assume a posição de intervir nas diversas esferas da vida social.

Este movimento não aconteceu só no Brasil, mas também nos países centrais do capitalismo e, sem dúvida, economia e educação serão áreas privilegiadas em sua ação. Para começarmos a pensar nestas questões destacaremos uma ocorrência na esfera econômica central.

A quebra da bolsa de Nova York em outubro de 1929 é um momento importante para compreendermos a direção das mudanças e os caminhos políticos e sociais tomados por grupos políticos, indivíduos e nações. A crise da produção industrial norte-americana se irradiou para a Europa, continente no período com várias nações imersas num quadro de inflação e desemprego.

Exemplo clássico da crise social e econômica é a Alemanha. As penalidades fixadas à Alemanha após o *Tratado de Versalles* (1919) condenaram as finanças do país. O quadro social e econômico crítico do pós-primeira guerra (1914-1918), acrescentado a quebra da economia internacional em 1929 fomentou a ascensão dos movimentos políticos autoritários ao poder durante a década de 1930.

Portanto, a crescente integração econômica global, intensificada pela revolução industrial amplificou a crise em escala internacional, revelando parte do seu caráter desestabilizador das relações sociais e da vida econômica, sendo a economia dos Estados Unidos o epicentro da crise.

[...] a perspectiva da depressão se fixa na não geração, pela economia mundial, de demanda suficiente para uma expansão duradoura. As fundações da prosperidade da década de 1920, como vimos, eram fracas, mesmo nos EUA, onde a agricultura já se achava praticamente em depressão, e os salários em dinheiro, ao contrário do mito da grande era do jazz, não estavam subindo [...]. O que acontecia, como muitas vezes acontece nos booms de mercados livres, era que, com os salários ficando para trás, os lucros cresceram desproporcionalmente [...] como a demanda da massa não poderia acompanhar a produtividade em rápido crescimento [...] o resultado foi superprodução e especulação [...] (HOBSBAWM, 1995, p.104).

A reação brasileira foi queimar toneladas de café para conter a desvalorização do produto com excedente em estoque e assim garantir a competitividade do preço e evitar a quebra dos produtores. O café era a principal *commodities* comercializada pelo Brasil. Desta maneira a crise financeira colaborou para a derrocada do modelo político-econômico da República Velha (1889-1930) desestabilizado pela crise.

Seus efeitos aparecem na luta política pela sucessão presidencial em 1930 quando o candidato de oposição ao governo Washington Luiz, Getúlio Vargas foi derrotado pelo candidato da situação, Júlio Prestes. Todavia, tanto Washington Luiz como Júlio Prestes eram provenientes de São Paulo e a seqüência de candidatos eleitos representantes desse mesmo Estado motivou a insatisfação das outras oligarquias políticas do país, dentre elas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

A crise econômica e a insatisfação destes setores sociais com a política brasileira minaram a possibilidade de controle político por parte de Washington Luís no processo de sucessão. O alto oficialato militar estava insatisfeito com os rumos do país, assim como os jovens oficiais, denominados tenentes. Os produtores rurais ligados à cafeicultura, prejudicados pela política de desvalorização da moeda e falta de empréstimos para o setor também se precipitaram a apoiar movimentos de oposição (SKIDMORE, 2007, p. 30).

A falta de sustentação política entre os setores políticos dominantes - oligarquias regionais, militares dos estratos médio e superior e a crescente classe média urbana - abriu

a oportunidade para um golpe ao qual Washington Luís não resistiu. Líder do movimento, Getúlio Vargas assumiu o poder e iniciou o período de quinze anos frente ao poder executivo. Durante este tempo suprimiu os poderes dos Estados e nomeou interventores federais, fato que demonstrou como a crise ideológica internacional refletiu no país.

O liberalismo, ideologia que desde o século XIX balizou as relações econômicas, políticas, nacionais e internacionais, enquanto concepção de mundo foi abatida na crise de 1929. No espaço deixado pelo liberalismo o pensamento autoritário e as doutrinas corporativistas formaram as diretrizes e fundamentos para as mudanças políticas, fornecendo as bases para criação de um Estado forte, centralizador e autoritário, ator principal do processo de modernização.

Nas sociedades centrais do capitalismo os impactos da industrialização se tornaram devastadores e assim criaram-se às condições para o surgimento de resistências sociais e políticas ao processo de modernização descontrolado. No embate entre as forças econômicas e as de resistência ao processo criam-se as legislações sociais de proteção, seja para o trabalhador ou ao indivíduo-cidadão. Ao comercializar a relação entre o homem e a natureza o dogmatismo do livre mercado engendrou um duplo movimento na vida social: a desregulamentação e o protecionismo (POLANYI, 2000, p.162-163).

Outras opções ideológicas se consolidam e crescem de importância no espectro político no período. São elas, o comunismo, a social-democracia e o nazi-facismo, modelos que de alguma maneira preconizavam a intervenção do Estado nas várias diversas áreas da vida social. No Brasil, já nas primeiras décadas do século XX a cena política e social começou a se transformar.

A título de exemplo podemos citar a greve geral de 1917, organizada por operários anarquistas e também movimentos culturais, artísticos, como a Semana de Arte Moderna de 1922, evento organizado no mesmo ano no qual é criado o Partido Comunista Brasileiro (PCB). São elementos típicos do conflito social moderno se manifestando.

Porém, o lastro ideológico da política dos anos 30 será marcado pela predominância do princípio estatal sobre o princípio de mercado, numa visão corporativa da sociedade avessa ao conflito social, na ênfase na falta de organicidade da sociedade civil, no elitismo

e voluntarismo tidos por fundamentos da mudança política. Toda essa crítica legitimou a ação do Estado como o *Leviatã Benevolente*¹⁷.

O liberalismo também já não gozava de grande credibilidade, pois a despeito de ser a ideologia que organizou o Estado após a Independência (1822), legitimou o regime de escravidão e por estas e outras questões foi incapaz de se irradiar para o conjunto da sociedade no período.

Este caldo ideológico fermentado deste o término do século XIX terá seus representantes intelectuais na Primeira República, tais como Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Francisco Campos. Tanto Oliveira Viana quanto Francisco Campos vão participar na criação de políticas públicas após a Revolução de 1930, principalmente durante o período do Estado Novo (1937-1945). Campos será o ministro responsável pela reforma educacional que levará o seu nome.

Mesmo com a vitória do movimento revolucionário a instabilidade política se desenvolvia. Como exemplo, podemos citar a rebelião militar encabeçada por São Paulo no ano de 1932. Aproveitamos a deixa fornecida pela data de 1932 para descrevermos outro movimento insurgente no mesmo contexto e de grande importância para o escopo do nosso trabalho.

3.1.2 Movimento Renovador de 1932

Antes de traçarmos as principais características do *Movimento Renovador* ou *Escola Nova*, gostaríamos de fazer uma menção sobre o conflito travado entre diferentes setores interessados na política educacional brasileira, seja por concepção ideológica, fatores financeiros ou ambos conciliados.

Na bibliografia consultada os grupos de interesse em disputa pelo protagonismo na elaboração das diretrizes da educação são tratados como “renovadores” e “conservadores” (BOMENY, 2001; SAVIANNI, 2007; ROMANELLI 2012). Seguiremos o norte oferecido pela bibliografia para orientar as linhas a seguir.

¹⁷ Para Lamouner, “[...] O predomínio da matriz “estatal”, definindo-se por uma fundamental hostilidade ao princípio de mercado, manifesta-se, em termos positivos, por uma tendência a exaltar as virtualidades criadoras da intervenção deliberada, e do controle coercitivo através de um poder burocrático; e em termos negativos, pela negação de qualquer racionalidade aos mecanismos de coordenação fundados em processos competitivos ou em ajustamentos automáticos compensatórios.” (LAMOUNIER, 1977, p. 359).

Começamos pelo ideário da *Escola Nova*, o qual é formado pela incorporação de novas teorias e estudos em diversas áreas do conhecimento - como Biologia, Psicologia e Sociologia -, realizados na Europa e nos Estados Unidos, que quando agregados forneceram novos dados sobre a formação e o desenvolvimento da inteligência da criança (LOURENÇO FILHO, 1963).

O conhecimento sociológico, fundamental dentro do ideário da *Escola Nova*, forneceu informações e variáveis sobre as determinações exercidas pela sociedade sob o indivíduo. A compreensão destas determinações passou a ser necessária para o entendimento do funcionamento da escola. Além disso, a Sociologia também ofereceu o subsídio teórico para a compreensão do tipo de educação necessário mediante as mudanças no mundo do trabalho.

A catástrofe da Primeira-Guerra mundial também inspirou o movimento. A educação começou a ser entendida como meio de se estabelecer relações harmônicas, de paz. (LOURENÇO FILHO, 1963) A antiga escola, ou a educação familiar, para os intelectuais renovadores não fazia mais sentido. Era preciso reformar a educação para se estabelecer coerência entre ensino, sua prática e conteúdo, com os saberes necessários para o desenvolvimento de uma sociedade em transição do modo de vida rural para o urbano industrial.

O Brasil possuía ainda outra especificidade. O fim da escravidão inseriu na vida social brasileira um grande contingente populacional sem possuir o domínio básico das técnicas e estratégias necessárias para sobreviver numa sociedade de mercado. Os imigrantes europeus que aportavam no Brasil para trabalhar nas fazendas e fábricas, somada aos trabalhadores nacionais, descendentes de homens livres e ex-escravos formarão a massa da sociedade brasileira em sua grande maioria iletrada.

Para os intelectuais signatários do manifesto de 1932, sem a inserção do povo na vida econômica, política e social o país não se realizaria enquanto nação civilizada e a educação seria o grande meio para se vencer os obstáculos a esta integração. Ocorrida nos países do centro do capitalismo a ampliação do sistema escolar era urgente no Brasil. Portanto, pautados por valores como o ensino público, laico e gratuito se engajaram na política e no debate público.

A percepção crescente da importância da educação, sintetizadas nas manifestações públicas de intelectuais, acadêmicos e interessados em reformas sociais, ganha, após a Revolução de 1930, um espaço importante com a criação o Ministério da Educação e Saúde Pública. Francisco Campos vai ocupar inicialmente a função de ministro e prescreve uma série de decretos para regulamentar a educação brasileira com o objetivo de integrar os sistemas estaduais e através da intervenção estatal criar uma política nacional para educação (ROMANELLI, 2012; SAVIANNI, 2007).

As modernas teorias da educação já haviam ganhado adeptos no Brasil na década de 1920. A criação da *Associação Brasileira de Educação* (ABE), em 1924, irá congrega os interessados na reforma educacional a partir destas referências modernas, independente de portarem concepções ideológicas diferentes. Todavia, a questão do ensino religioso vai levar a sucessivos rachas entre os educadores conservadores e os outros membros renovadores da associação. Este também será um dos motivos da produção do manifesto da *Escola Nova* de 1932.

Após a Conferência Nacional de Educação realizada em 1931, Fernando Azevedo irá redigir o manifesto assinado por diversos intelectuais de renome, que inclui nomes conservadores. O manifesto será divulgado amplamente nos meios impresso e radiofônico em defesa da *Escola Nova*.

Três serão os nomes principais entre os intelectuais renovadores: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho. Os três participaram de reformas educacionais nos diferentes estados da federação na década de 1920 e além da atividade intelectual, política, relacionadas à educação, partilhavam amizade entre si.

[...] o episódio dos pioneiros é mais um momento em que se cruzam os dois modelos inspiradores da reforma educativa. Seguindo a tradição do pragmatismo norte-americano, Anísio defendia uma reforma que democratizasse a educação segundo o princípio de reconhecimento da inteligência do senso comum. Fiel à versão francesa, Fernando Azevedo distinguiria em papéis muito distintos a massa e a elite, confiando à última o papel civilizador (BOMENY, 2001, p. 48).

O manifesto advoga a reconstrução do sistema educacional nos moldes já avançados pela reforma de Francisco Campos, além de afirmar o conhecimento científico como baliza da ação educativa. O planejamento assume aqui uma importância central, porque cabe ao

Estado garantir a educação a todos sem distinção. O manifesto contém uma forte ênfase sociológica, ciência que começava a despontar na área educacional.

Diferentemente dos países europeus, onde o movimento da *Escola Nova* foi forte nas instituições privadas, no Brasil o movimento assumiu a defesa da educação pública (LOURENÇO FILHO, 1963). Apesar de sua importância o movimento não saiu vitorioso nos embates enfrentados e estes estão relacionados em como as forças políticas e sociais se articulavam, principalmente após o golpe de 1937.

Para o prosseguimento de nossa pesquisa dois nomes serão fundamentais. São eles, Anísio Teixeira e Fernando Azevedo, duas figuras importantes não só pela sua participação nas reformas ou no debate público, mas pelo papel em que desempenharam em outras instituições, no caso a *Universidade de São Paulo* (USP) e o *Centro Brasileiro de Pesquisas de Educação* (CBPE), instituições em Luiz Pereira trabalhou¹⁸.

Os conflitos políticos e sociais nos quais a questão educacional estava presente vão aproximar diferentes gerações de intelectuais, além de motivar a criação de espaços de estudo, reflexão e prática de pesquisa que imprimirão qualidade ao debate político e às intervenções públicas, fornecendo a substância necessária para o diagnóstico da situação social e educacional brasileira.

3.1.3 O CRPE/SP e a campanha de defesa da escola pública

Neste tópico da dissertação pretendemos elaborar uma interpretação da importância da campanha de defesa da escola pública - debate iniciado após a constituinte em 1946 e que se arrastou até os primeiros anos da década de 1960, quando é publicada a *Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional* (LDBN) -, na produção científica e na articulação política dos vários grupos de intelectuais presentes na vida social brasileira. Também vamos inserir uma reflexão sobre dois textos de Luiz Pereira. Intelectuais importantes cerraram fileiras neste debate, os signatários do manifesto de 1932, membros do ISEB, e também novos intelectuais como Florestan Fernandes.

¹⁸ Luiz Pereira foi “[...] Assistente de Pesquisa da divisão de estudos e Pesquisas Sociais, (do) Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), Ministério da Educação e Cultura, de agosto de 1957 a maio de 1959[...]”. (Memorial Acadêmico apresentado ao concurso para professor adjunto da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. FFLCH. São Paulo. 1972 p. 1).

O CBPE e suas sedes regionais atuaram como a instituição intermediadora e espaço para a articulação destes estudiosos que integravam o debate. Durante a segunda metade dos anos de 1950, início da década de 1960 há a aproximação entre o CRPE/SP e os estudiosos que futuramente integrariam a Cadeira de Sociologia I sob a orientação de Florestan Fernandes. Luiz Pereira vivenciou este período do CRPE/SP onde participou de cursos e pesquisas, as quais vamos descrever na sequência.

Além destes fatos, o CRPE/SP apoiou pesquisas não necessariamente relacionadas à educação, mas que se desenvolviam neste contexto na Cadeira de Sociologia I da USP. Como instituição imbricada à USP serviços eram solicitados aos setores do centro. Entre estes, destaca-se o setor de estatística. Trabalhos de Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso (relacionados à questão étnica em Curitiba e Porto Alegre) e a pesquisa sobre comportamento eleitoral do operariado de Aziz Simão receberam o apoio técnico do CRPE (FERREIRA, 2001, p.95).

Desta maneira, pensamos ser fundamental refletirmos sobre a relação entre o CRPE/SP – USP para analisarmos a dinâmica entre produção científica e as questões políticas do tempo, além de compreendermos a circulação de Luiz Pereira por este ambiente onde se formou política e intelectualmente.

Agora, vamos tecer algumas considerações sobre o *Centro Regional de Pesquisas Educacionais* (CRPE) - braço regional do *Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais* (CBPE). A criação do CRPE/SP acontece no ano de 1956, sendo parte de um projeto idealizado por Anísio Teixeira para dotar as práticas e instituições educacionais de fundamentos científicos para sua organização¹⁹.

¹⁹ Segundo Ferreira, “[...] o decreto no. 38.460, instituiu o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, com sede no Rio de Janeiro, e os Centros Regionais de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo. O Centro regional paulista foi inaugurado em junho de 1956 e deveria atender aos Estados de São Paulo, Paraná Mato Grosso e Goiás [...] Os objetivos gerais do Centro seriam os seguintes: 1) a pesquisa das condições culturais do Brasil em suas diversas regiões, das tendências de desenvolvimento e de regressão e das origens dessas condições e forças – visando uma interpretação regional do país tão exata e tão dinâmica quanto possível. Essa pesquisa deveria permitir a formulação de uma política institucional, referente à educação, capaz de orientar o desenvolvimento desejável de cada região do país. 2) a pesquisa das condições escolares do Brasil, em suas diversas regiões, por meio do levantamento de seus recursos em administração, aparelhamento, professores, métodos e conteúdo de ensino, visando apurar até quanto a escola está satisfazendo as suas funções em uma sociedade em mudança para o tipo urbano e industrial de civilização democrática e até quanto está dificultando esta mudança, com a manutenção dos objetivos apenas alargados da sociedade em desaparecimento [...]” (FERREIRA, 2001, p, 19 - 21). Ainda segundo a referida autora, “[...] a ideia que norteava as pesquisas desenvolvidas no CRPE/SP, no período de 1956 – 1961, pode ser encontrada em um dos primeiros artigos publicados na revista Pesquisa e Planejamento, no qual defendia-se o

O referido centro foi criado no interior do terreno onde posteriormente seria construída a cidade universitária da USP, portanto, assim como idealizado, o centro funcionaria em parceria com uma universidade regional cabendo ao governo federal através do Ministério da Educação fornecer os recursos para sua manutenção e a universidade os quadros técnicos e profissionais necessários ao funcionamento do centro - e estes quadros eram provenientes da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP.

A direção do centro ficou inicialmente por conta de Fernando Azevedo. Entre as diretrizes gerais que orientavam o CRPE/SP estava a aproximação entre a educação e as ciências sociais para a elaboração de um diagnóstico sobre as transformações pelas quais passava a sociedade brasileira e a capacidade da escola e do sistema de ensino responder aos desafios colocados por estas transformações. Neste processo de aproximação entre educação e ciências sociais emergem jovens pesquisadores iniciando suas carreiras²⁰ e firmam-se grandes figuras intelectuais, como por ex. Florestan Fernandes.

O centro também foi importante no processo de discussão da *Lei de Diretrizes de Base da Educação* que tramitava e era alvo de políticos conservadores. A escrita do manifesto de defesa da educação pública de 1959 partiu novamente das mãos de Fernando Azevedo e recebeu apoio dos intelectuais de 1932, além das novas figuras que surgiram neste período. Segundo Florestan, “[...] essa campanha surgiu como produto espontâneo das repulsas provocadas, em diferentes círculos sociais, pelo teor do projeto de lei sobre Diretrizes de base da Educação Nacional [...]” (FERNANDES, 1966, p. 346).

A articulação entre estudantes, intelectuais e lideranças operárias resultou na *I Convenção Estadual de Defesa da Escola Pública* em São Paulo, evento elaborado com o objetivo de espalhar a campanha cívica pelo país, para esclarecer a população, políticos e legisladores da importância do projeto e desempenhar uma atuação construtiva no debate político e social.

propósito de inaugurar uma época em que o empirismo, a improvisação e a superficialidade cedam afinal o lugar ao espírito e aos métodos científicos no estudo dos problemas da educação [...]” (FERREIRA, 2001, p. 84).

²⁰ Para Celso Rui Biesegel, “[...] os Centros Regionais são um bom exemplo de pensamento, de certa forma dominante naquela época e, que era fundamental associar os recursos da pesquisa nas ciências humanas, na antropologia, aos estudos da escola, da educação, tanto que os CRPEs procuravam estabelecer esta associação. O CRPE de São Paulo, quando foi criado, visava exatamente esta linha, utilizar os recursos das pesquisas nas Ciências Sociais voltados para os estudos e pesquisas educacionais. O trabalho do Luiz é bem a realização de uma ideia como essa, onde procura mostrar como as Ciências Sociais poderiam contribuir para o diagnóstico dos problemas na área da educação [...]” (BIESEGEL apud HADLUN, 2002, p. 135).

[...] conjugaram-se, assim, esforços que suscitaram e deram uma causa pública sem precedentes no Brasil. Desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, jamais se vira semelhante movimento de opinião em torno nos problemas educacionais brasileiros [...] (FERNANDES, 1966, p.346).

Além do intuito descrito acima, a campanha também objetivava garantir o aumento da eficácia do ensino público, ao impedir a transformação do Estado em refém dos interesses privados no campo educacional. A separação entre o ensino público e privado – sobretudo à origem de seu financiamento –, tornaria possível a concentração dos esforços e recursos estatais numa intervenção que proporcionasse a expansão do ensino público e sua melhora qualitativa²¹. Outro objetivo da campanha era inserir os problemas educacionais no horizonte cultural do homem médio brasileiro²² (FERNANDES, 1966, p. 356 - 357).

Na interpretação de Florestan Fernandes, o projeto de lei é anacrônico por conta dos legisladores desconsiderarem as transformações pela qual passava a realidade brasileira e as novas exigências impostas à educação, distintas das necessidades do modelo educacional bacharelesco, ilustrativo e vazio, povoadas por instituições escolares distantes e isoladas das comunidades na qual se inseriam. Para além destas características, enquanto inovação o projeto solapava tendências:

[...] características do desenvolvimento do ensino durante a república. Primeiro, a expansão e a diferenciação paulatina do sistema oficial de instrução pública. Segundo, a autonomia do Estado como agente de orientação, supervisão e fiscalização do sistema nacional de ensino, nele se incluindo também os estabelecimentos particulares. Ambas as tendências sofrem um colapso. A primeira porque se pretende forçar o executivo a assumir encargos específicos e generosos na área da expansão

²¹ A campanha de defesa da escola pública irradiada chega também à FFCL de Araraquara, instituição onde Luiz Pereira torna-se docente no ano de 1959. Os professores da FFCL manifestaram-se contra o referido projeto de lei. No livro de atas das reuniões dos professores pode-se ler o seguinte: “[...] o professor Fausto Castilho pediu se fizesse constar de ata, o seu repúdio ao projeto de diretrizes e bases da educação nacional, recentemente aprovado em primeira discussão pela câmara dos deputados e ao mesmo tempo, comunicar aos presentes que o Conselho Estadual do Ensino Superior, reunia-se naquela tarde, para examinar o referido projeto e por isso convidava os demais a se manifestarem a respeito. Após alguns debates, onde participavam todos os presentes (incluindo Luiz Pereira) que tal repúdio deveria ser comunicado por telegrama ao Conselho Estadual de Ensino Superior” [...]” O telegrama continha as seguintes linhas: “[...] Os professores da FFCL de Araraquara reunidos especialmente para apreciar o projeto de diretrizes e bases da educação nacional, em discussão no congresso, decidem manifestar, a esse conselho, a sua oposição ao referido projeto e o seu apoio ao movimento que, em favor da escola pública se formou e se expande por todo o território nacional [...]” (Livro de Atas das reuniões dos professores de 1959-1963, p. 4 e 5. 30/01/1960).

do ensino privado [...] A segunda porque o Governo seria minado por dentro, em sua faculdade de agir com independência e isenção em assuntos educacionais. Os representantes dos estabelecimentos particulares de ensino, mesmo atuando “patrioticamente”, tenderão a coibir o empenho do Estado republicano em favorecer o crescimento do sistema público de ensino e a estimular, inversamente, medidas que consultem os interesses ou as conveniências das escolas privadas [...] (FERNANDES, 1966, p. 365).

Colocadas as questões sobre a campanha retornamos ao CRPE propriamente. No CRPE/SP, Luiz Pereira desenvolveu suas primeiras pesquisas sobre educação. Consideramos seus trabalhos como amplamente influenciados pelo arranjo que possibilitou a constituição do CRPE, marcados por este contexto histórico específico – mudança social acelerada da sociedade brasileira, marcada pela transição rural-urbano e intensa discussão política e luta social no sentido de definir os rumos da nação -, e isto está traduzido em parte nas linhas de orientação dos trabalhos realizados por Luiz Pereira e de outros pesquisadores.

Ao analisar as atividades do centro de 1956 a 1961, Márcia dos Santos Ferreira conclui que os principais temas recorrentes nas pesquisas do centro são: “[...] Educação e Ciências Sociais; Desenvolvimento Sócio-econômico; Mudança cultural e educação; Pesquisa científica e Planejamento Educacional [...]” (FERREIRA, 2001, p.14) temas que em grande parte formavam a agenda dos pesquisadores ligados à cadeira de Sociologia I da USP.

A título de ilustração, selecionamos algumas questões relativas aos temas elencados acima e trabalhados por Florestan Fernandes em *Educação e Sociedade no Brasil*²³. Para o autor,

[...] desde o último quartel do século XIX estamos envolvidos em um mesmo processo de revolução social, que afeta nossa filosofia de vida, nosso regime de trabalho, nosso sistema econômico, nossa ordem política e a estrutura social da comunidade nacional. No entanto, através de vários episódios sucessivos, que encadearam nesse mesmo processo a abolição da escravatura, a universalização do trabalho livre, a proclamação da República, sedições político-militares, a industrialização ou a urbanização de várias regiões do País, nunca se tentou ajustar o sistema nacional de ensino a uma era de revolução social [...] A inexistência da educação popular está na raiz dos males com que nos defrontamos e que nos revelamos impotentes para resolver. Sem perdermos de vista que a

²³ Em específico, nos capítulos I e III.

reconstrução educacional não é tudo e que ela jamais deve ser encarada como um fim em si mesmo, temos de concentrar boa parcela de nossas energias na criação de um sistema de ensino capaz de responder positivamente aos requisitos materiais e morais da educação democrática [...] (FERNANDES, 1966, p.353).

A educação escolarizada é vista, portanto, como um fator determinante para a mudança social, desde que as atribuições estabelecidas para a ação institucional sejam construtivas, no sentido da formação de uma sociedade democrática. Florestan Fernandes argumenta que a escola sempre possui uma função conservadora, pois é a instituição responsável pela transmissão da herança cultural de uma geração à outra, todavia, em sociedades em rápida transformação social, “[...] cujo o padrão de equilíbrio se subordine a um ritmo intenso e contínuo de alteração de todas as esferas da cultura, as escolas preencherão funções dinâmicas na área dos processos sociais irreversíveis, contando como um fator de inovação cultural e de mudança social [...]” (FERNANDES, 1966, p. 85).

Os países marcados pelo subdesenvolvimento são os mais dependentes da educação, encarada enquanto fator construtivo, tanto para a formação e inserção do homem no sistema produtivo quanto para a ampliação de seus horizontes culturais. Também contribui para a dinamização do desenvolvimento e progressiva constituição do modo de vida democrático, formado por personalidades democráticas, sendo este o sentido da educação popular para o desenvolvimento e o progresso social (FERNANDES, 1966, p. 351).

O autor também observa que mesmo em áreas beneficiadas pelo avanço recente da sociedade brasileira, as instituições educacionais acabam atuando de forma não integrada às comunidades onde se inserem. Isto é extremamente grave para o Brasil, um país onde os recursos são escassos e acabam sendo subaproveitados. Frente a esta situação, a necessidade da intervenção planejada nas instituições educacionais torna-se vital, pois as deficiências do sistema escolar demonstram como as mudanças sociais espontâneas não colaboram para o ajustamento da instituição à sua função na formação da ordem democrática (FERNANDES, 1966, p. 87).

Neste cenário social marcado por transformações e pela necessidade de mudanças sociais específicas, a contribuição do sociólogo é esclarecer o homem comum, principal vítima dos problemas educacionais, e também os setores ativos politicamente das classes

médias urbanas, compartilhando a consciência social até então alcançada sobre os problemas educacionais (FERNANDES, 1966, p.95).

O CRPE/SP, além das pesquisas organizava cursos de especialização e simpósios sobre os problemas educacionais brasileiros, onde pesquisadores ligados à Cadeira de Sociologia I apresentavam resultados de suas pesquisas e reflexões. Um exemplo destes trabalhos é *Rendimento e deficiências do Ensino Primário Brasileiro*, apresentado por Luiz Pereira no simpósio realizado pelo CRPE/SP em 1959. Sobre as linhas principais deste texto dedicaremos os parágrafos seguintes.

Ao estabelecer o ensino primário enquanto um problema de análise sociológica, Luiz Pereira procura ressaltar o fato de a escola ser grupo social composto por diferentes subgrupos, e entre estes tem importância central o subgrupo dos professores e alunos, pois em sua interação a herança cultural sistematizada, colocada no âmbito da relação ensino aprendizagem é transmitida (PEREIRA, 1971, p. 179).

O autor sinaliza como o conteúdo transmitido (os valores morais, as ciências, a história) até então eram patrimônios culturais das camadas sociais citadinas dominantes, portanto, são valores predominantes nas sociedades de tipo urbano e industrial. Estes valores em transmissão possibilitam a escola enquanto instituição atuar como agência de modernização social – no sentido de contribuir para desintegração dos valores tradicionais herdados do passado e na integração à vida cultural citadina -, principalmente quando o público alvo de sua ação tem por origem o mundo rural, rústico e iletrado.

[...] esse conteúdo cultural da atividade ensino-aprendizagem que dá ao subgrupo de ensino primário o caráter de agência de urbanização. Todavia, outras variáveis concorrem ao funcionamento deste subgrupo: os padrões regulares da atividade ensino-aprendizagem (métodos de comunicação, distribuição cronológica da “matéria” etc.), as características psicossociais do corpo docente, as características do corpo discente e as características da comunidade servida pela escola, em grande parte refletida no corpo discente. A função urbanizadora do subgrupo de ensino será realizada em graus diversos, dependentes de as variáveis mencionadas se constituírem ou não forças negativas [...] O estudo do rendimento e deficiências da escola primária deve, por isso, consistir na análise de cada uma das variáveis que intervêm no funcionamento do subgrupo de ensino e também na análise do grau entre elas existente [...] Assim, o problema do rendimento e deficiências do ensino primário reduzir-se ia, em grande escala, ao maior ou menor grau de integração entre as variáveis intra-escolares e as extra-escolares. (PEREIRA, 1971, p. 182).

Uma das formas de aferir a função urbanizadora da escola utilizada pelo autor é analisar a taxa de reprovação das escolas – revelaria a assimilação do conteúdo por parte do aluno -, e também a taxa de evasão escolar – o tempo de permanência dentro da escola levaria a maior assimilação dos valores transmitidos. Os dados demonstram como a reprovação e a evasão escolar alcançam maior número em escolas localizadas em ambiente rural. Para o autor, as características do corpo docente e o padrão cultural expresso na relação ensino-aprendizagem são mais adequadas à cidade do que aos ambientes rurais; somadas às resistências à mudança nos ambientes tradicionais conformariam algumas das causas que corroboram a reprovação e evasão escolar (PEREIRA, 1971, p. 182-186).

A ausência de estabelecimentos de ensino na localidade de residência ou a não procura destes pela população colaboram para a formação da elevada taxa de analfabetismo presente na sociedade brasileira. Portanto, a ausência da oferta de ensino também é um fator importante a ser analisado, pois deprecia a capacidade da escola em atuar enquanto agência de urbanização (PEREIRA, 1971, p. 192).

O autor focaliza que o principal problema do ensino primário brasileiro encontra-se no entrelaçamento das forças sociais urbanas e não-urbanas ligadas às variáveis extra-escolares e intra-escolares. No jogo entre estas forças encontra-se o foco de criação tanto das possibilidades de melhora do rendimento escolar como da intensificação de suas deficiências. Uma das maneiras de se alterar a correlação entre estas forças sociais são as reformas escolares, as quais para o autor atuam apenas sob os fatores intra-escolares, não agindo no principal foco do problema, os fatores externos à escola.

Desta maneira, aponta o autor, a escola perde sua capacidade de influenciar no processo de mudança social, afirmando que a persistência de poderosos fatores extra-escolares avessos à função urbanizadora da escola continuará a afetar sua ação e a comprometer sua eficácia. Portanto, a compreensão correta dos problemas educacionais passa pelo entendimento dos problemas sociais fora dos muros da escola (PEREIRA, 1971, p.187 - 188).

A partir do estudo da literatura pedagógica produzida no Brasil o autor identifica outros problemas relativos à educação primária e estes se encontram nos próprios educadores. O autor divide os educadores em três tipos: O educador que pensa os

problemas do ensino apenas da perspectiva intra-escolar; o orientado por variáveis extra-escolares, mas tem sua reflexão baseada em concepções moralistas, não-científicas e o terceiro grupo que compreende os problemas educacionais como “problemas nacionais de base”. Para Luiz Pereira, a despeito destas diferenças, romantismo, moralismo e a concepção jurídica da educação unificam estas categorias na sua ação para resolver os problemas educacionais.

Por supervalorizarem a função da escola e sua capacidade de resolução dos problemas sociais e em grande parte desconsiderando os fatores extra-escolares, os educadores na sua prática postergam a resolução das questões que envolvem a escola. Desta maneira sua atitude também é incluída no jogo entre as forças somando-se às que contribuem para a manutenção das deficiências do ensino. Negar a concepção romântica, o moralismo e as orientações estritamente jurídicas, aliadas ao reconhecimento dos problemas sociais mais amplos como determinantes de muitos dos problemas escolares contribuiria para a redefinição do papel dos educadores, transformando sua ação em algo positivo no sentido da mudança (PEREIRA, 1971, p.188, 189, 190).

O autor continua a desenvolver muitas das ideias esboçadas neste artigo e algumas delas serão retomadas em seus trabalhos acadêmicos, artigos e isto ficará claro na sequência quando analisarmos seus trabalhos. Luiz Pereira foi assistente de pesquisa no CRPE/SP durante os anos de 1957 e 1959 e também professor de sociologia no curso de *Especialistas em Educação para América Latina*, porém em outro período, entre 1963 e 1965.

Portanto, sua monografia de especialização *A escola primária metropolitana* conjuntamente com a pesquisa *O Professor Primário Metropolitano* – sua tese de doutoramento, realizada sob o financiamento do CBPE, inserida no Programa de Pesquisas sobre os Processos de Urbanização e Industrialização no Brasil -, estão relacionadas a este contexto do centro. No próximo item analisaremos os dois primeiros trabalhos do autor.

Todavia, antes de passarmos a estas pesquisas dedicaremos algumas linhas a um artigo do autor datado de 1962, apresentado no *II Congresso Brasileiro de Sociologia* realizado na cidade de Belo Horizonte. O texto intitula-se *Nota Crítica Sobre o Pensamento Pedagógico Brasileiro*. O interesse no referido texto deve-se ao exposto anteriormente

sobre o educador e sua reflexão sobre a educação tratada enquanto problema, também para demonstrar a postura crítica do autor frente ao pensamento realizado por seus pares.

A perspectiva da sociologia do conhecimento é o ponto de partida do autor, donde reconhece três *estilos de pensamento* como informantes do pensamento pedagógico, esse encarado como uma atividade intelectual voltada aos problemas educacionais, que visa interpretá-los, avaliá-los, além de propor solucioná-los. Estes *estilos de pensamento* são determinados pelo senso comum, pelas idéias pedagógicas e pelo conhecimento obtido pela ciência social.

Entretanto, no texto o autor se detém nas manifestações eruditas desta reflexão, no caso o pensamento pedagógico e o proveniente da ciência social. Assim, restringe sua reflexão a dois estilos. Estes dois tipos de pensamento são mais adequados e coerentes com a etapa na qual estava inserida a sociedade brasileira e analisando-os de uma perspectiva histórica o autor conclui pela existência de uma crise nesta área da reflexão sobre nossos problemas educacionais, devida a não integração destas formas de reflexão.

As mudanças sociais colocadas pela transição da sociedade rural para a urbana e industrial, assim como as mudanças no tipo de reflexão sobre a sociedade brasileira transformaram o educador enquanto intelectual da educação. O autor procura demonstrar como o pensamento pedagógico possui uma coerência e que a interpretação produzida por este pensamento deixa claro seu “progressismo” decorrente da sua sintonia com as mudanças pela qual passa a sociedade²⁴. Entretanto, segundo Luiz Pereira, o pensamento pedagógico possui como falha a não compreensão das:

[...] conexões estruturais e funcionais do sistema escolar com os demais integrantes do sistema social global [...] Portanto, em última instância, tomando-se globalmente e pelos traços típicos a literatura produzida pelos educadores e seu “estilo de pensamento” pedagógico torna-se redutível a determinadas concepções sobre as relações escola e sociedade, que acabam por enfatizar a potencialidade dinâmica dos influxos acarretados no sistema global pelas alterações provocadas no sistema escolar, no sentido de promover, no sistema global, mudanças estruturais definidas e defendidas no nível de consciência coletiva. Em outras palavras, tais concepções acerca das relações dinâmicas entre instituições escolares e sociedade entrosam-se, implícita ou explicitamente, com certas concepções mais inclusivas que integrariam o que se denominaria uma

²⁴ Para nós, um exemplo deste tipo de reflexão está expresso, em parte, no próprio ideário escolanovista citado anteriormente.

“teoria geral da sociedade”. Seria uma “teoria” em que as instituições escolares constituiriam centros dinâmicos, em potencial ou não, mas de qualquer modo um dos setores privilegiados em face de outros componentes do sistema global. No seu bojo, tal “teoria geral da sociedade” traz, pois, implicitamente, um esquema de interferência na realidade, no qual o papel dinâmico das modificações nas instituições escolares seria dos mais predominantes [...] (PEREIRA, 1971, p. 204 - 206).

A entrada dos cientistas sociais neste debate, para Luiz Pereira, proporciona uma perspectiva corretiva à interpretação pedagógica, por conta dos cientistas sociais tornarem explícitos os fatores condicionantes extra-escolares e extra-pedagógicos no funcionamento das escolas, portanto, elaboram um conhecimento mais refinado dos problemas educacionais - por deixarem claras as conexões entre os diferentes sistemas sociais com os quais a escola está vinculada e com quais dinâmicas e forças sociais está em relação -, de maneira que as determinações sociais da qual a escola sofre influência saltam à tona. O conhecimento proporcionado pela ciência social demonstraria, na verdade, como a ação da escola é mais superficial do que os educadores imaginam (PEREIRA, 1971, p. 206).

Para Luiz Pereira, no contexto da produção do ensaio encontra-se em decadência o estilo de pensamento pedagógico em detrimento do fortalecimento do pensamento pedagógico que tem por referência a ciência social. Frente à “sociologização” do pensamento pedagógico o autor enxerga três reações por parte dos educadores. Duas reações negativas – a crise da concepção do educador enquanto partícipe ativo da transformação social, pois a educação seria apenas o epifenômeno das estruturas sociais mais profundas e a incorporação da fraseologia das ciências sociais no sentido de camuflar o estilo de pensamento pedagógico conservador. A positiva seria a percepção dos limites do pensamento pedagógico levando a retração de suas ambições temáticas (PEREIRA, 1971, p. 208 - 209).

O autor aposta na redefinição dos papéis dos cientistas sociais e dos educadores na reflexão sobre os problemas educacionais a partir da redefinição de suas tarefas intelectuais, interpretando as mudanças e divergências como impressas pelo contexto de transição e mudança social global. Aos cientistas sociais caberia determinar a real capacidade da escola enquanto instituição determinante no processo de mudança social, pois o conhecimento real de seu potencial possibilita a manipulação racional de elementos

societários necessários à mudança, contribuindo positivamente para as transformações sociais (PEREIRA, 1971, p.210 - 211).

Procuramos demonstrar as articulações entre instituições e intelectuais num contexto específico da modernização da sociedade brasileira, no qual educadores, cientistas sociais e demais partícipes do debate sobre a educação lutaram para ter influência sobre o destino político e social do país. Ao analisarmos o texto *Nota Crítica Sobre o Pensamento Pedagógico Brasileiro*, de Luiz Pereira, objetivamos mostrar que a articulação entre cientistas sociais e educadores não se processava sem críticas e conflitos, tanto teóricos como ideológicos.

No próximo item, vamos analisar os dois primeiros trabalhos de Luiz Pereira, *A escola Primária Metropolitana*, sua pesquisa de pós-graduação e sua tese de doutoramento *O Professor Primário Metropolitana*, posteriormente publicada como *O magistério primário numa sociedade de classes*. Estes dois trabalhos, além de guardarem conexão entre si, estão em continuidade com as preocupações iniciais lançadas pelo autor nos artigos anteriormente descritos.

3.1.4 As primeiras pesquisas

Passaremos a descrever a pesquisa de pós-graduação de Luiz Pereira feita sob a orientação de Florestan Fernandes, primeiro trabalho acadêmico que lhe conferiu titulação. As referências conceituais deste trabalho são bem amplas. Uma rápida olhada nas notas de rodapé mostra como muitos autores foram mobilizados, sociólogos e antropólogos, estudiosos da educação e do espaço urbano. Destaco aqui o antropólogo Ralph Linton - utilizado também por Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso em seus trabalhos - principalmente seu conceito de *personalidade-status*²⁵.

²⁵ Em *O condicionamento sociocultural da personalidade*, texto de Ralph Linton, publicado na coletânea *Educação e Sociedade*, organizada por Luiz Pereira e Marialice Foracchi, existe uma boa discussão e apresentação do conceito de *personalidade-status*. Para Linton, a personalidade do indivíduo é em grande parte determinada culturalmente. As determinações socioculturais da personalidade aparecem nos níveis mais íntimos da personalidade e são decorrência de processos e técnicas educacionais elaborados socialmente. Segundo o autor, “[...] Os membros de qualquer sociedade sempre apresentarão um conjunto de componentes de personalidades comuns. Esses componentes podem ser de qualquer grau de especificidade, variando desde as simples respostas manifestas – do tipo das “maneiras de comportar-se à mesa” - até atitudes altamente genéricas. [...] Esses componentes comuns de personalidade formam, em conjunto, uma configuração bem integrada, que pode ser denominada *Tipo de Personalidade Básica* para a sociedade considerada como um

A sociologia sistêmica de Talcott Parsons também estrutura a abordagem de Luiz Pereira, mas está bem diluída no “padrão científico do trabalho sociológico” estabelecido por Florestan Fernandes, referência fundamental de Luiz Pereira. Max Weber também é uma referência citada por tratar-se de um estudo em que a burocracia figura como objeto, mas a leitura de seus conceitos está perpassada pelas referências já citadas.

Este referencial conferiu sistematicidade ao trabalho, mas não engessou a pesquisa. Isso fica bem claro pelo sabor antropológico do texto, principalmente nos dois primeiros capítulos. Além de compreender a dinâmica entre a escola, sua localidade, junto à ação dos atores sociais, Luiz Pereira conseguiu inserir um tema transversal na pesquisa, ao descrever como a relação entre os gêneros no ambiente escolar e nas residências de Água Redonda se estabelecem de forma conservadora, isso num momento em que as ciências sociais não tratavam destas questões.

A questão da intervenção social para a mudança dirigida - de inspiração mannheimiana, importante para o autor e outros pesquisadores ligados a Cadeira de Sociologia I, como a professora Marialice Foracchi²⁶ -, aparece na pesquisa ao serem

todo. A existência dessa configuração proporciona, aos membros da sociedade, interpretações e valores comuns, e torna possível a resposta emocional unificada dos membros da sociedade a situações em que seus valores comuns estão envolvidos. Também se verificará que em toda sociedade há, ainda outras configurações de respostas, ligadas a certos grupos socialmente delimitados no interior da sociedade. [...] Numa sociedade estratificada, diferenças dessa espécie podem ser observadas entre as respostas características de indivíduos de diferentes níveis sociais, como nobres, plebeus e escravos. Essas configurações de respostas ligadas ao *status* podem ser designadas por *Personalidades-status*. Estas são da maior importância para o bom funcionamento da sociedade, uma vez que tornam possível aos membros interagirem com êxito, com base apenas nas indicações ou símbolos de status [...] (FORACCHI; PEREIRA, 1969, p.52)

²⁶ Marialice Mencarini Foracchi (1929-1972) foi docente e pesquisadora da USP. Participava do grupo de pesquisadores sob a orientação de Florestan Fernandes, o qual Luiz Pereira também estava integrado. Dedicava-se ao estudo do tema da juventude e das gerações, tendo como uma de suas influências os escritos de Mannheim. (Para uma interpretação dos trabalhos da autora ver: Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude, in *Tempo soc.* vol.17 no.2 São Paulo Nov. 2005) Junto com Luiz Pereira organizou a coletânea *Educação e Sociedade*, na qual uma série de textos sobre sociologia da educação são elencados. A coletânea é dividida em seis partes, onde temas como educação, desenvolvimento; educação e estrutura social; e o estudo sociológico da escola figuram como as linhas mestras. O objetivo de sua organização era fornecer subsídios para o estudo da educação para alunos do Ensino Normal e de nível superior. Na introdução da coletânea Foracchi e Pereira descrevem “[...] a educação consiste num processo inclusivo – analiticamente apreendido como uma dimensão de outros processos sociais globais – que assume fórmulas múltiplas e se realiza em dois níveis: sociocultural e psicossocial [...] a educação deve ser focalizada com objeto de análise sociológica [...] Para o sociólogo é tão importante conceber a educação como processo social específico, que se desenvolve na escola, quanto atentar para as vinculações desta com as demais formas do processo educacional e para as conexões deste processo com a configuração estrutural da sociedade global [...]” (FORACCHI; PEREIRA, 1969, p.3 e 4). Os autores ali selecionados são importantes para a obra de Luiz Pereira e muitas de suas noções aparecem em seus trabalhos sobre educação. Alguns destes autores já

constatadas as tensões na vida escolar, e a importância da “intervenção deliberada” para superá-las. Passemos a descrever o trabalho em questão.

O local onde foi realizada a pesquisa foi na cidade de Santo André numa escola onde Luiz Pereira atuou como professor. A escola localizada numa região denominada Água Redonda insere-se num contexto de expansão da área urbana da cidade sobre o espaço rural loteado, localizado à margem dos trilhos da estrada de ferro Santos a Jundiaí (PEREIRA, 1967, p. 20 - 21). O estudo se assemelha a uma abordagem de estudos de comunidade, porém, não em caráter estrito, como apresenta o autor²⁷.

Os moradores da localidade são operários e trabalham nas fábricas da cidade de Santo André²⁸. Compartilham com outras localidades da região – Jardim Santo Antônio, Vila Madalena e Boqueirão - também originadas de loteamentos, características sociais e de ocupação do espaço. O perfil dos ocupantes e sua origem social são descritas por Luiz Pereira da seguinte maneira:

[...] tendo em vista a vida pregressa das famílias atualmente residentes na área escolar de Água Redonda, a ocupação dos loteamentos que a formam constituem a fase final de um processo de migração rural-urbana. Esse povoamento representa a fixação definitiva de um contingente de famílias rurais e semi-rurais na região metropolitana [...] Chegaram atraídos pela possibilidade de melhorar suas condições de existência, por eles julgadas inferiores ou deficientes em função dos padrões de vida das grandes cidades. Habitavam a zona rural ou regiões periféricas de cidades interioranas. (PEREIRA, 1967, p. 27).

citamos no corpo do texto, todavia cabe mencionar outros igualmente importantes com, Wilbur B. Brookover (A educação como processo de controle social: função conservadora e função inovadora), Emile Durkheim (A educação como processo socializador: função homogenizadora e função diferenciadora) e Antonio Cândido (A estrutura da escola). Antonio Cândido foi professor de Luiz Pereira e exerceu influência sobre o jovem educador. O texto *A estrutura da escola*, contém algumas das principais linhas e diretrizes da pesquisa de Luiz Pereira, *A Escola Primária Metropolitana*.

²⁷ “[...] Essa área escolar não constitui, *stricto sensu*, uma comunidade. Em vez de apresentar uma vida comunitária própria, faz parte de uma comunidade centralizada no Parque Bristol e num plano mais amplo, integra-se na comunidade inclusiva formada pela cidade inteira de Santo André. Neste trabalho definimos comunidade como um agregado humano com residência estável numa certa área geográfica, na qual se concentra ponderável variedade de instituições e associações capazes de satisfazerem os diversos interesses comuns desse agregado. Essas instituições e associações, desde que localizadas na área de residência, operam como forças centrípetas e atuam em conjunto, com foco de vida comunitária nesta área [...]” (PEREIRA, 1967, p. 21).

²⁸ “[...] Os habitantes dessa área escolar praticamente não participam do intenso fluxo diário entre Santo André e São Paulo. Para eles, Santo André não apresenta deficiências em instituições e associações que possam atender a seus interesses [...] a grande movimentação de pessoas residentes em Água Redonda [...] deve-se ao fato de as instituições, que satisfazem aos interesses econômicos básicos das famílias operárias aí moradoras, se localizarem fora dessas áreas de residência [...]” (PEREIRA, 1967, p. 23).

O autor começa a descrever outros aspectos da vida social da localidade, dando destaque aos valores e estratégias que lastreiam os anseios de ascensão social desta população e por sua vez garantem status e distinção social. Conseguir uma casa própria confere status ao morador local²⁹ e é um desejo coletivo na região estudada.

A divisão do trabalho entre os gêneros integra as estratégias para a ascensão social. O ideário da mulher é ser dona de casa, todavia, enquanto as crianças por lei não podem trabalhar a mulher ajuda ao marido “trabalhando pra fora”, por exemplo como lavadeira, para constituir a renda mensal familiar. Com as crianças em idade de ingressar no mercado de trabalho, a mulher transforma-se em dona de casa, sendo este um valor estruturante da vida doméstica do lugar (PEREIRA, 1967, p. 31).

Por perceberem a necessidade da instrução básica para a inserção no mercado de trabalho, e desta maneira obter relativo sucesso na vida urbana e industrial, as famílias matriculam suas crianças na escola primária de Água Redonda no intuito de garantir a instrução básica do rebento. A formação primária completa consagrada pelo diploma é o critério utilizado pelas indústrias na seleção dos jovens para seus quadros. Além da formação primária, a formação técnica secundária também é um anseio familiar.

[...] os pais já tomaram consciência da pressão difusa do meio urbano da pressão direta das indústrias nele existentes, no sentido de o curso primário completo consistir num requisito mínimo para os filhos chegarem a exercer determinadas profissões operárias qualificadas. O aprendizado desses “ofícios” por prática dentro de uma fábrica ou por uma escola industrial constitui o passo seguinte para isso. As famílias sabem que a primeira dessas vias é menos segura: o rapaz pode permanecer trabalhando numa fábrica sem se especializar num “ofício”. Depositam mais confiança no segundo caminho – aprendizado de um “ofício” através da frequência a uma escola industrial. Santo André possui duas escolas desse tipo: uma pública, de grau médio, e outra mantida pelas indústrias – o SENAI. [...] Para as famílias residentes na área, o SENAI ajusta-se ao seu desejo de ascensão social, na parte em que esta pode realizar-se pela futura participação dos filhos no operariado qualificado [...] (PEREIRA, 1967, p. 37)³⁰.

²⁹ “[...] o número de cômodos da casa e as comodidades materiais do seu interior constituem um critério hierarquizador de posições [...]” (PEREIRA, 1967, p. 29). O autor prossegue na descrição do que seria uma casa ideal para os moradores da região na página 30.

³⁰ Estudar no SENAI garantia além do conhecimento da sala de aula a experiência profissional com pequena remuneração (PEREIRA, 1967, p.37).

A preocupação com a formação do filho, latente, não é demonstrada em relação às filhas mulheres e desta maneira sua formação é deixada em segundo plano. Assim como em relação às mulheres mais velhas, deixar as jovens o maior tempo possível dentro de casa é um dos objetivos de se garantir a estabilidade financeira. Para as filhas desenvolver uma ocupação doméstica, por exemplo, a de costureira, para obter uma renda extra, está de acordo com os princípios da realidade local (PEREIRA, 1967, p.39).

A permanência deste tipo de mentalidade patriarcal no ambiente urbano é notada por Luiz Pereira ao tratar da questão do gênero, mas o patriarcalismo não fica restrito este aspecto da realidade. Na forma de atuação política destes operários no ambiente fabril também se notam componentes ligados ao passado rural.

[...] de permeio com os elementos culturais urbanos assimilados, o comportamento dos adultos da área revela a persistência de representações, atitudes, expectativas e valores formados fora do ambiente inclusivo altamente urbanizado [...] como operários, muitos esperam dos chefes ou patrões um comportamento de tipo paternalista; quando frustrados nessa expectativa, chegam a reagir tipicamente como proletários “avançados”, quando acontece quando participam de movimentos reivindicatórios grevistas [...] (PEREIRA, 1967, p.42).

Pensando a partir da perspectiva do ajustamento ao ambiente urbano desta população, Luiz Pereira enxerga o espaço escolar como importante, pois a despeito de integrarem as classes sociais mais baixas já se encontram em processo de aculturação em relação à cultura urbana, colocada frente à frente com os valores herdados do mundo rústico. A região da escola demonstra para o autor o desenrolar deste processo e o fato das famílias retirarem as crianças da escola apenas em caso de extrema dificuldade financeira ilustra bem mudanças no âmbito da mentalidade (PEREIRA, 1967, p. 47 - 48).

Estas alterações, para Luiz Pereira, caracterizam a formação da sociedade de classes em forma avançada, na qual os componentes estamentais que cercam as classes sociais começam a sofrer certos abalos. O autor sinaliza as linhas gerais deste processo como remontadas ao período da República Velha (PEREIRA, 1967, p.49 - 50). O espaço onde está inserida a escola de Água Redonda funciona como local de ajuste das classes sociais ao novo contexto, por isso seu estudo é importantíssimo. Em tese, este microcosmo revela o sentido do processo social mais amplo, portanto, trata-se de uma área privilegiada.

A Escola de Água Redonda é caracterizada pelo autor como uma empresa pública, integrada a um amplo sistema administrativo e como parte deste sistema sua análise revela aspectos do funcionamento do todo. “[...] Se apresenta enquanto empresa, como uma agência de socialização intencionalmente dirigida, destinada a transmitir determinado setor da herança cultural e a levar certos indivíduos – os alunos – a participarem de determinados sistemas sociais [...]” (PEREIRA, 1967, p.54).

Organizada nos princípios da pedagogia moderna - da *Escola Nova* -, concepção adotada pelo Estado de São Paulo, a instituição sofre com a precariedade física e de materiais escolares, e também com a quantidade excessiva de alunos por sala de aula. Estes problemas já estabelecem uma contradição entre a teoria fundamento da organização e a realidade escolar.

Inserida neste contexto social a escola imprimirá uma tensão social e sofrerá pressões do ambiente. Por conta de sua forma de organização burocrática, racional e estatutária, seu poder de ação fará frente aos valores e práticas sociais de tipo tradicionais. A partir desta tensão imprimirá força ao processo de secularização e democratização da sociedade (PEREIRA, 1967, p. 58). Para compreender o jogo entre estas forças sociais o autor estuda a ação dos sujeitos no interior da escola.

Como demonstra Luiz Pereira, o processo de secularização e democratização que compreende uma mudança na mentalidade dos sujeitos sociais, não é simples e para entendê-lo é necessário proceder com a:

[...] análise das formas do Regimento relativas a cada uma dessas posições (professor, diretor, servente, alunos e demais funcionários da escola); das representações ideais de status de status de fato vigentes na escola de Água Redonda (status = posição); dos comportamentos efetivos dos ocupantes de tais posições; e das discrepâncias e áreas de superposição desses três níveis – o ideal legal, o ideal vigente e o comportamento real [...] (PEREIRA, 1967, p. 64).

Para exemplificar as contradições e discrepâncias entre as atitudes e representações vamos descrever algumas das observações feitas pelo autor acerca dos atores que povoam o espaço escolar. Em relação à figura do diretor, Luiz Pereira anota desde o não cumprimento de elementos básicos do regimento ao exercício do poder à maneira do chefe patriarcal.

No controle dos professores, o diretor deve comportar-se como um “fiscal” vigilante, mas distante, tratando-os com firmeza, equidade e discrição. Só assim conseguirá “impor respeito”. “Impor Respeito” às serventes implica manter com elas relações diferentes das estabelecidas com os professores: significa admitir o seu status sócio-econômico geral como inferior ao dos professores e tratá-las mais ou menos como empregadas domésticas, sem lhes “dar confiança”. Por outro lado, “impor respeito” aos alunos pressupõe sustentar, neles, uma espécie de temor reverencial para com o diretor [...] quando no cargo estão mulheres, espera-se delas o mesmo comportamento; a “boa” diretora seria “masculinizada” [...] (PEREIRA, 1967, p. 67).

Figuras como o auxiliar do diretor, diferentemente dos pré-requisitos regimentais, tem na perspectiva dos atores da escola de ser bem relacionado com o diretor para cumprir sua função de maneira adequada, um critério altamente pessoalista. As serventes são encaradas como empregadas domésticas fato já descrito. Os alunos são tratados de maneira igualmente patriarcal e para Luiz Pereira no próprio regimento escolar eles possuem um papel *semi-burocratizado*³¹.

Por fim, os professores. No âmbito da agência escolar são os principais atores no desenvolvimento da moderna mentalidade dos alunos, todavia, sua ação é marcada pelo conservadorismo. O professor primário porta-se como proprietário de seu cargo, da sala e dos alunos nela incluídos. Atua como se sua autoridade pairasse acima a da própria família dos alunos da escola e junto ao pessoal administrativo se representam no papel de proprietários da escola³².

³¹ “[...] A pequena idade e a baixa condição sócio-econômica das crianças, que não são critérios burocráticos, entram como componentes de personalidades-status ideal dos alunos, que fornece de fato padrões para as expectativas dos membros adultos da escola de Água Redonda a respeito da conduta dos alunos. Nessa representação ideal, evidencia-se a existência de modos de dominação tradicional dos adultos, de concepções paternalistas acerca do magistério primário [...]” (PEREIRA, 1967, p.89).

³² “[...] A vigência, entre os professores dessa escola, desse complexo de padrões de comportamento e valores descrito, e tomado por eles como modelo de conduta, opera como força anti-burocrática no interior do sistema consistente naquela escola [...] Desse confronto ressalta, em primeiro lugar, a diferença entre as áreas de atividade do professor: a do *Regimento* apresenta-se mais ampla do que a observada no plano ideal vigente. Neste, as atividades do professor tendem a confinar-se às tarefas relativas à sua classe. Em segundo lugar, ainda neste plano as atividades de classe são concebidas de forma diferente da constante daquele estatuto: o ensino e o controle da disciplina dos alunos tendem a processar-se através de técnicas antiquadas. Terceiro, a autonomia do professor torna-se mais restrita no Regimento em comparação com o ideal vigente, de acordo com a qual o controle do diretor sobre o professor há de ser distante e reduzido. Quarto, no plano definido pelo estatuto, as relações do professor com as serventes consistem em relações com funcionários [...] Quinto, e fundamental, ainda neste último plano as concepções sobre cargo docente e a escola pública primária assumem conteúdo patrimonialista incompatível com o teor racional-legal do Regimento [...]” (PEREIRA, 1967, p.80).

Ao estudar a dinâmica entre a escola e os moradores, Luiz Pereira percebe como as representações e atitudes sociais estão ligadas a temporalidades sociais distintas. No jogo de representações entre os funcionários administrativos, professores e moradores do local a escola é encarada enquanto benefício oferecido pelo governo e não um direito social (PEREIRA, 1967, p.106 - 107).

A concepção patrimonialista dos docentes e de outros funcionários fomentam atitudes discriminatórias por parte destes em relação aos moradores. O autor registra este fato como consequência da posição ocupada por estes atores sociais no âmbito da sociedade de classes, situadas na camada média. Todavia, mesmo convivendo ao mesmo tempo em duas temporalidades sociais distintas, a ação docente possui uma positividade por estar vinculada ao processo de avanço da sociedade de classes, a despeito da forte concepção patrimonial que lastreiam as relações entre professores, pais e alunos (PEREIRA, 1967, p.112 - 113).

[...] as atividades docentes, pela transmissão cultural que realizam, acarretam no aguçamento da consciência dos moradores da área escolar a respeito de sua baixa posição na hierarquia sócio-econômica da comunidade urbano industrial à qual se integram os loteamentos por eles habitados, favorecem o inconformismo com suas condições de vida e apoiam o seu desejo de ascensão social [...] (PEREIRA, 1967, p, 131).

Ao estimular aspirações condizentes com ambiente urbano, a escola continua a promover o ajustamento desta população à sociedade de classes e a partir da assimilação da cultura e do modo de vida urbano a própria comunidade de Água Redonda passa a exercer pressão no ambiente escolar, no sentido de forçar a burocratização da instituição (PEREIRA, 1967, p. 122). A pressão exercida pela comunidade é de fundamental importância para o processo de secularização cultural.

Para Luiz Pereira, a formação dos professores nas escolas normais contribui decisivamente para a reprodução da mentalidade conservadora de tipo patrimonialista no ambiente escolar. Embora pautado por modernas técnicas pedagógicas – o ideário escola novista - a ênfase nos processos racionais do processo ensino-aprendizagem são deixados

de lado para serem enfatizados o caráter missionário da atividade do professor que coincide com a visão filantrópica do ensino³³.

Esse caráter disfuncional entre a formação profissional, o regulamento escolar e a realidade social onde está inserida a escola garantem todas as condições para a “desilusão com o magistério”, sustentada pelos professores. Obviamente, os baixos salários agravam e muito a insatisfação desta categoria com a própria atividade profissional (PEREIRA, 1967, p. 147).

Analisados conjuntamente, o contexto social da escola, a relação entre os atores sociais - inseridos num momento de mudança social e aceleração econômica -, formam um quadro geral com problemas a serem:

[...] vistos em conjunto e do ângulo das exigências de reintegração do sistema social inclusivo – como o desenvolvimento de classes urbano-industrial -, o estado atual do funcionamento interno da escola de Água Redonda e o das suas relações com a área escolar configuram-se, portanto, como problema social que se instaura no âmbito institucional. De fato, a análise efetuada revela que tal problema não se define apenas em termos da “preparação do professor” e da confiança na eficácia das “exigências do meio melhoradas pelo progresso”. Ela ressalta, como fatores mais relevantes dessa situação-problema, a estrutura e a organização da própria escola, apontando-as como forças de resistência à inovação [...] Daí a necessidade de reconhecer-se a insuficiência dos processos de mudança espontânea, a imposição de pensar-se a escola como instituição com estrutura e organização suscetíveis de mudança deliberada, e a urgência de intervir-se racionalmente na própria estrutura e organização da escola primária para adaptá-la às suas funções no meio urbano-industrial e à civilização atual [...] (PEREIRA, 1967, p. 151 - 152).

Muitas das questões elaboradas e desenvolvidas neste trabalho serão aprofundadas pelo autor noutra pesquisa, sua tese de doutoramento intitulada *O professor Primário Metropolitano*, a qual trataremos agora. Para começarmos a escrever sobre o trabalho *O professor Primário Metropolitano* cremos ser interessante ressaltar de início as duas instituições nas quais o autor estava vinculado no momento da pesquisa e que possibilitaram sua realização.

³³ “[...] Em outras palavras, em vez de consistirem numa força de oposição às concepções de teor patrimonialista acerca do magistério e da escola primária, os valores e normas da pedagogia moderna como que se fundem com estas, dando-lhes fundamentação teórica e contribuindo para a sua persistência [...]” (PEREIRA, 1967, p. 143).

Esta informação consta nas páginas iniciais do livro³⁴. As instituições são FFCL de Araraquara e o CBPE³⁵. É importante frisar este vínculo por conta de como estamos procedendo neste trabalho, ao pensar o autor inserido em seu contexto social. Outro aspecto importante a ser destacado de início é a abordagem realizada pelo autor em relação ao objeto de estudo, no caso uma categoria ocupacional. Frente à categoria do professorado primário, na qual a maioria dos membros são mulheres, ele pretende:

[...] focalizar a formação escolar e a carreira profissional dos professores primários; a estudar o comportamento dos professores em face da sua situação de trabalho no sistema escolar primário público estadual; e a considerá-los como componentes das camadas sócio-econômicas médias [...] (PEREIRA, 1963, p.7).

Metodologicamente o autor trabalha com dados primários e secundários. Os dados primários são obtidos de diversas procedências, incluindo informações coletadas através de questionários e formulários elaborados para a pesquisa. Os dados secundários são as leituras realizadas pelo autor, também de origem diversa, entre jornais e artigos científicos. Assim, vamos focalizar nalgumas referências e conceitos que imaginamos serem interessantes para nossa leitura da referida obra.

Dentre os autores mobilizados, muitos são comuns aos utilizados noutros trabalhos de Luiz Pereira, no caso Parsons, Mannheim e Florestan Fernandes.³⁶ C. W. Mills aparece neste trabalho por conta do professorado ser uma categoria social inserida no setor médio da sociedade - Mills tratou do fenômeno dos *White Collars* nos Estados Unidos, e estes são membros da classe média estadunidense. Agora, mais interessante é notar como referência metodológica importante Marcel Mauss.

³⁴ Especificamente em PEREIRA, 1963, p. 8.

³⁵ Na página mencionada na nota anterior lê-se: “[...] Esta monografia representa o produto de um empreendimento razoavelmente longo e trabalhoso, inexequível sem a cooperação de grande número de pessoas e instituições. A todas o autor sente-se agradecido, principalmente àquelas cuja colaboração foi mais decisiva: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (inclusa no Programa de Pesquisas sobre os Processos de Urbanização e Industrialização no Brasil), na pessoa do Prof. Darci Ribeiro, pelo financiamento; na Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras de Araraquara, na pessoa de seu diretor, Prof. Dr. Paulo Guimarães da Fonseca, pelas facilidades de várias ordens concedidas durante a pesquisa [...]” (PEREIRA, 1963, p.8).

³⁶ Simone de Beauvoir, Alva Myrdal e Viola Klein são autoras que trabalham a questão de gênero, fundamental nesta pesquisa e integram o referencial do autor.

Anteriormente, ao tratarmos de *A Escola Primária Metropolitana*, mencionamos o forte sabor antropológico da pesquisa. No caso de *O professor primário metropolitano*, uma pesquisa já de fôlego ampliado, um conceito antropológico é trazido para dar consistência à metodologia pesquisa.

Sem dúvida, só se pode montar o arcabouço teórico de que se serve neste trabalho por ter-se fixado um ponto de vista sociológico inclusivo, capaz de permitir a integração dos conceitos e esquemas conceituais parciais selecionados. Esse ponto de vista reside na concepção expressa por Mauss, na frase “fenômenos sociais totais”, e que leva a ver o parcial no total, estudando os aspectos daquele como manifestação da pluridimensionalidade do social, indagando das interconexões do setor em análise com os demais componentes do tipo de sistema social global onde se insere. [...] O princípio heurístico inerente à concepção dos fenômenos sociais totais é dos que situam o pesquisador nessa linha de reflexão sociológica, mesmo quando se ocupe simplesmente de um segmento do sistema social de determinado tipo histórico – o magistério primário, por exemplo [...] (PEREIRA, 1963, p. 16 - 18).

A busca das conexões entre os fenômenos sociais, seus determinantes históricos, sociais, econômicos, pensados a partir de princípios heurísticos - e isso é claro em pelo menos duas de suas obras, em *O professor primário Metropolitano e Trabalho e Desenvolvimento no Brasil* -, impõe, a partir desta forma de proceder nas investigações, como uma das características do o trabalho de Luiz Pereira.

Pensamos que sua sensibilidade antropológica expressa nas pesquisas, seja ao observar os anseios do operariado ao construírem suas residências ou a inserir questões relativas a gênero em seus trabalhos, somadas ao rigor e rigidez profissional, encontravam âncora em sua sensibilidade a situações de preconceito e na própria disciplina com que levava a vida³⁷.

Como profissão onde a maioria predominante são mulheres, o autor dedica um capítulo inteiro à questão de gênero, sendo o eixo temático da pesquisa *mulher e trabalho*. Este fenômeno é observado por Luiz Pereira através do ponto de vista estrutural, ideológico

³⁷ Estas características pessoais de Luiz Pereira são reveladas por José de Souza Martins em entrevista à CASTRO (2010).

e motivacional (PEREIRA, 1963, p.21). O autor também procura compreender o papel desempenhado pela mulher na vida social a partir de sua posição na estratificação social³⁸.

O autor, ao analisar a população economicamente ativa feminina identifica algumas atividades profissionais onde estão inseridas 77,8% das mulheres. Nesta tipologia aparecem as seguintes profissões: empregadas domésticas, costureiras, camponesas, tecelãs, professoras e escriturárias (PEREIRA, 1963, p. 31 - 32). As professoras são em sua grande maioria, nos anos de 1950, professoras primárias.

No período, a maior quantidade de cargos no magistério era de nível primário, o que de alguma maneira explica a escolha deste tipo de carreira pelas mulheres, todavia, o autor procura outras causas para o fenômeno encontrando-a na estrutura social. Segundo Luiz Pereira,

[...] enquanto processada pela ocupação das posições contidas no sistema escolar em conjunto, o magistério primário apresenta-se [...] como campo tradicional e genérico à sociedade brasileira, de participação feminina na população economicamente ativa. Essa situação deve-se, como se mostrará, às possibilidades que o magistério primário oferece à acomodação, quando não à integração, entre papéis domésticos e profissionais [...] (PEREIRA, 1963, p. 34).

A assimetria entre os gêneros surge ao se comparar à posição ocupada pela mulher dentro do próprio sistema escolar onde, por exemplo, ocupam 93,3% dos cargos de professor primário, e apenas 2,2% do cargo de Delegado de Ensino³⁹. Mais uma vez o autor se volta para a estrutura social para constatar que:

³⁸ “[...] A distribuição das atividades pelos sexos, no interior do sistema de produção de bens e serviços, constitui apenas um caso de diferenciação interna dos sistemas sociais globais, em que o sexo, fator biológico, adquire conotação social e age como força organizadora. Nas denominadas modernas sociedades civilizadas ocidentais, com estrutura de família patriarcal ou patriarcalóide com referência às relações entre os sexos, pelo menos no plano das representações coletivas ideais, à mulher adulta reserva-se, tradicionalmente, um complexo de atividades “domésticas” não remuneradas, composto pelos quefazeres do lar e cuidados aos imaturos do grupo familiar; ao homem adulto, um complexo de atividades “profissionais”. O status total do homem adulto, no sistema de estratificação sócio-econômico, derivaria fundamentalmente da atividade “profissional” por ele desempenhada, enquanto o da mulher seria um status reflexo, na medida em que derivaria do status total do homem “chefe da família” [...] Haveria, portanto, interdependência funcional entre a estratificação social geral, a estrutura ocupacional e a estrutura familiar [...]” (PEREIRA, 1963, p.22). O autor frisa que esta é uma descrição ideal, não se realizando completamente na prática, possuindo variações de acordo com a classe social e aptidão para o consumo.

³⁹ Dados retirados do quadro localizado na página 36, referentes ao sistema escolar primário do Estado de São Paulo.

[...] nos níveis mais elevados as ocupações femininas típicas são as de professora, assistente social, enfermeira, secretária particular e recepcionista. Esses papéis tendem a possuir acentuado cunho expressivo e freqüentemente a ser “auxiliares” ou “subsidiários” dos papéis masculinos. Na organização ocupacional, eles são análogos ao papel de esposa-mãe na família. [...] Está-se, pois, diante de um estado do sistema social global marcado pela integração entre sistemas sociais familiares e sistema de ocupação profissionais. Imposições integrativas, ligadas a forças mantenedoras do equilíbrio interno do sistema social global, não só limitam o montante da participação feminina no sistema de ocupações profissionais, como também dirigem a profissionalização da mulher para certos setores desse sistema – aqueles que, como o magistério primário, propiciam maiores possibilidades integrativas entre os papéis femininos domésticos e profissionais [...] (PEREIRA, 1963, p.38).

As justificativas comuns apresentadas sobre o porquê da “vocação” da mulher para o magistério primário referem-se a habilidades e características tidas por inatas ao gênero feminino, como “instinto maternal”, “paciência”, “docilidade”. Neste caso, para Luiz Pereira, ao pensarmos a divisão sexual do trabalho tendo o magistério primário enquanto caso, temos a possibilidade verificar o cruzamento entre dois níveis da realidade social, o estrutural e o ideológico. Para o autor, trata-se de uma ideologia conservadora, por entre outros motivos, fomentar concepções como “a escola como extensão do lar” ou a “professora como segunda mãe”. (PEREIRA, 1963, p. 54, 55, 57)

Como uma profissão que permite integrar as atividades domésticas e familiares com o trabalho fora de casa, o magistério primário não apresenta nenhum caráter “disruptivo” das relações sociais e entre os gêneros. Apesar de possuir valor e status social, esta ocupação “[...] em foco não atinge o estágio “qualitativo” da profissão masculina [...]” (PEREIRA, 1963, p. 66, 67). O fato de a remuneração ser menor também:

[...] indica (que) os estereótipos de sexo ligados ao magistério primário e a interdependência entre eles e o nível de remuneração, agem como outras poderosas forças sociais responsáveis pela elevada predominância numérica feminina naquela ocupação, ao afastarem dela os indivíduos masculinos [...] (PEREIRA, 1963, p.60).

A articulação entre estes papéis sociais, a predominância da mulher nesta posição dentro do sistema de ensino e na vida social contribui para a perpetuação de seu “destino” e

impossibilita sua chegada aos cargos de maior status e prestígio, refazendo a assimetria entre os gêneros. Os elementos motivacionais para a busca de uma carreira profissional também são pautados pela ideologia do magistério como vocação feminina e seus estereótipos.

Outras questões trabalhadas pelo autor possuem como referência a articulação entre os horários das atividades das professoras com seus afazeres domésticos, a relação entre casamento e escolha profissional⁴⁰ e também a utilização de trabalhadores domésticos para realizarem suas atividades em casa. A análise destas questões fornece os dados que participam como substrato das questões acima descritas.

Luiz Pereira também reflete sobre a formação das professoras e sua mobilidade horizontal e vertical na estratificação da sociedade. Contextualiza o sistema escolar no conjunto da sociedade e percebe os focos de pressão aos quais o sistema escolar está submetido: o primeiro deles é a modernização social e tecnológica que leva a mudanças no mercado de trabalho e por consequência na demanda por ensino, e o anseio dos indivíduos à educação para aumentar status social (PEREIRA, 1963, p.71).

O espaço principal de formação do professor primário são as escolas normais. Enquanto missão institucional, além da formação de professores primários, as escolas normais fomentavam a especialização e a formação de pessoas aptas a administrar o ensino, atuando, pois, como espaço de formação profissional com o objetivo de inserir pessoas qualificadas a ingressarem no mercado de trabalho. Todavia esta é apenas uma de suas funções. Segundo Luiz Pereira,

Ao lado da função técnico-profissional, as escolas normais funcionam como "colégio para moças", dado que ponderável parcela de sua clientela se destina exclusivamente ao padrão "doméstico" de atividades – via casamento [...] Nessas circunstâncias, as escolas normais aparecem como agência de modernização dos papéis maternos [...] Ressalte-se que, por essas funções, o ensino normal, no plano das consequências sociais não manifestas, comporta-se como mecanismo pelo qual as famílias procuram assegurar, para si e para as filhas, níveis mínimos de posição sócio-econômica relativamente elevados [...] Trata-se, sem dúvida, de um caso particular da interferência do conteúdo simbólico da escolarização, como índice de status superior [...] (PEREIRA, 1963, p. 75 - 76).

⁴⁰ Segundo Luiz Pereira, "[...] a interferência da "carreira profissional" no ajustamento das professoras primárias ao padrão doméstico, pelo desempenho dos papéis de esposa, parece fazer-se principalmente pelo retardamento da idade de casamento e pela seletividade do cônjuge segundo o estrato econômico que pertença [...]" PEREIRA, 1963, p.42).

O autor também demonstra como grande parte dos normalistas não manifestam interesse em abraçar o magistério, ou no caso de se tornarem docentes, sua formação profissional se encerra com o término do curso normal, sendo seu grande objetivo ingressar nos quadros do ensino público do Estado de São Paulo (PEREIRA, 1963, p. 76, 84, 86).

Por ser uma carreira com atrativos, instauram-se situações de competição entre os docentes dentro de um sistema de acumulação de pontos. As cadeiras melhores localizadas são as mais disputadas e geralmente o ingresso dos docentes se dá em áreas mais remotas, no interior do Estado, transformando a capital do Estado num fator de atração dos professores (PEREIRA, 1963. P.101 - 104)⁴¹.

O fator distância da família é prejudicial principalmente para as mulheres, por conta dos outros papéis sociais que desempenham. O autor cita como exemplo de problema para a ascensão vertical de docentes mulheres da condição de professora à diretora, inicialmente a já mencionada necessidade de residir longe da família; segundo, por ser um emprego de período integral, incompatível com as atividades domésticas de meio período e terceiro, o salário de diretor apesar de maior não é financeiramente atrativo (PEREIRA, 1963, p. 116 - 117)⁴².

O desinteresse pela continuidade da formação dos docentes e o tipo de vinculação estabelecida entre estes com a carreira do magistério contribuem para configurar, na percepção do autor, uma situação de crise do ensino primário. Os estímulos insuficientes oferecidos aos indivíduos para ingressarem na carreira e desenvolver-se nela, assim como os valores ideológicos e sociais que envolvem a categoria impossibilitam a profissionalização completa da atividade, e por consequência, reduzem a capacidade de a

⁴¹ “[...] a intensa mobilidade dos professores primários depende de algumas características do sistema escolar primário público estadual. Primeiramente, do grande número de cargos docentes distribuídos pelo Estado de São Paulo, mas concentrados nas zonas citadinas, devido ao aspecto demográfico do acentuado processo de urbanização dessa região. Em segundo lugar, do fato de que essa ramificação geográfica do sistema escolar possibilita a existência de cargos docentes situados em estabelecimentos mais ou menos próximos das famílias dos professores, não obstante o início da carreira destes tende a afastá-los, por algum tempo, dos locais de residência [...]” (PEREIRA, 1963, p.113).

⁴² Segundo o autor, “[...] no padrão de mobilidade vertical da carreira profissional no sistema escolar primário público estadual, observa-se, tanto quanto no padrão de mobilidade horizontal das professoras, o jogo e balança de forças racionais-legais e tradicionais: de um lado, o molde burocrático para a carreira profissional em plano horizontal ou vertical; de outro, os componentes ligados à condição social tradicional da mulher [...]” (PEREIRA, 1963, p.117).

escola exercer sua função socializadora, de fundamental importância na etapa urbana e industrial na qual a sociedade brasileira ingressava (PEREIRA, 1963, p. 122 - 123).

[...] pelas opiniões dos professores de escolas normais, o estado presente do magistério primário configura-se por tendências opostas: uma consubstanciada na concepção ideal de uma atividade com características artesanais e socialmente orientada, e outra representada pelas aspirações dos professores primários que valorizam aspectos instrumentais e orientação individualista na ocupação que desempenham [...] (PEREIRA, 1963, p.130).

As representações sociais e educacionais conservadoras impressas na formação do professor primário pelas escolas normais não contribuem à profissionalização da atividade docente, sendo o idealismo presente na formação um fator de desajuste do professor em relação à atividade desenvolvida na escola, causa do choque de realidade vivenciado pelo docente ao desempenhar suas atividades (PEREIRA, 1963, p. 132 - 133).

Outro dado importante apontado pelo autor refere-se à classe social de pertencimento ou origem dos professores primários, no caso, a classe média assalariada. Esse segmento possui para o autor uma postura conservadora, pois:

[...] sua posição fundamental no processo de produção de bens e serviços é a mesma da dos assalariados “manuais”, os membros da classe média assalariada tendem a sustentar concepções etnocêntricas a respeito destes, a manterem com eles relações sociais discriminatórias e segregadoras [...] Tais aspectos da classe média assalariada revelam, de um lado, que esta se define, enquanto classe, negativamente, sobretudo por referência à classe propriamente proletária; e por outro lado, que sua condição e modo de vida estão marcados pela coexistência, no seu interior, de componentes sócio-culturais preservados da ordem tradicionalista – concepção de mundo, padrões de comportamento e valores de conteúdo estamental – e de componentes que nasceram e tem sentido nas civilizações urbanas e industriais [...] (PEREIRA, 1963, p.155).

Portanto, a partir deste quadro o autor enxerga à situação do magistério como marcada por uma crise relacionada primeiramente a integração desta atividade na sociedade de classes em consolidação. Por o magistério ser uma de atividade profissional de baixa remuneração - próxima a do operariado -, leva a uma atitude por parte do professorado de luta por status social, reproduzindo valores e práticas patrimonialistas para garanti-lo.

Desta maneira, o professorado abre mão das orientações sociais positivas inerentes a sua profissão e abraça uma postura instrumental e individualista frente à atividade profissional. O segundo fator que fomenta a crise também está localizado na conjuntura de transição para a sociedade de classes na qual nenhuma uma nova ideologia conseguiu substituir os valores da antiga ordem social no ambiente escolar (PEREIRA, 1963, p.196 - 205).

Em relação à assimetria entre os gêneros no mercado de trabalho (cargos, salários, carreiras), o autor aponta que a profissionalização do magistério poderia colaborar para a maior autonomia da mulher. Esta autonomia poderia conferir um caráter disruptivo ao seu papel em relação ao representado até então, através da conciliação do trabalho fora de casa e a atividade doméstica em meio período. A abertura de novos campos profissionais para a mulher também tem o potencial de democratizar a profissão do magistério a outros segmentos da população (PEREIRA, 1963, p.198 - 200).

Finalizamos a exposição das linhas gerais contidas nestas duas obras do autor para retomar um dado que mencionamos anteriormente. Como descrevemos, a pesquisa *O Professor Primário Metropolitano* recebeu o apoio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (FFCL), instituição em que Luiz Pereira teve vínculo no final dos anos de 1950, início dos anos de 1960. Imaginamos que esta experiência e o contexto histórico e social no qual ocorreu possui significação para a trajetória do autor e sua pesquisa, com descreveremos posteriormente. Na sequência, algumas considerações sobre a FFCL de Araraquara e sua relação com o processo de modernização pelo qual passava a sociedade brasileira serão estabelecidas. Retomaremos na terceira seção a leitura de *O professor Primário metropolitano*, quando comentaremos as pesquisas de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni que traziam o tema do trabalho na sociedade brasileira como problema de pesquisa.

3.1.5 Os Institutos Isolados e a expansão do ensino no Estado de São Paulo

O crescimento econômico dos anos de 1950 no Estado de São Paulo impactou na área educacional e levou a formação de instituições de ensino superior no interior do Estado. A ampliação, nas primeiras décadas do século XX da rede de escolas permitiu o

crescimento do ensino secundário e criou o público com possibilidade a ingressar no ensino superior.

Entretanto, existia uma única grande universidade pública no Estado de São Paulo, a USP criada no ano de 1934. Por isso, para compreendermos a formação dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo (IIESESPS), retomaremos alguns dados sobre conjuntura política de formação da USP, instituição que exerceu máxima influência na formação das instituições de ensino superior do estado.

O Estado de São Paulo que havia apoiado o movimento de 1930, principalmente o Partido Democrático, ao reclamar a ausência de mudanças políticas e constitucionais e o reduzido espaço de poder de parcelas das elites do Estado na nova ordem ameaça partir para sublevação armada. A precipitação de São Paulo no conflito armado se dá entre a associação do Partido Democrático e facções de seu rival o Partido Republicano Paulista.

Os constitucionalistas liberais, liderados pelo Partido Democrático, cometeram um erro fatal ao lançar a revolta. Como era inevitável, permitiram que as exigências de reforma constitucional se misturassem, e finalmente se identificassem com o separatismo regionalista. Isso significa que os constitucionalistas liberais perdiam qualquer apoio para os seus princípios, que bem poderia vir dos centros urbanos em outras partes do Brasil, especialmente dos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul [...] (SKIDMORE, 2007, p. 37).

As tropas do governo central sufocam a insurreição e Getúlio Vargas atuou junto as outras oligarquias regionais para estas não entrarem no conflito. Findada a luta Vargas se conciliou com os setores insatisfeitos de São Paulo. Entretanto, na esteira do conflito de 1932 a USP é fundada como uma resposta das elites derrotadas.

[...] principalmente por meio da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras “instituição de alta cultura livre e desinteressada”, seria a de “afetar a consciência nacional” através da procura de soluções, uma vez que “a fundação de universidades aberta a todos – selecionados de segundo suas capacidades – é indispensável para a constituição de elites dirigentes, particularmente em países como o Brasil. (VAIDERGORN, 2003, p.108).

A clientela inicialmente atraída pela USP era formada por parcelas das elites paulistas, da capital e do restante do Estado, por isso a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras apresentou dificuldades em preencher todas as suas vagas em alguns momentos.

Porém, a despeito deste caráter elitista, se tornou no decorrer de sua existência num espaço primordial dentro do projeto acima enunciado, porque foram nos seus cursos onde estudantes de origem modesta iniciariam sua trajetória de ascensão social, considerando que ainda as portas dos tradicionais cursos de Engenharia, Direito e Medicina estavam cerradas.

Portanto, as licenciaturas serão fundamentais, inclusive para dar continuidade a formação dos professores de ensino primário e secundário.

[...] para suprir o vazio de ocupantes de vagas, o governo passou a comissionar professores primários com vencimentos para se tornarem alunos, o que alterou profundamente o caráter elitista pretendido inicialmente para a FFCL pelos seus fundadores. Segundo Antônio Cândido, a “ideia genial” veio de Fernando Azevedo, então diretor do Instituto de Educação, que contou-lhe a seguinte história: quando Júlio de Mesquita Filho verificou que quase não haveria estudantes, dizendo-lhe que não adiantara o esforço, pois São Paulo não estaria a altura do que eles queriam, e que a faculdade iria fechar por falta de alunos, Fernando Azevedo retorquiu com a proposta de comissionar os melhores professores primários com vencimentos. A medida deu certo e a faculdade recebeu a partir de 1935 e 1936, se não me engano, um contingente importantíssimo de alunos, dos quais saíram alguns dos mais brilhantes professores [...] (VAIDERGORN, 2003, p.121).

A formação do corpo docente de alto nível foi solucionada com a incorporação ao quadro da universidade professores e intelectuais destacados junto a professores e pesquisadores estrangeiros, importantes no período de formação da instituição. Estes foram responsáveis por elevar o nível dos cursos assim como foram determinantes na elaboração do estilo de trabalho científico a ser desenvolvido na instituição.

As condições para a expansão do ensino eram propícias por conta da economia do Estado de São Paulo ter conseguido superar as intempéries da crise de 30. O acúmulo de capital da cafeicultura possibilitou a diversificação econômica no Estado, com a refuncionalização das cidades do interior e da capital no tocante a produção de bens secundários ou primários. Toda a produção era articulada e deslocada através da via férrea presente desde o final do século XIX (VAIDEGORN, 2003, p. 138 - 139).

Outros fatores importantes nestas transformações seriam o término da Segunda Guerra (1939-1945) e a redemocratização da sociedade posta em marcha com o fim do Estado Novo em 1945. No ano de 1946 o poder legislativo paulista, a partir das mudanças

constitucionais na carta do Estado animou a questão da democratização do ensino superior e no ano seguinte, como resultado da ação política dos deputados, as negociações e reivindicações são inicialmente elaboradas, instigadas pela força das bases políticas eleitorais calcadas nas elites regionais ou mesmo outros grupos de pressão. (CORRÊA, 2006. p.16 - 18)⁴³

Mas apenas durante o governo de Jânio Quadros as instituições começaram a ganhar elaboração, como é o caso da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara (FFCL) criada no ano de 1957. Além de Araraquara as cidades de Assis, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto também tiveram IIESEPS instalados⁴⁴ com faculdades de filosofia. Segundo Vaidergorn, [...] o propósito da interiorização do desenvolvimento era uma das prioridades do governo estadual de Jânio Quadros [...] (VAIDERGORN, 2003, p.125).

O surgimento de Jânio Quadros na vida política brasileira se deu com sua eleição para vereador na cidade de São Paulo da qual se tornou prefeito em 1953. Na sequência conquistou o cargo de governador.

Ao longo de suas vitórias eleitorais em São Paulo, Quadros adquiriu grande fama de administrador eficiente. Parecia encarnar as esperanças da classe média que desejava um governo dinâmico, porém honesto. Ao mesmo tempo, apresentava um lado atraente à classe trabalhadora, que via nele um líder carismático, interessado de maneira evidente em estender os benefícios econômicos às classes de baixas rendas [...] (SKIDMORE, 2007, p.232).

A década de 1950 foi de grande crescimento econômico, período em que o processo de industrialização é intensificado. A renovação técnica do parque industrial deste decênio acarretou uma mudança no processo até então extensivo tornado agora intensivo, implicando também no aumento da racionalização da produção com o crescimento da contratação de pessoal técnico administrativo. (PEREIRA, 1967, p. 31 - 33)

No âmbito da política nacional o governo Juscelino Kubistchek (1956-1961) iria centrar sua política no desenvolvimento industrial, sendo seu lema o conhecido “cinco anos em cinco”. Para realizar seu projeto Juscelino Kubistchek estimulou o empresariado

⁴³ O debate e a campanha em torno da defesa da escola pública também estava sendo posto. A relação entre a criação dos institutos e essa discussão é explorada em VAIDERGORN, 2003, p.177.

⁴⁴ Para os decretos e datas de criação assim como os cursos consultar CORRÊA, 2006, p. 15 e 20.

nacional a investir na indústria de base ampliando o crédito, criou grupos executivos – como o *Grupo Executivo da Indústria Automobilística* (GEIA) – e através da instrução 113 da *Superintendência da Moeda e do Crédito* (SUMOC) incentivou a importação de equipamentos industriais para as indústrias estrangeiras investirem no país e se associarem às empresas nacionais. Conjuntamente, estimulou investimentos públicos (SKIDMORE, 2007, p. 205 - 206; PEREIRA, 1967, p. 33).

A base para o progresso foi uma extraordinária expansão da produção industrial. Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pela indústria do aço (100%), indústrias mecânica (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústrias de equipamentos e transportes (600%). De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano e, aproximadamente, 4% per capita. Para a década de 1950, o crescimento per capita efetivo do Brasil foi aproximadamente três vezes maior que o do resto da América Latina [...] (SKIDMORE, 2007, p. 204).

Estabelecidas estas considerações sobre o contexto político e econômico do país retomamos a descrição da formação dos IIESESPS. A despeito da conjuntura econômica e política favorável à criação dos IIESESPS, sua formação encontrou oposição de setores da USP que se preocupavam com a questão da qualidade do ensino a ser ministrado nestas instituições. Todavia, o surgimento dos IIESESPS foi fundamental para os novos intelectuais e professores que entravam para a vida acadêmica e tinham formação uspiana.

[...] era difícil arregimentar professores experientes e de carreira consolidada para trabalhar tão longe e com poucos recursos. [...] Cabe lembrar, também, que entre os primeiros docentes muitos eram principiantes que, em muitos casos, quando surgia uma oportunidade, ou por inadaptação da família, logo saíam. [...] (VAIDERGORN, 2003, p. 191).

A origem uspiana de muitos professores dos IIESESPS é patente, fato que facilitou a expansão do modelo daquela universidade para os outros centros em formação. Dentre intelectuais importantes com passagem pelos IIESESPS ainda início de carreira podemos incluir Luiz Pereira.

Criado no ano de 1957 por decreto, a FFCL de Araraquara começará a funcionar no ano de 1959. Como professor regente⁴⁵ da Cadeira de Sociologia e Fundamentos Sociológicos da Educação, Luiz Pereira permaneceu na FFCL até o ano de 1963, quando retorna a São Paulo para participar do CESIT e ministrar cursos na USP.

No período em Araraquara ministrou os seguintes cursos, segundo seu memorial apresentado à USP, em 1972: Introdução à Sociologia e Sociologia da Educação⁴⁶. Todavia, em seu currículo nos arquivos da FFCL o autor enumera outras disciplinas como Métodos e Técnicas de Pesquisa Sociológica (3ª série de Pedagogia), Sociologia da Literatura (3º ano de letras), Sociologia do Conhecimento Pedagógico (4ª série de pedagogia), Didática da Sociologia na Escola Normal (4ª série de pedagogia)⁴⁷. Foi também um dos organizadores do curso de Ciências Sociais, implantado no ano de 1963.

Na sequência pretendemos destacar alguns elementos sobre a inserção da FFCL na cidade, além de destacarmos um evento que marcou a instituição nos anos de 1960, a *Conferência de Araraquara*. Para além da visita do filósofo ilustre, pensamos na importância das ideias sartreanas no período e na influência delas no mundo acadêmico e em *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*, livre docência de Luiz Pereira.

3.1.6 A FFCL em Araraquara

Araraquara foi uma cidade com grande dependência em relação à lavoura cafeeira. Quando a cafeicultura ainda nos anos de 1920 começa dar sinais de esgotamento o cenário formado não era dos melhores. Respondendo as mudanças econômicas a produção no campo foi se modificando, surgiram algumas indústrias e estas possibilitaram a diversificação da estrutura produtiva da cidade⁴⁸.

Nos anos de 1930 as mudanças se intensificam. É iniciado o movimento de transição da vida organizada no campo para a cidade, onde estarão localizados, além do trabalho, os espaços de lazer. A cidade se torna cada vez mais o *locus* da vida social e na

⁴⁵O professor regente possuía um salário equivalente ao de um professor catedrático mas não possuía vínculo com possibilidade de se construir uma carreira de professor universitário (VAIDERGORN, 2003, p. 203).

⁴⁶ Estas informações foram retiradas do memorial do autor, na página 3.

⁴⁷ Arquivos de Luiz Pereira da antiga FFCL. O número dos arquivos se encontra na bibliografia.

⁴⁸ “[...] No decênio de 1920, duas iniciativas terão permanência e grande projeção, muito além do âmbito municipal. No cenário da cidade, a Fábrica de Meias Lupo, e no campo, no domínio da agroindústria, a Refinadora Paulista, em Tamoyo, na produção de açúcar e álcool [...]” (TELAROLLI, 2003, p.194.)

década de 1940 os contornos do fenômeno da vida urbana já estavam presentes⁴⁹. No ano de 1946 a fábrica da Nestlé se estabelece na cidade e será importante no processo de reorganização da vida econômica de Araraquara. Na década seguinte a indústria sucro-alcooleira começa a se desenvolver e sua força dinamizará a economia no restante do século XX.

A FFCL nos anos na segunda metade da década de 50 vai ser instalada na região central da cidade onde anteriormente funcionava uma escola de ensino secundário. A localidade na qual a faculdade iria se instalar estava entre os principais cinemas da cidade e ao lado do teatro municipal. Um fato interessante que pode demonstrar a integração cultural da instituição no cenário é a participação de um grupo de atores locais em atividades vinculadas à Faculdade⁵⁰.

Entretanto, a mentalidade conservadora da cidade entrava em conflito com as atitudes e comportamentos dos estudantes da faculdade, algo que descreveremos em seguida. No momento cabe ressaltar que este problema ocorria nas várias cidades onde se instalavam os institutos.

[...] o cotidiano das FFCL-IIES, depois dos primeiros impactos de instalação começou a criar crostas por onde a vida transitava. A sensação de isolamento era comum, a desconfiança era recíproca. [...] Os usos e costumes que eram trazidos às cidades onde as FFCL foram instaladas, se eram comuns em São Paulo, naquelas causavam espécie. Isto talvez tenha provocado um rápido estranhamento das elites locais, que utilizaram seu poder para reprimir as ameaças potenciais e reais que sentiam emanar das “suas” faculdades. Eram crises de instalação, onde os tratamentos passaram da convivência amistosa à repulsa. Muitos professores integraram-se à sociedade local, frequentando clubes e associações identificados com as elites das cidades, em convivência harmônica [...] (VAIDERGORN, 2003, p. 204).

⁴⁹ “[...] Anos 40, o movimentado *footing* das noites cálidas da rua 3 dos oitis enfileirados e das milhares de rodas de todas as cores, num clima de lirismo e romance igual ao das telas dos cinemas ali bem próximos; as filas intermináveis no São Bento e no Paratodos, quando o filme tinha no elenco Bete Davis, Humphrey Bogart, Ingrid Bergman; o bar Tamoio em frente ao Teatro, o do Monteiro bem em frente ao clube Araraquarense, onde os moços esvaziavam os canecões e as tulipas de *chopp* depois que deixavam a namorada em casa [...]” (TELAROLLI, 2003, p.185).

⁵⁰ Sobre a parceria do Teatro Experimental de Comédia de Araraquara (TECA) com a FFCL ver páginas 127, 128, 129 em MEDINA JR. 2012.

No momento vamos dedicar algumas linhas a um evento importante, no sentido de romper o isolamento do instituto recém criado. A conferência proferida pelo filósofo francês Jean Paul Sartre no dia 4 de setembro de 1960.

Para responder a uma missiva do professor de filosofia, Fausto Castilho, o filósofo francês veio pessoalmente à cidade, e além da conferência pronunciada participou de um debate no teatro municipal da cidade⁵¹. O filósofo estava acompanhado de sua companheira, a filósofa Simone de Beauvoir e do escritor Jorge Amado.

A conferência arrastou vários intelectuais para a cidade com o objetivo de prestigiá-la, pois o filósofo francês estava no auge de sua popularidade. A conjuntura nacional e internacional recheada de conflitos - em torno das questões nacionais e destas em relação ao imperialismo -, estava na mira política do intelectual francês e de grande parte da intelectualidade brasileira.

Para Fernando Henrique Cardoso, “[...] a passagem de Sartre por Araraquara em 1960 foi marcante para o grupo de professores de filosofia e ciências humanas, porque ele radicalizou o debate: uma visão de mundo baseada no ser humano ou nas condições objetivas que definiriam sua ação [...]” (CARDOSO apud SOUZA, 2003, p. 69). Este é um bom preâmbulo para as questões tratadas na conferência, algumas das quais vamos mencionar nas linhas a seguir.

Das várias questões tratadas pelo filósofo francês ao longo de sua fala, destacaremos algumas ideias. A primeira delas é a questão do marxismo ser a filosofia insuperável de nosso tempo, pois este pensamento, para Sartre, está ligado à condição da própria liberdade humana, pois visualizou e propôs a ruptura da condição de alienação do homem sob a lógica do capital. O autor, em parte, elabora sua filosofia da existência no âmbito da doutrina marxista.

Sartre pretende fundar uma antropologia na qual o homem seja o seu fundamento. Enquanto filósofo, no texto da conferência, se coloca como ideólogo desta antropologia (SARTRE, 2005, p. 49). Esta antropologia além de ter o homem ao centro seria uma antropologia estrutural e histórica, e o homem seria justamente o elemento de interligação entre ambas (SARTRE, 2005, p. 61 a 65).

⁵¹ Segundo Souza, o tema abordado foi: “Os jovens e os problemas do mundo contemporâneo”, com a tradução de Fernando Henrique Cardoso (SOUZA, 2003, p. 69). Por curiosidade procuramos registros gravados deste debate, mas infelizmente não encontramos nenhum dado ou informação do tipo.

Dois conceitos trabalhados ao longo da conferência merecem a nossa atenção. O primeiro deles é a ideia de *compreensão*, esta, para o filósofo francês, algo estritamente reservado ao que podemos apreender da ação do outro (SARTRE, 2005, p.79). A partir dos atos objetivos do homem, estudado de maneira compreensiva, apreendemos os seus sentimentos, desejos, assim como as atitudes que empreende para mudar a sua situação objetiva. O ato, portanto, é esclarecedor.

Nesta antropologia, o filósofo procura romper com a relação sujeito-objeto no sentido da filosofia ou ciência social positiva. Ainda segundo o autor, “[...] essa noção de compreensão nos remete ao ato e o próprio ato nos remete ao projeto. Pois fazer um ato é necessariamente negar algo que existe em função de algo que não existe [...]” (SARTRE, 2005, p.81).

Este é o segundo conceito importante para nós importante: projeto. É a capacidade de negação do presente em nome de algo ainda indefinido a ser perseguido através da ação, o futuro. É a capacidade do homem sair de sua condição de objeto (SARTRE, 2005, p. 83 - 84).

Postos estes dois conceitos como importantes para a filosofia da existência, pensada no âmbito do marxismo, o autor retoma a questão da dialética, na sua interpretação, o eixo da pergunta lançada pelo professor Fausto Castilho na missiva citada. A dialética defendida pelo filósofo francês seria viva⁵², fundada na *práxis* e na relação conflitiva e contraditória entre os homens, assim criando a história⁵³.

Partindo do *cogito* situado na *práxis* dialeticamente chega-se à história que como noção “[...] é verdadeiramente uma significação que se totaliza ou a totalização em marcha de significações, se a história é verdadeiramente isso, então qualquer um é sempre a totalidade da história, tomada de um ponto de vista singular, é a singularização de uma totalidade [...]” (SARTRE, 2005, p.103). Assim, Sartre pretende reintegrar o homem

⁵² “[...] queria eu apenas mostrar aos senhores é que o que falta à grande teoria dialética marxista é justamente a ideia, que, no entanto, é dialética, do conhecimento situado. Ou seja, a ideia de que não somos nem um ser totalmente fora da natureza, contemplando-a na sua majestade com um homenzinho lá dentro como um inseto, nem tão pouco essa infeliz pequena personagem que está no interior da natureza e tem vagos reflexos na cabeça com as sobras da caverna de Platão [...]” (SARTRE, 2005, p.91).

⁵³ “[...] se considerarmos que somos uma compreensão do outro em história, isto é, do ato do outro, da *práxis* e que somos nós mesmos *práxis* e se compreendermos que ambas as *práxis* estão necessariamente situadas na história, então chegamos ao fundamento não somente da Antropologia em geral, mas da antropologia marxista [...] estamos no terreno em que a verdadeira dialética pode aparecer como uma relação dos homens entre eles [...]” (SARTRE, 2005, p.93).

enquanto agente histórico de uma antropologia marxista no processo de grandes transformações sociais que no momento da conferência abundavam no globo.

Esta abordagem será importante no pensamento acadêmico do período e em muitos aspectos foi desenvolvida também no texto *Questão de Método*. Além da crítica ao positivismo, esta concepção do autor abre a possibilidade para investigar o capitalismo, seu desenvolvimento e o de suas contradições a partir de qualquer aspecto da realidade ou posicionamento dentro do sistema.

Pensar o Brasil é pensar, portanto, uma singularidade em totalização, ou seja, é compreender a realização do capitalismo numa formação social singular. A esta aventura se lançou Luiz Pereira em sua livre docência⁵⁴ - que será analisada depois -, assim como os outros pesquisadores da Cadeira de Sociologia I em suas pesquisas, embora por caminhos muitas vezes diferentes.

Feitas estas observações sobre a conferência, voltamos agora à questão da integração dos IIESESPS a vida social das cidades que os recebiam. No início desta parte do texto frisamos alguns aspectos de sua integração na cidade de Araraquara, e na sequência abordaremos alguns dados sobre os conflitos desta integração. Mas, antes informaremos como estas instituições se organizavam dentro do sistema de ensino, fonte de conturbação. O contexto histórico do golpe em 64 também forneceu combustível para muitos problemas que pesavam sobre a FFCL.

Os IIESESPS, depois de dois anos do início progressivo de suas atividades eram coordenados por um sistema administrativo ligado à secretaria de educação do Estado denominado SAI – *Sistema Administrativo dos Institutos Isolados*. Após a promulgação da LDBN em 1961 os Institutos passaram a responder ao Conselho Estadual de Educação (CEE), criado em 1963, e sua Câmara do Ensino Superior (VAIDERGORN, 2003, p.200).

Considerada esta forma de incursão no sistema de ensino superior do Estado e o contexto passamos aos conflitos. Para ilustrá-los, nos valem do discurso proferido pelo

⁵⁴ Sobre a importância da obra de Sartre para o trabalho de Luiz Pereira, destacamos um trecho da entrevista do prof. Brasílio Sallum Jr., da USP, à HADLUN (2002), no qual fala sobre a obra de Luz Pereira. Eis o trecho: “[...] a influência máxima que tinha de fato foi a de Sartre. Aliás, o Luiz tem fotos que ele aparece com o Sartre quando esteve no Brasil. Foi lá em Araraquara, o Luiz deu aula lá. O Sartre era a grande figura, o grande intérprete do marxismo do Luiz Pereira em certo momento. As leituras que fazia, tinham entradas por essa ótica sartreana, basicamente sartreana no sentido pela razão dialética que foi traduzida no Brasil com A Questão de Método. Essa era a grande influencia do Luiz inicialmente. Depois, o Luiz passou, vamos dizer, a passagem dos anos 70 a 73,74, a sofrer influência muito grande de Althusser [...]” (SALLUM JR. apud HADLUN, 2002, p. 142).

primeiro diretor da FFCL de Araraquara, o professor catedrático Paulo Guimarães da Fonseca⁵⁵, na ocasião da formatura da primeira turma de “beletristas e pedagogistas” - expressão empregada pelo professor -, que o escolheram para ser paraninfo.

Em seu discurso o diretor reclama que existe uma “luta surda contra Araraquara” por conta da instituição ter nascido de forma independente do “jogo de clãs que se arrogam donos exclusivos das boas ideias”, inserida na onda do movimento de defesa da escola pública (FONSECA, 1964, p. 4 - 5).

Declara-se democrata e, portanto, defensor da liberdade de escolha político ideológica⁵⁶. Critica a interferência do poder executivo na liberdade de pensamento e de cátedra e na contratação de professores⁵⁷ proposta através dos conselhos que administram as faculdades. Por fim conclama aos alunos:

Caríssimos diplomandos. Egressos desta a casa, por fim, é preciso que também lutem pela Faculdade e por Araraquara, ameaçadas por ambições particulares, desmedidas e impatrióticas. Atitudes destrutivas, agora manifestas devem ser focalizadas: até hoje o senhor Governador não resolveu o problema dos vencimentos dos professores do Sistema Estadual do Ensino Superior – cria com isso, enormes dificuldades para a contratação de professores; o êxodo é constante [...]. É o que se pretende? O fechamento de várias casas de ensino para o jogo de algumas privilegiadas? A luta é desigual; assim mesmo, espero da juventude estudiosa de Araraquara vigorosa oposição a que se mutile ou asfixie esta Faculdade, fruto de grande amor pelo Brasil semente, pequenina, de uma Nação de vanguarda (...) (FONSECA, 1964, p. 8).

⁵⁵ Segundo Valdergorn, “[...] o primeiro diretor, Paulo Guimarães da Fonseca, catedrático de Química da Escola Politécnica, preocupou-se basicamente em consolidar a escola, sem privilegiar nenhuma área especial. Os contratos de professores e funcionários eram balizados por critérios técnicos. Ficou pouco mais de três anos e meio no cargo, saindo às vésperas do golpe de 1964. No discurso de descerramento do retrato do ex-diretor, o professor Dante Tringali assim se expressou: “Tentou por todos os meios a integração da cidade e da Faculdade, missão sem dúvida difícil, nós sabemos quanto diverge o ritmo lento de uma cidade do interior, conservadora, e uma Faculdade de Filosofia aberta para o mundo da cultura ‘nihilhumanialieni’...E tal empenho lhe valeu o título de cidadão araraquarense [...]” (VAIDERGORN, 2003, p.197).

⁵⁶ “[...] não sou comunista, não sou ateu; mas não sou inativo quando se pensa que alguém pode ser obrigado a ser ou não ser comunista, quando se quer impor a alguém que seja ou não seja ateu: Sou democrata, isso sim, o que vale a exigência a respeitar à outrem ou a lutar por que me respeitem. Nunca houve nesta Faculdade “tentativa de comunização de estudantes” como aleivosamente se disse e se escreveu por estes dias [...]” (VAIDERGORN, 2003, p.2).

⁵⁷ “[...] E aqui cabe que esclareça aos velhos alunos desta casa, de quem me despeço hoje: quando no começo de 1963 propus o nome do professor Caio Prado Júnior para a regência da cadeira de economia, fi-lo por vários motivos: o ilustre professor é livre docente [...] não é um comunista qualquer – é um livre docente da Universidade de São Paulo; segundo: seu nome mereceu unânime aprovação do conselho dos departamentos [...] aprovação unânime também do Egrégio Conselho Estadual de Educação que antecedeu o conselho Estadual de Educação [...]” (FONSECA, 1964, p.4).

Como já expusemos anteriormente, Luiz Pereira deixou Araraquara no ano de 1963, portanto, vivenciou este período inicial da vida da FFCL de Araraquara. E, antes de sua saída participou da estruturação do curso de Ciências Sociais desta faculdade⁵⁸ que depois seria integrada ao projeto de criação da UNESP, no ano de 1976.

O *Conselho Estadual de Educação* (CEE) já citado anteriormente teve como uma de suas primeiras ações criar o curso de Ciências Sociais de Araraquara na ante-sala do golpe de 1964. (VAIDERGORN, 2003. P.201) A literatura adotada no curso já assimilava as interpretações sobre a realidade brasileira inspiradas no marxismo que ingressava na vida acadêmica por várias vias - a partir da leitura de *O Capital*, ou pelos textos de Sartre, entre eles o já citado *Questão de Método*. Mannheim, a despeito de não ser marxista, também figura entre os autores incorporados (VAIDERGORN, 2003, p. 202).

A questão da incursão do marxismo na vida acadêmica será retomada na próxima seção, na qual vamos trabalhar alguns aspectos dos estudos elaborados a partir da Cadeira de Sociologia I e seus desdobramentos com a formação do CESIT, momento importante no desenvolvimento das Ciências Sociais brasileira no tocante a sua institucionalização e na consolidação de um diagnóstico sobre a realidade brasileira.

No tocante a trajetória de Luiz Pereira, Araraquara foi sua primeira experiência enquanto professor no ensino superior, pelo que pudemos depreender de seu memorial. O momento posterior no CESIT e na USP será fundamental para sua carreira e ocorreu num contexto histórico conturbado, marcado pela intensificação do conflito social que resultará no golpe de 1964.

⁵⁸ No ano em que o curso de Ciências Sociais de Araraquara completou 50 anos, na mesa de abertura da semana de Ciências Sociais – realizada no dia 29/10, evento organizado pelos estudantes do curso de graduação -, o professor da Unesp de Araraquara Milton Lahuerta encabeçou uma mesa em homenagem ao criador do curso, Luiz Pereira, com ex-alunos dele da USP e alunas veteranas das primeiras turmas de Ciências Sociais de Araraquara. O tema da mesa de abertura foi: “Uma homenagem a Luiz Pereira, fundador do curso e os desdobramentos de sua história”.

Seção III

Reflexões sobre uma sociedade em transição

4.1.1 O estudo da crise da sociedade escravocrata e seus resquícios

A reflexão sociológica entre as décadas de 1950 e 1960 produzida por Florestan Fernandes e pelos outros professores e intelectuais que integravam o grupo de estudiosos ao redor da Cadeira de Sociologia I será marcada pela influência do marxismo na interpretação da realidade social.

Entretanto, esta assimilação teórica não será obra inicial de Floresta Fernandes, a principal figura do grupo, mas de seus orientandos a partir das leituras realizadas num grupo de estudos no qual se reuniam quinzenalmente, o grupo de estudos de *O Capital* (LAHUERTA, 2005).

Interpretar a realidade brasileira a partir deste referencial era um dos intentos do grupo. A tradicional posição marxista de junção entre a produção teórica e a práxis política foi deixada de lado, portanto, este referencial apareceu fortemente no âmbito metodológico⁵⁹. Na sequência vamos elaborar alguns comentários sobre estes trabalhos.

O primeiro trabalho ao qual faremos menção será *As metamorfoses do Escravo*, de Octavio Ianni, que além da questão metodológica já mencionada, possui outro fator pertinente para o texto aqui desenvolvido. A primeira questão para a qual chamamos atenção refere-se ao financiamento da pesquisa que demonstra como a aproximação iniciada ao longo da campanha pela escola pública deu frutos para além de seu intuito inicial⁶⁰.

A segunda questão está no âmbito metodológico, já mencionado. O método dialético⁶¹ é utilizado ao longo do trabalho de maneira heterodoxa, trabalhado junto ao

⁵⁹ “[...] esse marxismo se desenvolve dentro dos limites estabelecidos por Florestan Fernandes, e voltados para cumprir a uma pauta: se constituir um conhecimento científico da realidade social [...]” (LAHUERTA, 2005, p.170).

⁶⁰ Segundo o autor, “[...] as subvenções que me permitiram permanecer na área de pesquisa, durante todo o tempo necessário à coleta de dados, devo-as ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e à Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), graças ao interesse que o Dr. Anísio S. Teixeira e o Prof. Charles Wagley tiveram pelos trabalhos desenvolvidos pela Cadeira de Sociologia I [...]” (IANNI, 1962, p.5).

⁶¹ O autor descreve a capacidade do método na página 21. Tomamos apenas um pequeno fragmento como ilustração “[...] Tomando a realidade social segundo seus critérios, podemos conhecer o estado e os sentidos

arcabouço teórico⁶² ditado pelo padrão científico do trabalho sociológico que perpassava os trabalhos provenientes da Cadeira de Sociologia I.

Também é interessante, a despeito da formação e leituras comuns, como os pesquisadores conseguiam imprimir a sua marca individual nos trabalhos. Estas diferenciações são importantes para depois pensarmos a forma que Luiz Pereira incorpora aspectos do marxismo em *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*, alguns deles já mencionados na seção anterior.

A terceira questão é relacionada à crise da escravidão, momento no qual a sociedade brasileira organizada na forma de castas transita para um tipo de sociedade organizada sob a lógica das classes sem rupturas político-sociais e econômicas. Ao estudar a crise da escravidão em Curitiba a partir do método dialético, o autor demonstra como o produto deste processo de desagregação do sistema escravista consistiu na transformação do escravo em negro e mulato, duas categorias sociais erigidas do passado colonial, agora integrantes da lógica da sociedade competitiva⁶³.

Esta será uma das permanências do antigo regime que configuram alguns dos entraves a serem superados com o desenvolvimento da ordem competitiva. Existem inúmeras outras questões a serem analisadas neste estudo de Ianni e por tratar-se de uma obra de reconstrução histórico-sociológica o texto é riquíssimo histórico e analiticamente.

Outro trabalho interessante com este tipo de metodologia é *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, de Fernando Henrique Cardoso. A pesquisa também faz uso do marxismo como referencial teórico, no sentido de proceder numa perspectiva

das conexões estruturais dessa mesma realidade, integrando interpretativamente os homens, os grupos sociais, a organização da sociedade, a estrutura econômica, o sistema cultural. A análise dialética permite explicar as múltiplas manifestações da consciência social das diversas camadas de um sistema estratificado [...]" (IANNI, 1962).

⁶² Ao definir o conceito de estrutura o autor transparece a influência. O conceito é complexo e tem uma longa descrição, apresentada na página 25. Mais uma vez, selecionamos um pequeno fragmento para ilustrar. "[...] a estrutura econômico-social é uma totalidade integrada que se caracteriza por um tipo de ordenação e funcionamento dos seus elementos complementares e diferenciados, compreendendo as ações e as formas de interações sociais produzidas pelo modo de organização do trabalho social, bem como as tensões ou outros fatores dinâmicos, de preservação e alteração de seu estado [...]" (IANNI, 1962, p.25 - 26).

⁶³ "[...] à medida que as transformações econômicas e sociais expandem e diversificam a estrutura da comunidade, o negro e o mulato vão sendo progressivamente gerados, como categorias do regime de classes em formação. A lenta e contínua elaboração deles dá-se com a paulatina germinação do trabalho livre [...] Na sociedade de classes em formação, onde o trabalho terá uma significação social diversa daquela que possuía na sociedade de castas, os negros e mulatos serão distinguidos como membros de um grupo à parte, com alguns atributos específicos, da mesma forma que no passado o escravo era membro de outra casta [...]" (IANNI, 1962, p.14).

dialética⁶⁴ objetivando compreender na sociedade gaúcha a interação entre senhores e escravos permeadas pela estrutura social.

O autor procura as determinações essenciais da sociedade em questão a partir do conceito de totalidade⁶⁵ para pensar as conexões entre os diversos âmbitos da vida social, retendo no âmbito da reflexão o *concreto pensado*, ressaltando desta maneira seus aspectos heurísticos.

Cardoso, assim como Ianni, procuram se desvencilhar do empirismo rígido e da explicação estritamente funcional, apesar de não abdicar totalmente deste arcabouço⁶⁶, que integra o coração do padrão científico do trabalho sociológico. Como crítica ao método funcionalista, Cardoso o descreve como

[...] cego para compreender a transformação em suas implicações globais. Supõe requisitos para a elaboração metodológica, que retiram a historicidade peculiar do comportamento humano (negatividade), e não é capaz de representar as vinculações recíprocas e contraditórias entre a simultaneidade e a sucessão, que exprimem o movimento da história [...] (CARDOSO, 1962, p.29).

Feitas essas considerações, sobre as duas pesquisas, chamamos a atenção de como a questão do trabalho e do agente que o realiza entrou na agenda de investigações. Outra pesquisa importante sobre a crise da escravidão e, portanto, da crise de uma forma de organização social é *A integração do Negro na Sociedade de Classes*, de Florestan Fernandes, pesquisa que tem como objeto São Paulo.

Vamos descrever algumas ideias expressas neste trabalho porque ele fornece mais informações sobre o processo de modernização que descrevemos nas seções anteriores e

⁶⁴ “[...] Através dele (do método dialético) é possível lidar com os fenômenos sociais tanto em função do que possuem de singular e concreto como em função das normas gerais que se exprimem, como diferenças, nas singularidades. Por isso, o método dialético permite a análise de processos sociais recorrentes em conexão com os mecanismos regulares de mudança [...]” (CARDOSO, 1962, p.20).

⁶⁵ “[...] a operação intelectual pela qual se obtém a “totalidade concreta” implica em que o movimento da razão e o movimento da realidade sejam vistos através de relações recíprocas, e determinados em sua conexão total. Por isso, a interpretação totalizadora na dialética faz-se através da elaboração de categorias capazes de reter, ao mesmo tempo, as contradições do real em termos de fatores históricos e sociais efetivos de sua produção (e, neste sentido, categorias “saturadas historicamente”, empíricas) e de categorias não definidas empiricamente, capazes de desvendar as relações essenciais [...]” (CARDOSO, 1962, p.14).

⁶⁶ O autor pensa a relação entre senhor e escravo de uma perspectiva dialética, mas também como pares de oposição. E a interação destes pares produz o sentido, as “correlações-funcionais-de-sentido”. O conceito de *personalidades status* aqui faz a mediação entre a ação e a inserção desta na história. Este conceito do cientista social norte americano Ralph Linton aparece nos trabalhos de Ianni, Cardoso e também nos de Luiz Pereira.

também por demonstrar que a escravidão deteriorou o trabalho enquanto instituição social. Reverter este quadro seria também uma das funções da educação⁶⁷.

De todo o contingente populacional envolvido na modernização das relações sociais brasileiras os negros foram os mais prejudicados. Tanto pelos séculos de exploração no eito, como após a abolição, no momento de transição para a ordem social competitiva. A escravidão enquanto problema social começou a ganhar corpo na forma de discussão após a independência em 1822. No período do Império (1822-1889) as primeiras proposições de mudança do regime surgiram e orientaram-se pela idéia da abolição progressiva, substituindo paulatinamente os escravos pela mão-de-obra imigrante livre (GILENO, 2012).

Por detrás destas proposições se escondiam também algumas teses racialistas, as quais viam com pessimismo a formação da sociedade através da mestiçagem. Esta base biológica foi considerada o passaporte da nação para seu atrasado entre os outros povos. Podemos apontar em linhas gerais que apenas na segunda metade do século XIX, com a ascensão do movimento abolicionista, a discussão ganharia contornos progressistas nas figuras de André Rebouças, Joaquim Nabuco, entre outros autores, os quais esboçaram um projeto de integração do negro pensado a partir da universalização da instrução primária e da reforma agrária.

Anterior a estes autores encontramos proposições de alguma maneira semelhantes na obra de Perdigão Malheiro, apesar deste defender também a abolição progressiva (GILENO, 2012). Portanto, no âmbito do pensamento social e das discussões políticas este era o tom utilizado, porém, no eito as formas de resistência se alastravam nas formas de revoltas, fugas e conflitos.

A crise do trabalho escravo irá afetar a estrutura da própria sociedade, por isso é sintomático o fato de após a abolição o regime monárquico representativo cair para entrar em cena a República (1889). Longe de um ser um fenômeno de causa-efeito suas raízes se

⁶⁷ “[...] Será inútil falar em fórmulas mágicas, como “desenvolvimento econômico”, “progresso social” ou “democracia”, enquanto não se substituir o sistema educacional aberto a todos, montado para elites, por um sistema educacional aberto a todos, capaz de preparar o homem para uma sociedade na qual o trabalho é uma fonte de dignificação da pessoa e todos aspiram á liberdade, à igualdade de oportunidades e à segurança social [...]” (FERNANDES, 1966, p. 349).

encontravam na dinâmica externa do sistema capitalista e no conflito de interesses políticos e econômicos entre os grupos dominantes na política imperial.

Os projetos de integração gradual foram barrados politicamente por conta da carência de braços para as lavouras, que impediria a economia de funcionar e pela força política dos proprietários que exigiam indenização. Propostas radicais de abolição imediata sem indenização existiam, mas no âmbito institucional não eram cogitadas.

A desintegração da ordem escravocrata sem nenhum tipo de política social de inclusão deixou esta parcela da população à deriva, abandonada a própria sorte. No período de transição da sociedade colonial para a sociedade orientada pela lógica competitiva havia a urgência de se estabelecer um preparo material e subjetivo para a integração social negro (FERNANDES, 1987).

Os projetos de instrução básica e profissional esboçados ainda no Império não se tornaram realidades e a terra se tornou cativa por conta da lei de terras de 1850. A indústria ainda incipiente não possuía a capacidade de inserir esta população como mão-de-obra livre e assalariada.

E, apesar de almejar uma condição social melhor os negros encaravam as negociações do mundo do trabalho livre como algo pessoal, influenciados ainda por sua história recente, e valorizavam como parte de sua liberdade utilizar seu tempo de trabalho e energia da maneira que lhes interessasse algo complicado numa sociedade onde o trabalho de disciplinado começava a ser regra (FERNANDES, 1987).

Outro fator agravante é a competição do negro com os imigrantes europeus. As ocupações urbanas foram dominadas pelos brancos, por conta de o negro não aceitar exercer qualquer atividade. Suas atitudes ainda estavam orientadas no sentido de negar o trabalho com sinais de precariedade por conta da experiência social anterior recente.

A mentalidade escravista ainda lastreava todo o ambiente urbano nascente, onde os atores enxergavam o negro como apto apenas ao trabalho rústico. O imigrante branco, encarado como o agente natural do trabalho livre, foi colocado em posição de competição no mercado de trabalho com o negro, que pelas condições citadas já estavam em uma desvantagem inicial.

A cidade, principalmente uma cidade como São Paulo, se torna um ambiente hostil a negro dificultando sua inserção nas formas de mobilidade social e de redistribuição de

poder e renda. *Lócus* do desenvolvimento do moderno capitalismo industrial, a cidade foi beneficiada por sua posição dentro da economia cafeeira, tornando-se um local onde ideal de liberdade do negro poderia ser realizado (FERNANDES, 1978).

Entretanto, a instabilidade social proporcionada pela competição, somada as concepções tradicionais centradas no preconceito social levaram o negro ao isolamento cultural e a marginalização social, inclusive privando-os de reproduzirem práticas sociais acumuladas desde o período colonial, algo importante para dar força aos indivíduos neste novo contexto de luta pela sobrevivência.

Como os grupos proprietários eram os únicos atores no âmbito político organizados e com poder para realizar modificações na política social, e obviamente decidiram colocar os seus interesses em primeiro lugar, no caso, salvar e proteger a lavoura, a questão do negro foi se tornando complexa e de difícil resolução.

A única maneira de resistência efetiva nesta conjuntura seria a criação de grupos de resistência política coletiva para interferir na esfera política sobre os rumos da vida social, entretanto, a cidadania era restrita e este tipo de consciência social era impensável no momento.

Do término do século XIX até o pós-primeira guerra o padrão de desenvolvimento industrial ainda é fraco, sem capacidade de absorção e integração social de todo o contingente populacional existente. Condições mais propícias ocorreram após a década de 1930 com a indústria tornada o eixo da política social e econômica.

Considerando o processo de modernização e urbanização como descontínuo e sujeito a surtos de crescimento e estagnação, as estratégias dos atores e dos grupos sociais se tornam fundamentais, portanto, grupos que sustentam estratégias de vida e ascensão social descompassadas com a lógica da competição só poderão encontrar ascensão social através do favor, sendo que as formas modernas de classificação social estão fechadas a estes indivíduos.

A própria educação é vista com descrença por estes grupos, pois estes não encontram sentido na escolarização, nem na própria nem na dos filhos. Queremos a partir do exposto acima reforçar como a ordem competitiva no Brasil se realiza de forma complexa, marcada por estas singularidades, e como são complicados os desafios a serem

superados para a integração dos contingentes populacionais na ordem urbana industrial e democrática.

Depois de descrevermos algumas das mudanças de referencial e método de investigação nas pesquisas realizadas pelos pesquisadores e intelectuais inseridos no grupo orientado por Florestan Fernandes, retomamos nossa interpretação da pesquisa de Luiz Pereira, *O professor Primário Metropolitano*, publicada posteriormente como *O Magistério na Sociedade de Classes*⁶⁸, produzida no contexto do início dos anos de 1960.

A temática do trabalho⁶⁹ surge nesta pesquisa de Luiz Pereira, assim como o diálogo com as questões relativas à desintegração da ordem social tradicional e suas permanências na ordem competitiva em formação, especificamente no contexto urbano. A pesquisa é o resultado do doutoramento de Luiz Pereira, realizado sob a orientação de Florestan Fernandes com o patrocínio do CBPE foi apresentada no ano de 1961.

Diferentemente do trabalho *A Escola Primário Metropolitana*, no qual o autor fez uma monografia sobre uma escola localizada na cidade de Santo André e sua relação com o bairro onde está inserida, com a metrópole e os atores sociais, assim como os papéis por eles representados, neste estudo o autor elabora uma reflexão sobre uma categoria ocupacional.

Em *O magistério primário numa sociedade de classes*, além da questão de gênero que perpassa a pesquisa, o autor também reflete sobre a formação realizada nas escolas normais, as aspirações sociais do professorado e sua vinculação ao setor médio da sociedade de classes.

O referencial bibliográfico do trabalho é basicamente orientado por autoras e autores norte-americanos como Viola Klein, Alva Myrdal e Talcott Parsons, além de Karl Mannheim e W. Mills autores recorrentes nos capítulos posteriores ao primeiro. Munido de dados primários e secundários o autor também procede analisando a situação da mulher no mercado de trabalho de forma comparativa com outras sociedades⁷⁰.

⁶⁸ Por conta das referências e citações utilizadas para a interpretação da pesquisa de doutoramento de Luiz Pereira, retiradas da edição publicada como *O magistério primário numa sociedade de classes*, utilizaremos na sequência do texto este nome para designar a obra e não *O professor primário metropolitano*.

⁶⁹ A temática do trabalho nas obras de Luiz Pereira está, muitas vezes, atrelada à questão de gênero e desta maneira aparece no texto do autor publicado em 1960, intitulado *Mulher e Trabalho*. Este artigo guarda informações utilizadas em sua tese de doutoramento.

⁷⁰ Ao analisar o ingresso da mulher na População Economicamente Ativa (PEA) comparativamente entre as sociedades urbano-industriais, Luiz Pereira percebe a progressiva profissionalização feminina. Segundo o

No momento, cabe mencionar que para o autor, o estudo desta ocupação profissional, no contexto de transição no qual estava inserida a sociedade brasileira, revelaria “[...] o balanço das tendências conservadoras e inovadoras, gerais ao sistema social global e envolvendo o magistério primário [...]” (PEREIRA, 1969, p. 30). Rapidamente, na sequência, vamos enumerar algumas questões do primeiro capítulo. A primeira questão a ser mencionada é a composição do professorado primário, formada majoritariamente por mulheres.

Segundo Pereira, [...] o tipo social professora realiza-se predominantemente através do magistério primário: em 1950, das 140.525 professoras brasileiras 104.348 lecionavam em escolas primárias [...] (PEREIRA, 1969, p.28). Para o autor, o predomínio das mulheres nesta ocupação pode ser observado a partir das dimensões *estrutural, ideológica e motivacional*.

No âmbito estrutural, a divisão a partir do sexo das atividades profissionais está relacionada a caracteres patriarcais ou semi-patriarcais ainda presentes no ambiente urbano industrial. Enquanto via de entrada na população economicamente ativa, a categoria profissional dos professores primários permite a conciliação entre uma atividade profissional com a atividade doméstica. Esta conciliação é facilitada pela baixa quantidade de horas de trabalho na atividade do magistério primário (PEREIRA, 1969, p. 27 - 29).

Outro fator que impulsiona a participação das mulheres nesta atividade é a concepção ideológica que legitima a atividade como uma profissão adequada ao gênero feminino por serem necessárias habilidades e atitudes “inerentes” a figura feminina. Estes dois conjuntos de fatores são conservadores, todavia existem atitudes positivas no sentido da profissionalização feminina notadas pelo autor, estas muitas vezes contrárias aos desejos dos familiares das professoras, como a valorização da atividade profissional pelas professoras.

O conhecimento direto das atitudes positivas ou negativas de pessoas das relações íntimas das professoras, em face de sua participação na população ativa, seria importante para a exploração do assunto em foco,

autor, “[...] As taxas de atividade feminina de etapas anteriores das atividades coletivas nacionais mais urbanizadas e industrializadas do que a brasileira também apóiam a hipótese de a participação crescente da mulher no padrão de atividades profissionais consistir em mais uma característica do desenvolvimento dos sistemas sociais globais para o tipo urbano-industrial, caindo a categoria dos processos recorrentes e levando a pensar o trabalho feminino profissional em termos das características desse tipo de sistema social [...]” (PEREIRA, 1969, p.24). Nas regiões mais desenvolvidas do Brasil, como a cidade de São Paulo, a taxa de mulheres que integram a PEA é superior a outras regiões do país. Ver dados da página 25.

pois permitiria constatar como e quando tais atitudes operam como forças favoráveis ou contrárias à profissionalização da mulher. Não obstante a falta desse conhecimento às opiniões é bastante significativa: evidenciam que, em seu círculo social íntimo, a maior parte delas admite, como existentes, forças contrárias à sua vinculação aos papéis profissionais [...] Pelo conjunto das opiniões das professoras, porém, suas motivações e representações positivas ao trabalho profissional ultrapassam os limites aceitos pelos seus familiares à profissionalização feminina [...] Isso indicaria estarem as professoras menos apegadas do que os membros de seus círculos familiares às concepções tradicionais sobre os papéis abertos à participação da mulher no sistema social global. A própria vivência dos papéis profissionais, no exercício do magistério primário, constituiria um dos fatores sustentadores das concepções mais avançadas defendidas pelas professoras quanto à profissionalização feminina [...] (PEREIRA, 1969, p.57 - 59).

Estas são algumas das questões retiradas do primeiro capítulo do livro. Vamos nos ater a estas, pois outros dados e questões já foram enunciados anteriormente, de maneira que passamos agora ao capítulo II – *Formação Profissional e Carreira no Magistério Primário* -, no qual o autor discute a formação profissional do professorado primário em grande parte realizada nas Escolas Normais.

Apenas no Estado de São Paulo, segundo o autor, o professorado primário é majoritariamente oriundo dos bancos das Escolas Normais. Isto posto, no referido capítulo Luiz Pereira

[...] detém-se na descrição de alguns aspectos do sistema escolar primário público estadual de São Paulo, vistos como configuradores da situação de trabalho oferecida à maioria dos egressos das escolas normais [...] cuja sondagem abrangerá o recrutamento e a mobilidade destes pelos cargos remunerados do sistema escolar. Cuidaremos, por fim, da auto-identificação dos professores primários com a profissão que desempenham [...] (PEREIRA, 1969, p. 62 - 63).

Todavia, cabem algumas considerações sobre a inserção do sistema escolar no sistema social global. Enquanto agência de formação técnica a Escola Normal detém para si uma série de atribuições, dentre estas: a formação de profissionais da educação, responsáveis pela socialização das gerações futuras, a especialização e aperfeiçoamento profissional de professores, além de serem um colégio “para moças” (PEREIRA, 1969, p. 66 - 67).

O sistema escolar está em relação com outros subsistemas sociais: o das ocupações profissionais e o da estratificação socioeconômica (PEREIRA, 1969, p. 63). Enquanto agência, a Escola Normal possui um caráter seletivo em relação à sua clientela, ao atender membros de famílias possuidores de um nível de renda que, entre outras coisas, propicia a seus filhos um tempo maior de vinculação ao *padrão escolar*. As Escolas Normais também são vistas como preparatórias para cursos superiores, principalmente os da área de humanidades - Pedagogia, Letras e História. Todavia, para além das possibilidades abertas pela formação dos normalistas, relacionadas à continuidade dos estudos, parte do professorado encara sua formação na escola normal como o término de sua qualificação.

Para Pereira, “[...] assim recoloca-se o problema da avaliação da eficiência com que as escolas normais se vêm desincumbindo de suas funções técnico-profissionais, dado que sobre essas escolas recai o maior peso, quando não a exclusividade, da formação pedagógica do professorado atual e futuro [...]” (PEREIRA, 1969, p. 78).

Enquanto profissionais vinculados ao sistema educacional mantido pelo governo de São Paulo, sistema que cobre um vasto território e atende a parcela significativa da população - sendo tanto as localidades como a clientela atendida marcada pela heterogeneidade de condições sociais -, os professores primários possuem grande mobilidade⁷¹. Esse fator de mobilidade propiciado pela carreira é atrelado, a um sistema de pontos acumulados pelos professores⁷², fator que transforma a carreira do professorado numa profissão com alta competitividade pelos melhores locais de trabalho.

Os melhores locais de trabalho têm por critério de definição a localidade na qual estão inseridos, sua proximidade com o local de residência pessoal ou familiar, e também a sua proximidade ou inserção numa grande cidade ou metrópole. Enquanto categoria dividida entre professores efetivos e não efetivos, a mobilidade espacial dos professores é

⁷¹ “[...] Devido à ramificação geográfica do sistema escolar primário público estadual, os membros dele participantes acham-se dispersos pela extensa área do Estado. Por isso, a mobilidade horizontal ou vertical implica, quase sempre mobilidade de um estabelecimento a outro, ou seja, mobilidade espacial, circunscrita aos limites de um certo município e outro [...]” (PEREIRA, 1969, p. 90).

⁷² “[...] Os critérios adotados pelo computo dos “pontos” possuídos pelos candidatos funcionam, pois, como critérios de seleção. O grosso dos “pontos” provém do valor das notas obtidas pelos candidatos durante o seu curso em escola normal; da frequência e diplomação em determinados outros cursos, como o de aperfeiçoamento de professores primários, pós-graduado ao normal, com extensão de um ano e ministrado em institutos de educação; do tempo de exercício do magistério, na condição de professores não-efetivo em regência de “classes” do sistema escolar primário público estadual; e do total de alunos aprovados, sob sua regência, nessas classes [...]” (PEREIRA, 1969, p. 85).

marcante e constitui uma das características da carreira, pois até a sua efetivação como professor via concurso, atuar na condição de profissional não efetivo é o meio de inserção do professorado na carreira – para o acúmulo de pontos – e a escolha da escola inicial muitas vezes se dá em localidades distantes da de residência. Portanto, até a efetivação e a escolha da cadeira, orientada pelos critérios de proximidade, a carreira do professorado se faz através de uma caminhada à condição efetiva desejada.

O padrão de mobilidade horizontal é explorado pelas professoras, todavia, o interesse em explorar a mobilidade vertical na carreira, por exemplo, tornar-se diretora de escola, não é almejado pelas professoras, atitude motivada por questões de gênero.

Em suma, no padrão de mobilidade vertical da carreira profissional no sistema escolar primário público estadual, observamos, tanto quanto no padrão de mobilidade horizontal das professoras, a convergência de forças racionais legais e tradicionais: de um lado, o molde burocrático para a carreira profissional em plano horizontal ou vertical; de outro, os componentes ligados à condição social tradicional da mulher, que tende a fazer com que, naquele sistema escolar, ela permaneça como professora e subordinada. (PEREIRA, 1969, p. 102 -103).

Outra questão importante abordada pelo autor nesta altura do estudo é a identificação do professorado com a carreira do magistério. Após estudar as orientações privatistas do professorado em relação a sua carreira, Luiz Pereira sonda, partindo da questão da identificação profissional, as orientações coletivistas inerentes à profissão do professor. Nos dados arrolados pelo autor, 30% das professoras que exercem o magistério não tem interesse em exercer nenhuma profissão e isso, em parte, está relacionado aos poucos incentivos proporcionados pela carreira.

Desta maneira, uma mudança qualitativa no ensino primário assume uma dimensão complicada, pois a profissionalização da atividade não é estimulada e nem almejada por parcela significativa dos atores inseridos no interior do sistema escolar. O desinteresse dos profissionais é ainda visto como “falta de vocação” para a profissão, demonstrando os componentes tradicionais no qual estão calcadas as percepções dos atores envolvidos no sistema.

[...] o maior rendimento do sistema escolar primário público estadual fica na dependência da promoção de um aumento da racionalidade de todo o

complexo do ensino primário, integrado pelas escolas elementares e normais, destinado ao controle mais eficaz das forças sociais espontâneas *extracomplexo* que lhe afetam negativamente o funcionamento, como tem acontecido, tanto do ângulo da produtividade como da sua orientação coletivista [...] (PEREIRA, 1969, p. 107 - 108).

Portanto, a racionalização das relações não é apenas importante no âmbito institucional, mas também fora dos muros da escola - no sentido da modernização das relações sociais -, para que a escola funcione adequadamente sem perder capacidade de rendimento por determinações externas. Desta forma, continuamos a leitura da obra, analisando o capítulo terceiro, intitulado de *Profissionalização do Magistério Primário*.

Neste capítulo o autor dá continuidade à questão da profissionalização da atividade docente abordada no término do capítulo anterior. O autor descreve duas concepções que lastreiam as atitudes e aspirações do professorado. Uma concepção artesanal da atividade do professor fortemente ligada às aspirações coletivistas, nas quais a prática docente está envolta e a concepção profissional ligada às aspirações instrumentais dos professores, no caso, a sua realização profissional pessoal a partir de sua carreira. Os valores inerentes a estas concepções formam a mentalidade do professor primário⁷³.

A concepção artesanal, tida pelo autor como conservadora, é amplamente propagada pelas Escolas Normais. Apesar de conter aspectos positivos, no sentido de garantir a presença de valores coletivistas na formação docente, algo necessário à prática educativa, a ênfase neste aspecto e a crítica às aspirações profissionais tidas por inadequadas e incongruentes com o magistério caracterizam a Escola Normal como definitivamente uma instituição conservadora.

Importante é destacar que as escolas normais operam como focos conservadores de representação do magistério primário como trabalho não-profissionalizado, e pensar na direção em que a influência socializadora dessas escolas se processa, informada por representações que, embora em parte tenham função de controle positivo (enquanto enfatizam a orientação coletivista do magistério primário), não deixam por outra parte (enquanto defendem o modelo artesanal) de estar desajustadas às necessidades de profissionalização dessa atividade,

⁷³ Alguns exemplos de valores e aspirações coletivistas presente na atividade em que exercem, emitidos pelos professores são: ser útil para os outros; usar aptidões e capacidades pessoais; lidar com pessoas mais que com coisas. Como exemplos de valores e aspirações instrumentais são elencados pelo autor a partir dos depoimentos dos professores: Ter futuro estável e seguro; ter boa retribuição monetária. (PEREIRA, 1969, p. 112).

ditadas pelo desenvolvimento urbano-industrial do sistema social global em moldes capitalistas [...] (PEREIRA, 1969, p.117 - 118).

Ao investigar as aspirações ideais dos professores, marcadas por valores coletivistas e instrumentais, o autor verifica como os professores sentem realizar as aspirações coletivas de sua profissão, mas o âmbito instrumental de sua carreira deixa a desejar. Portanto, existe uma ênfase colocada pelos professores na realização dos valores instrumentais, de maneira que esta atitude é adequada à fase urbana industrial onde é fundamental a profissionalização do docente⁷⁴.

Todavia, o autor também demonstra como em questões relacionadas ao aumento da eficácia do ensino, como o aumento da jornada de quatro horas de trabalho, os professores impõem resistências à mudança por alterar as outras atividades as quais exerce fora da escola, atividades domésticas ou cursos não necessariamente relacionados à prática docente (PEREIRA, 1969, p. 126 - 127).

Para o autor, a situação descrita configura um problema de “recursos humanos”, pois a não acomodação das aspirações ideais e reais e a inexistência colocada pela própria realidade de se garantirem as condições para esta acomodação contribuem para configurar uma situação de crise na atividade docente.

Os dados expostos, bem como depoimentos e resultados de análises da situação efetuadas por educadores convergem para a caracterização do magistério primário como ocupação em crise, configurada pelo entrecchoque e falta de integração, por acomodação, entre o fortalecimento da tendência de profissionalização dessa atividade e a orientação coletivista que lhe cumpre manter [...] o magistério primário, portanto, como campo onde entram em jogo tendências conservadoras e inovadoras gerais ao sistema social global: de um lado, no aspecto em análise, atitudes e valorizações conservantistas do meio e das escolas normais para com o magistério primário; de outro, tendências acentuadas de profissionalização, que se reflete em concepções e valorizações fortemente individualistas ditadas pela necessidade de ajustamento dos professores primários a novas condições de vida numa sociedade de classes mais avançada [...] Tal estado crítico evidencia que o magistério primário, enquanto trabalho, se acha em estado de transição entre a ordem social “tradicional” (etapa pré-urbano-industrial da sociedade de classes

⁷⁴ “[...] muitos comportamentos dos professores, disfuncionais à efetivação da orientação coletivista ideal do estabelecimento, são em parte explicáveis pela falta ou insuficiência de atendimento, pelos incentivos inerentes ao sistema escolar primário público estadual, das aspirações instrumentalizadas dos professores [...]” (PEREIRA, 1969, p.123).

brasileira) e a ordem social em expansão e aprofundamento (etapa urbano-industrial em realização no desenvolvimento da sociedade de classes no Brasil), Esse estado de transição configura-se, sociopàticamente, no plano do comportamento efetivos dos professores, pela identificação destes com as vantagens e recompensas ligadas ao cargo que ocupam e pelo seu retraimento, em graus variavelmente maiores ou menores, das obrigações inerentes a esses mesmos cargos, burocraticamente definidas no plano estatutário (tal como as recompensas) – justamente obrigações que garantem a orientação coletivista do sistema escolar público estadual [...] (PEREIRA, 1969, p. 133 - 134).

Desta maneira, o autor demonstra que na sociedade urbana e industrial em formação, valores e práticas tradicionais ainda orientam ação dos indivíduos; e no âmbito da categoria profissional dos professores, a orientação privatista/paternalista originada na ordem patrimonial anterior e em dissolução ainda subsiste através da concepção artesanal da atividade do magistério, avessa a profissionalização da atividade. Portanto, a articulação entre a concepção artesanal e profissional garante uma *acomodação* na qual o serviço prestado pela escola encontra-se distante do necessário à ordem social onde a educação se universaliza.

[...] a orientação coletivista da empresa escolar primária pública, redefinida em termos de sua adequação a necessidades sociais da etapa urbano industrial, há que basear-se em nova acomodação com a orientação privatista ao trabalho por parte do pessoal docente administrativo, também esta redefinida [...] em termo de exigências da sociedade de classes urbano industrial [...] (PEREIRA, 1969, p. 135).

Nesse ponto passamos para as questões tratadas no capítulo 4, intitulado *Magistério Primário: Setor das Classes Médias*. Neste capítulo o autor pensa a profissão do magistério primário inserida no sistema de estratificação social com o objetivo de compreender a conexão entre os diversos sistemas sociais, no caso o sistema educacional com o sistema social inclusivo - a sociedade de classes. Para isso, primeiramente o autor elabora uma leitura da sociedade brasileira e de seu processo de modernização.

[...] a sociedade brasileira [...] é uma sociedade capitalista “periférica”. O seu desenvolvimento enquanto transformação de uma sociedade de classes, apresenta-se como passagem de uma etapa pré-urbano industrial, plenamente configurada no período que grosso modo corresponde a I República, para a etapa urbano-industrial ainda em expansão e aprofundamento. Na etapa pré-urbano industrial configura-se uma sociedade de classes estamentalizada, porque com estrutura social

(nucleada no suporte agrário-latifundiário) bastante estável, enrijecida, grandemente desigualitária e muito pouco diferenciada. Por confronto com essa estrutura de classe estamentalizada, a etapa urbano-industrial apresenta uma mais “avançada”; e sua realização, quanto à orientação social dos agentes, significa destamentalização, total em termos de tipo extremo-tendencial. [...] Em termos da orientação social dos agentes individuais, significa destamentalização de sua visão de mundo e do seu comportamento [...] (PEREIRA, 1969, p. 137 - 138).

Este processo de transição social acarreta na ampliação dos setores médios da sociedade, no qual os professores primários estão inseridos. Para estudar este setor da sociedade, Luiz Pereira utiliza a definição produzida por W. Mills no seu estudo sobre a classe média norte-americana. A classe média são trabalhadores não manuais, que exercem profissões de remuneração maior em relação ao operariado e com mais prestígio social, todavia compartilhando a mesma posição na estratificação social destes, o que fomenta sua atitude negativa e etnocêntrica em relação ao operariado (PEREIRA, 1969, p. 138 - 139).

Buscando os fatores que fundamentam a posição do professor primário enquanto membro da classe média, Luiz Pereira parte do estudo da origem social dos professores primários, estabelecendo qual a profissão de seus pais, com o intuito de compreender como suas famílias estão posicionadas dentro do processo produtivo. Ao arrolar os dados para a pesquisa constata que 80% exercem atividades assalariadas, sendo que as atividades exercidas por 69,5% do montante não são manuais e apenas 10% ocupam-se de atividades manuais. Do total apenas 15% exercem atividades não assalariadas, 10% são pequenos comerciantes e 5,2% são artesãos. Desta maneira o autor observa que apenas 10% dos pais de membros do professorado primário são operários (PEREIRA, 1969, p.141).

A partir destes dados e do estudo da origem social do professorado conclui que grande parcela dos pertencentes a esta categoria profissional é oriunda das classes médias urbanas. Outro fator que reafirma esta condição está relacionado à profissão exercida pela maioria dos cônjuges das professoras. Nos dados levantados pelo autor 83,6% exercem atividades assalariadas, sendo do montante 72,3% atividades não manuais. O salário de professora, portanto, ajuda a complementar a renda familiar reafirmando a posição enquanto classe média (PEREIRA, 1969, p. 142).

O autor também relaciona os dados de maneira a cruzar o interesse em lecionar e a origem social – a partir da atividade dos pais -, e conclui que a maioria dos normalistas, os

quais os pais exercem atividades assalariadas, tem maior interesse em lecionar. 60% destes pretendem dedicar-se ao magistério contra 39,9% dos que não pretendem. Dos filhos de pais não assalariados 40 % desejam lecionar, contra 63,1% dos que não desejam. Segundo Pereira,

Pelo visto acerca das origens socioeconômicas dos atuais professores primários e dos ainda normalistas percebem-se, nas escolas normais, aspectos que até então tínhamos apenas prenunciado, que delas fazem agências seletivas, não apenas quanto à categoria de sexo (predominantemente feminina) de sua clientela, mas também quanto à situação de classe dos que as frequentam. Se, ao que tudo indica, dentre os diplomados por essas escolas, os provindos de meios socioeconômicos relativamente menos favorecidos (na escala “interna” do corpo discente das escolas normais, no conjunto relativamente bem situado na estratificação socioeconômica da sociedade) são os que adotaram o magistério primário como profissão, então as evidências indicam a pequena permeabilidade desses estabelecimentos, enquanto canais de ascensão social e agências de maior fluidez do sistema estratificatório inclusivo. A ser assim, essa característica das escolas normais teria repercussões, de um lado, para a democratização da cultura e especialmente para a democratização da composição do professorado primário; e de outro, e indiretamente para que o “clima interno” das escolas primárias e suas relações com as comunidades locais sejam menos marcadas por concepções etnocêntricas [...] (PEREIRA, 1969, p. 143 - 144).

Todavia, ao sondar a identificação da posição social dos professores e a de seus alunos o autor se depara com a seguinte leitura da realidade: 73,6% dos professores identificam seus alunos enquanto pertencentes às classes baixas e apenas 26,6% dos professores se enxerga compartilhando a mesma posição de classe. Enxergando-se enquanto superior, as possibilidades de atitudes etnocêntricas, discriminatórias, incoerentes com a função da escola e seu estatuto, fazem parte do cotidiano da escola, sendo o prestígio e o salário fatores que influenciam esta concepção de distinção (PEREIRA, 1969, p. 145 - 146).

A relação entre prestígio e salário é íntima, pois este último possibilita o *quantum* de valor necessário gasto em consumo e garante a distinção entre operários manuais e os professores primários. Apesar de perceberem a desvalorização de sua atividade e de encará-la como em processo de proletarização, este fato não altera a condição social dos professores, na sua esmagadora maioria mulheres, pois sua renda é apenas complementar a

do chefe da família, seja o cônjuge ou o próprio pai. Porém, mesmo sendo uma renda complementar é importante para a manutenção da posição social.

Para o autor, quando a categoria reivindica aumentos salariais e se mobiliza para consegui-lo age enquanto ator social avançado. Esta atitude demonstra a conciliação já mencionada entre valores conservantistas e modernos que permeiam a vida social dos membros da categoria dos professores primários, pois as professoras reivindicam maior reconhecimento para a categoria via aumento salarial, entretanto, entendem como natural à remuneração maior a do chefe de família (PEREIRA, 1969, p. 153).

Frente à crítica frequente sobre a proletarização da categoria profissional feita pelos professores, o autor cruza a remuneração entre diferentes categorias do operariado com o salário dos professores, por também considerar esta questão como central para os membros da classe média⁷⁵. Ao confrontar os dados, o autor conclui que

[...] em síntese, os dados analisados demonstram duas tendências opostas. De um lado a gradativa deterioração dos níveis de renda dos professores primários, o que necessariamente se reflete no padrão de consumo material e não-material, seu e de suas famílias, bem como na posição que a categoria como um todo ocupa no sistema de classes, particularmente quanto a vivência de modalidades mais “superiores” ou mais “inferiores” da situação de classe média assalariada. Por outro lado, os professores primários reagem contra essa tendência, procurando defender, através de mecanismos de atuação grupal mais ou menos organizada, os níveis de renda que podem preservar a vivência de uma modalidade relativamente “superior” da situação de classe média assalariada por essa categoria profissional. A defesa do prestígio ocupacional tem esse mesmo significado [...] (PEREIRA, 1969, p. 169).

Analisando alguns dados sobre o prestígio das ocupações na cidade de São Paulo, o autor encontra uma convergência entre as representações coletivas e as queixas dos professores primários acerca do desprestígio de sua atividade. Num rol de 30 profissões, o magistério primário se encontra em 9º lugar. Como 89% dos professores são insatisfeitos com o prestígio atribuído à sua profissão, tem-se configurada uma situação problemática,

⁷⁵ “[...] se reclamava maior prestígio e maior salário para o magistério primário, recorrendo-se a uma pluralidade de argumentos nos quais a comparação com a condição socioeconômica do operário entrava com muita frequência, numa clara evidência de que os professores primários públicos estaduais se defendiam contra ameaças tendentes à sua “proletarização” – entendida esta expressão, comum entre os professores primários, como diminuição das diferenças entre o seu salário e o dos operários para eles “deprimente”. Este fenômeno parece envolver outros segmentos da classe média assalariada e ligar-se a etapa mais “avançada” da sociedade de classes, urbano-industrial, mesmo quando “periférica”, nas quais o poder de compra (em termos de salários reais) dos operários se eleva devido a que o setor industrial se converte no setor dinâmico da economia [...]” (PEREIRA, 1969, p. 163).

pois os praticantes do magistério ainda consideram a sua profissão como nobre, assim com a de médico, padre e advogado, as descritas como as mais prestigiadas (PEREIRA, 1969, p.171 - 172).

Luiz Pereira compreende que o comportamento reivindicativo do professorado, apesar de baseado em valores privatistas e instrumentais adequados à lógica da sociedade urbano-industrial competitiva, ainda carrega componentes originados numa lógica estamental e isso fica claro ao exigirem um determinado tipo de prestígio que destoa e muito do atribuído pela sociedade. As críticas ao governo - sobre o pouco caso com a educação e a ignorância atribuída pelos professores aos pais de alunos e por extensão a estes -, revelam a atitude reativa do professorado às pressões colocadas pela própria sociedade competitiva para a disputa e manutenção da posição e do status social (PEREIRA, 1969, p. 173 - 175).

Nesse momento, passamos ao capítulo 5 – *Magistério Primário Numa Sociedade de Classes* -, o último, onde o autor elabora um resumo das questões tratadas nos capítulos anteriores, algumas das quais selecionamos em nossa interpretação da obra. Vamos retomar alguns aspectos já discutidos, agora em linhas gerais, para deixar claro a interpretação do autor sobre o sistema educacional por ele estudado e sobre o local onde ele se realiza.

No estágio atual das mudanças por que passa a sociedade de classes brasileira, consistentes na progressiva realização da etapa urbano-industrial, a metrópole paulista apresenta-se como área onde, até o presente, atingiram seu desenvolvimento máximo, entre nós, os processos de urbanização e industrialização, bem como a sociedade de classes mais avançada. Todavia, como demonstram vários estudos sobre aspectos sociais, econômicos e culturais da metrópole paulista, nela ainda se encontram remanescentes da ordem “tradicional” [...] (PEREIRA, 1969, p. 180).

Portanto, o estudo da categoria dos professores primários é um estudo sobre a desintegração da ordem social tradicional e de uma nova ordem em formação, congruente com os outros estudos realizados pelos membros do grupo de pesquisadores no qual Luiz Pereira estava inserido, lembrando que os trabalhos de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni sobre a crise da escravidão procuravam compreender, entre muitas outras questões, o momento de transição da ordem tradicional para a ordem competitiva e identificar os elementos originados do período escravista ainda

remanescentes na sociedade de classes em formação, elementos que formavam obstáculos à mudança social.

Este pressuposto da cidade de São Paulo como o *locus* de realização máxima do capitalismo no Brasil, e conseqüentemente como o espaço “ideal” para o estudo da ordem competitiva entre nós, além de presentes na reflexão dos outros pesquisadores ligados ao grupo de Florestan, vai balizar o projeto do CESIT, centro no qual Luiz Pereira foi pesquisador e será discutido no item posterior.

No estudo de uma categoria profissional, Luiz Pereira observou a convergência de forças sociais inovadoras e conservadoras no setor e ao projetar sua conclusão apontou para a progressiva desintegração do modelo artesanal da atividade docente propagado pelas escolas normais, instituição considerada pelo autor como atrasada no sentido de reproduzirem uma ideologia de ensino conservadora (modelo artesanal e magistério como profissão feminina), e também um padrão discente prolongado no qual se exige dos alunos um tempo de formação grande, tornando possível apenas a parcelas privilegiadas da população - parte delas clientela destas escolas -, completar sua formação, deixando a carreira pouco permeável a indivíduos das classes baixas. Por fim, o autor defende:

[...] promover uma efetiva e positiva acomodação entre a orientação coletivista do sistema escolar primário público e a orientação instrumental-privatista das professoras, à sua situação de trabalho. Para tanto há que se realizar um esforço de racionalização desse sistema escolar (e, conexão de todo o complexo do sistema primário), para que esse sistema funcione efetivamente, e não apenas por alguns de seus setores, em moldes burocráticos. Mais que isso, porém: que se opere realmente como uma burocracia pública e viva, no sentido mannheimiano da expressão [...] (PEREIRA, 1969, p. 190).

4.2 O CESIT como capítulo da institucionalização das Ciências Sociais

A institucionalização da pesquisa científica nas Ciências Sociais ocorreu progressivamente. Os estudos eram elaborados entre as atividades do pesquisador - poderia ser a docência, ou qualquer atividade feita no mercado de trabalho. Para nos atermos a um exemplo, na entrevista que integra o livro *Conversas com os Sociólogos Brasileiros*, Florestan Fernandes, ao relatar as condições de produção de seus trabalhos sobre a sociedade dos índios Tupinambás, assume ter feito o trabalho em suas horas livres.

A mudança nas condições de pesquisa pode ser observada no trabalho de Octávio Ianni, *As metamorfoses do Escravo*, no qual o autor declara que se isentou por alguns períodos da sua atividade docente para realizar a pesquisa, pois o trabalho foi cercado de alguns apoios. Portanto, até os anos de 1950 a pesquisa científica foi caracterizada por ser um artesanato intelectual⁷⁶ radical. O pesquisador individual, munido de seu interesse científico se debruça sobre a realidade para investigá-la, montando para si uma metodologia de estudo, seu acervo de leituras e muitas vezes a própria biblioteca⁷⁷.

No caso dos pesquisadores que orbitavam a Cadeira de Sociologia I⁷⁸, a importância de se institucionalizar o trabalho científico também se devia a necessidade empreender “[...] a construção de um campo científico autônomo ou de uma “comunidade científica mertoniana” – ancorada na institucionalização das atividades e na consolidação da carreira científica seriam condições imprescindíveis para que a sociologia pudesse se dedicar com segurança ao estudo dos “problemas brasileiros” [...]” (CASTRO, 2007, p. 99).

Neste percurso no sentido da institucionalização, quando cresce o apoio a pesquisa com recursos originados de diversas instituições, se abriu a possibilidade de criação do CESIT. Os estudos sobre a integração do negro na sociedade de classes e formação da ordem social competitiva apontavam para a necessidade de novos estudos, pois a partir das conclusões destes trabalhos refinava-se a compreensão dos problemas sociais determinantes da ordem social em formação e isso também fomentou o projeto de formação do centro (CASTRO, 2007).

São Paulo, cidade na qual o processo de industrialização e urbanização se realizava de forma rápida e intensa tornou-se o laboratório de pesquisa do centro, estimulado por este contexto favorável.

⁷⁶ C. W. Mills, no apêndice de a *Imaginação Sociológica* faz uma descrição de *O artesanato intelectual*. Necessariamente, nos anos posteriores a condição não mudou bruscamente, todavia foram feitos avanços. Na entrevista concedida a CASTRO (2010) José de Souza Martins lembra os problemas para se conseguir recursos no CESIT, onde a pesquisa alcançava um grau de institucionalização até então inexistente.

⁷⁷ Público e notório é este fato. Basta visitarmos na UFSCAR ou a UNESP de Araraquara para conhecermos os acervos pessoais de Florestan Fernandes e Octavio Ianni. O acervo das faculdades, muitas vezes deficitário, corroborava a atitude artesanal do pesquisador.

⁷⁸ Sobre o posicionamento dos pesquisadores dentro do CESIT temos a descrição elaboradas por CASTRO (2007) “[...] o Centro é organizado de forma hierárquica: no primeiro plantel estão Florestan Fernandes (chefe da cadeira de sociologia I, desde 1954, quando o retorno de Roger Bastide para a França) e seus principais assistentes: Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. A segunda linha é formada por Marialice Mencarini Foracchi e Luiz Pereira. O Centro contou ainda com os pesquisadores contratados: Celso de Ruy Beiesegel, Leôncio Martins Rodrigues, Gabriel Bolaffi, José Carlos Pereira e Lourdes Sola [...]” (CASTRO, 2007, p.92).

[...] coube a Fernando Henrique Cardoso, futuro diretor do Centro, buscar dotações para o andamento das pesquisas. Cardoso procurou Fernando Gasparian, então diretor da Confederação Nacional das Indústrias. Gasparian, que doou ao CESIT, ao final de 1961, CR\$ 10.000.000,00, valor que representava pelo menos sete vezes o orçamento anual da Cadeira de Sociologia I (FERNANDES: 1977, 238-279). A outra fonte de recursos proveio da recém criada Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP/1962). É de interesse apontar o grau de prestígio da Cadeira de Sociologia I em relação às Ciências Humanas e Ciências Sociais, essas duas últimas recebiam 6% do valor total de dotações, desses 6%, 25% eram destinados à Cadeira de Sociologia I e ao CESIT. [...] (CASTRO, 2007, p.102).

As linhas gerais que balizaram os problemas e temas das pesquisas a serem formuladas são fornecidas inicialmente por um relatório publicado por Florestan Fernandes intitulado *Economia e Sociedade no Brasil – Análise Sociológica do Subdesenvolvimento*. Entre os referenciais teóricos do texto estão autores como Myrdal, Hans Freyer e Mannheim. (FERNANDES, 1962. CASTRO, 2007)

A tomada de consciência dos países marcados pelo subdesenvolvimento, principalmente após a segunda grande guerra mundial, de seus problemas estruturais, muitos deles entraves ao pleno desenvolvimento do capitalismo é o *leitmotiv* do texto de Florestan. Estes países, nos quais se incluem o Brasil, ansiosos para promoverem seu *salto histórico*, depositam suas esperanças na ciência e no planejamento para superar seu atraso em relações às outras nações.

Para o autor, [...] “aquilo que os países adiantados” conquistaram mediante longos e penosos processos histórico-sociais, eles pretendem (os países subdesenvolvidos) alcançar através da transplantação rápida e intensiva das técnicas de pensamento ou de ação. [...]” (FERNANDES, 1962, p. 5). A importação de meios técnicos e científicos é, portanto, fundamental neste processo. A investigação sociológica tem aí um papel central⁷⁹, ao possibilitar compreender a estrutura da sociedade e seus problemas, e fundamentalmente na

⁷⁹ “[...] A análise sociológica assumiu, neste contexto duas funções nítidas. Ela serve como fator de renovação e de alargamento do horizonte cultural herdado. E serve para apontar o grau de adequação ou de inadequação da estratégia a ser seguida, praticamente, onde a vitalidade do crescimento econômico não é bastante forte para romper o peso morto do passado. Oferece ensinamentos, em suma, que facilitam os propósitos de libertar a economia dos influxos negativos da herança social e estimulam a orientação de conjugar as inovações econômicas ao planejamento e as reformas sociais [...]” (FERNANDES, 1962, p.14).

proposição de resoluções a serem postas em prática através da intervenção social qualificada, via planejamento social⁸⁰.

Outro papel importante da ciência social é desempenhado na compreensão das diferenças entre as sociedades subdesenvolvidas e as nações desenvolvidas – centro e periferia do capitalismo -, pois perceber as diferenças sociais significa estabelecer a distinção entre os processos de modernização social. É pensar comparativamente a sociedade tida por tipo normal, as nações centrais do sistema, e a variação do tipo, as sociedades subdesenvolvidas na periferia do sistema.

Esta seria uma das contribuições originais da ciência social desenvolvida nos países periféricos para a ciência social como um todo. Mas, para realizar esta empreita algumas condições materiais são necessárias.

Tendo em vista razões desta espécie, vínhamos concentrando grande parte dos projetos de investigação da cadeira de sociologia I no estudo macro-sociológico das condições histórico sociais de desintegração da ordem escravocrata senhorial e de formação da sociedade de classes no Brasil. [...] A inexistência de recursos financeiros limitava os projetos, forçando-nos à realização de pesquisas localizadas no tempo e no espaço. Com a constituição do CESIT, graças a possibilidade criada pelo Plano de Ação (programa do governo Carvalho Pinto 1959-63), formamos uma equipe estável de pesquisadores junto a Cadeira de Sociologia I e iniciamos uma pesquisa mais ambiciosa, sobre a estrutura da empresa industrial em São Paulo. Conjugando o levantamento com base em amostragem ao estudo de casos, presumimos que esta pesquisa vai proporcionar conhecimentos objetivos e precisos sobre: a) a situação global das indústrias nos municípios da Capital, de Santo André, de São Bernardo, de São Caetano e de Guarulhos; b) os caracteres estruturais dos vários tipos de organização industrial existente; c) a organização, as tendências de crescimento e as condições de integração ao sistema sócio-econômico vigente de empresas consideradas típicas. [...] Pressupondo-se que a empresa industrial constitua a tônica das áreas econômica e socialmente “avançadas” da sociedade brasileira, por meio daquele projeto obteremos a possibilidade de saber aonde chegamos e para onde vamos no processo de expansão da civilização industrial no Brasil [...] (FERNANDES, 1962, p. 8 - 9).

⁸⁰ “[...] Além disso, para os “países subdesenvolvidos” acaba sendo vital manipular meios e fins segundo propósitos que convertem o planejamento em força social. Levando em conta tais razões, Myrdal assevera que “os países subdesenvolvidos tem necessidade urgente de pesquisa social virgem, concentrada em seus próprios problemas práticos, tal como eles aparecem no quadro de suas condições atuais de vida, e também baseada na compreensão das avaliações e aspirações de seus próprios povos [...]” (FERNANDES, 1962, p.7). Em tese, os intelectuais possuem o entendimento dos problemas sociais e como consequência podem compreender as aspirações do povo, desta maneira e enquanto categoria social específica apresentam um papel importante a ser desempenhado no processo de mudança social.

Portanto, os temas de pesquisa a serem tratados para realizar os objetivos acima descritos eram: a) Desenvolvimento econômico e mudança social; b) O empresariado industrial; c) Estado e Desenvolvimento; d) Mobilização da Força de Trabalho. O estudo do desenvolvimento econômico e a mudança social são pensados nos termos da secularização da sociedade, objetivando investigar a racionalização das relações sociais visualizadas nas mudanças no comportamento dos atores e das instituições sociais.

O foco no empresariado deve-se a importância deste ator no processo de modernização, principalmente em São Paulo, cidade onde a industrialização desde os anos de 1950 era mais que evidente. Estudar as origens e a atuação do empresariado, e também sua mentalidade, no do projeto do CESIT, era central.

A atuação do Estado no processo de desenvolvimento; a seletividade da escolha das áreas a serem privilegiadas com incentivos de crédito e isenção fiscal, ou mesmo a proteção por parte do Estado a determinados setores econômicos visa, sobretudo, perceber a articulação da ação estatal com os interesses privados. Neste aspecto, há um posicionamento político no projeto do CESIT expresso por Florestan Fernandes:

[...] para nós vem ser essencial, como condições político-sociais do desenvolvimento econômico: 1º) a democratização da autoridade, do poder político e do aparelho estatal; 2º) a modernização efetiva do Estado e dos serviços públicos estatais ou para-estatais. A primeira condição é a única que poderia quebrar a cadeia invisível, que nos prende ao passado e ao antigo regime, e que põe em risco converter o “desenvolvimentismo” em fator de perversão do regime republicano no sentido de uma plutocracia. [...] A segunda condição, por sua vez, constitui o requisito para se promover o expurgo gradual de procedimentos políticos-administrativos anacrônicos e para introduzir-se a racionalização, dentro de limites máximos, nas atividades e realizações construtivas do Estado republicano. Esta condição é crucial, tanto para pôr-se um paradeiro ao desperdício e a subutilização de recursos escassos, quanto para resguardar a autonomia da intervenção estatal em “assuntos práticos”. Se ela não ocorrer em conexão com a condição anterior, será improvável que consiga combater o atraso econômico, social e cultural sob a égide de uma verdadeira política democrática do desenvolvimento econômico, capaz de conjugar planejamento, crescimento econômico acelerado e justiça social [...] (FERNANDES, 1962, p. 24).

Por sua vez, investigar as formas de mobilização do trabalho na sociedade é importante em dois aspectos. Primeiro, pela herança escravista que transformou o trabalho

numa atividade degradante; segundo, por conta desta mentalidade estar atrelada intimamente a condição de subdesenvolvimento social. Como aponta Fernandes, apenas insistir na transplantação de técnicas sociais e instituições sem promover a mudança da mentalidade social não torna possível o salto histórico almejado para romper a condição subdesenvolvida. Dentre as pesquisas realizadas no centro, lastreadas por estas questões estão:

[...] o projeto sobre a empresa industrial em São Paulo (que) foi organizado com o intuito de realizar cinco monografias, cada uma devia ficar a cargo dos seguintes pesquisadores responsáveis: Leôncio Martins Rodrigues (Manifestações e funções do conflito industrial em São Paulo), José Carlos Pereira (Estrutura e expansão da indústria em São Paulo), Lourdes Sola (Racionalização na indústria paulista), Cláudio José Torres Vouga (Direção das empresas industriais em São Paulo) e Gabriel Bolaffi (A racionalização da empresa privada ou a racionalização do sistema econômico: o falso dilema em que se debate a civilização industrial no Brasil)” (CASTRO, 2007, p.103) [...] Ainda foram realizados outros trabalhos do Centro, a cargo dos pesquisadores considerados como primeiro plantel da Cadeira de Sociologia I, a saber: “mentalidade do empresário industrial”, a cargo de Cardoso (Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil/1964); a “intervenção construtiva”; de responsabilidade de Ianni (Estado e Capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil/1965); e a “mobilização da força de trabalho”, isto é, a análise sobre os influxos positivos da racionalização do aproveitamento do fator humano na reintegração da ordem econômica e política, sob os cuidados de Luiz Pereira (Trabalho e desenvolvimento no Brasil/1965) (ARRUDA:1995. Apud CASTRO (2007) - Nota de rodapé da página 103).

No décimo capítulo do livro *A sociologia numa era de revolução social*, (produzido a partir da colaboração entre Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni) o projeto de estudo para a São Paulo industrial é descrito em suas respectivas etapas, no total de três. Garantir as condições materiais⁸¹ e escolher uma área para a elaboração da pesquisa foi o primeiro passo, no caso São Paulo e sua região metropolitana enxergada

⁸¹ Conforme descrevemos na segunda parte desta pesquisa, desde o governo Jânio Quadros em São Paulo o Estado intensifica sua intervenção na vida social e econômica. Carvalho Pinto integrou o governo Jânio Quadros em São Paulo como secretário de finanças antes de ser eleito governador para o mandato de 1959-1963. Apesar do CESIT não ter recebido verba originada do Plano de Ação, contava com a guarnição do governo. Para José de Souza Martins (1998, apud CASTRO, 2007) o Plano de Ação foi uma proposta de intervenção acadêmica através do Estado, no sentido de transformar a sociedade brasileira pelo alto. Em sua avaliação, pretendia-se que os governos fossem orientados por técnicos, portadores do conhecimento científico - e, por isso, “neutros”, distanciados de motivações políticas – que tomariam as decisões necessárias para a realização do desenvolvimento econômico das atividades governamentais, sobre a qual estava calcada parte da legitimidade política da gestão de Carvalho Pinto.

como local “[...] crucial ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil moderno [...]” (FERNANDES, 1976, p. 330). A etapa subsequente foi elaborar um questionário com as variáveis de pesquisa e os objetos a serem investigados.

[...] a compreensão de que a industrialização brasileira converteu-se em um fenômeno predominantemente paulistano motivou a Cadeira de Sociologia I e o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho programarem um *survey*, realizado em 1962, acerca de 285 empresas industriais paulistanas [...] a escolha dos elementos foi feita tendo por base o ano de 1958, pois era o ano mais recente sobre o qual os pesquisadores possuíam informações sobre as empresas paulistanas. Os dados utilizados foram os do Departamento de Estatística de São Paulo. A pesquisa procurou analisar as empresas segundo o ramo e o tamanho dos estabelecimentos industriais da região considerada, isto é, Grande São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Guarulhos [...] (CASTRO, 2007, p. 104).

Na terceira etapa os questionários foram aplicados nas empresas escolhidas por amostra e na sequência foram tabulados, para as empresas tidas como objeto serem organizadas a partir de categorias, com seus respectivos problemas⁸². Prevalencia a ideia de que:

[...] ainda são mal percebidas e explicadas as causas do grande surto industrial de São Paulo [...] Em particular tem prevalecido a preocupação de explicar-se o processo em questão através de condições e de fatores globais, por assim dizer de conjuntura. No entanto, na medida em que a industrialização constitui uma constante na história social, econômica e cultural do ocidente e, especificamente em que ela alterou e redefiniu, por seus efeitos diretos ou indiretos, o próprio estilo de vida e a mentalidade dos homens, parece que se impõe considerar o passado industrial seus produtos a luz de uma nova perspectiva, que ponha ênfase nas condições e fatores que não são nem poderiam ser circunstanciais [...] o crescimento econômico e o desenvolvimento social da cidade de São Paulo não se deram por acaso; prendem-se estrutural e dinamicamente, às transformações recentes da organização econômica e social da sociedade brasileira. Ambos os fenômenos se associam complexamente à desagregação da sociedade de castas e do regime escravista e à emergência gradual da sociedade de classes e do regime de trabalho livre [...] (FERNANDES, 1976, p. 333, 339, 340).

⁸² “[...] No que concerne à seleção das empresas a serem investigadas, julgamos conveniente escolher unidades de investigação com características suficientemente diferenciadas para permitir a explicação dos problemas que surgem com a transformação do antigo padrão de organização industrial no modelo burocratizado de organização das empresas [...]” (FERNANDES, 1976, p. 336).

Isso posto, a produção científica desenvolvida no centro conseguiu elaborar uma interpretação sofisticada da realidade brasileira e de seu processo de modernização, centrado numa condição de dependência em relação às nações centrais do sistema capitalista. Esta forma de inserção no sistema inter-nacional possuía determinações originadas não apenas nas condições políticas e econômicas externas, mas também em condicionantes internos, como a persistência da dominância de setores, práticas e valores sociais tradicionais na vida econômica, política e social brasileira.

Dentro deste processo o Estado assumiu o papel de protagonista transformando-se no ator central na indução da mudança social. Todavia, a excessiva importância do Estado no desenvolvimento, somada a permanência dos valores tradicionais na vida social; condições postas sob a pressão econômica, política e cultural exercida pelas nações hegemônicas, formaram os entraves à democratização e autonomização da sociedade brasileira. As próprias conquistas civilizatórias do capitalismo foram deixadas para o segundo plano, pois poderiam prejudicar este processo de modernização conservadora, ao atuar como empecilho ao desenvolvimento econômico acelerado.

Apesar da importância dos trabalhos desenvolvidos no centro e da envergadura da interpretação elaborada, as mudanças ocorridas na vida política brasileira abalaram o projeto do CESIT que começava a dar seus primeiros frutos. O golpe de 1964, seguido do aumento da repressão política quatro anos depois em 1968 – um de seus resultados foi a aposentadoria compulsória de vários docentes -, frustraram em grande parte os ambiciosos planos do centro.

Na sequência, vamos discorrer sobre a pesquisa de Luiz Pereira, *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*, feita neste contexto turbulento. O autor deixou suas atividades de docente na FFCL de Araraquara no começo de 1963 para trabalhar como pesquisador no CESIT e ministrar aulas na USP. Utilizando como referência as linhas temáticas descritas acima, sua pesquisa estava enquadrada na temática da mobilização da força de trabalho, por se tratar de estudo sobre a qualificação da mão de obra operária. Todavia, no decorrer do trabalho este problema ocupou apenas parte do estudo.

Como sabemos, muitas variáveis contribuem para a modificação nos rumos de uma pesquisa. Fatores internos ao trabalho podem favorecer uma mudança de enfoque, frequentemente determinado pelo movimento da própria pesquisa. Fatores externos também

podem ser igualmente condicionantes da mudança e o golpe de 1964 certamente influenciou não só a história, mas incidiu na própria pesquisa de Luiz Pereira.

4.3 Trabalho e Desenvolvimento no Brasil

Trabalho e Desenvolvimento no Brasil é uma obra de extrema densidade teórica e analisá-la em sua profundidade demandaria um tempo do qual não dispomos, além de uma grande erudição em teoria social e econômica a qual, na posição de estudante estamos bem distante. Todavia, vamos fazer uma explanação sobre esta pesquisa pinçando suas ideias e a partir delas vamos esmiuçar o arranjo conceitual que ancora o estudo.

Este cenário de complexidade salta à vista logo na introdução da obra, onde Luiz Pereira explicita a metodologia adotada na pesquisa. Em nosso texto, anteriormente, antecipamos alguns referenciais conceituais que permeiam *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*, provenientes de autores como Sartre e mesmo as reflexões elaboradas por Florestan Fernandes, integrantes do *padrão do trabalho sociológico*.

Mas ao passear os olhos nas referências do primeiro capítulo surgem outros autores, populares nas pesquisas realizadas no CESIT, como Lucien Goldmann, Henri Lefevre, Celso Furtado, Manheimm, entre outros. Ao comentarmos cada capítulo vamos descrever algumas das referências que surgem por acreditarmos ser interessante torná-las evidente em nossa interpretação do trabalho do autor e assim compreender como elas são manejadas.

Para começarmos a trabalhar propriamente a introdução chamaremos a atenção inicialmente para o aspecto sistêmico utilizado na metodologia da obra. Apesar de operar com conceitos de autores e de matrizes teóricas distintas, Luiz Pereira consegue alinhá-los a partir de uma concepção sistêmica e dinâmica do desenvolvimento do capitalismo.

Investigar a articulação entre os subsistemas ou totalidades parciais e sua inter-relação é vital para o entendimento da dinâmica do desenvolvimento do sistema capitalista. Para Luiz Pereira, “[...] importa não apenas referir, mas entender as nações integrantes do sistema capitalista internacional como totalidades concretas parciais - que implica também superar o esvaziamento histórico das categorias de desenvolvimento e subdesenvolvimento e o viés analítico que tende como vimos a viciá-las de economicismo [...]” (PEREIRA, 1965, p.12).

Escapar do economicismo significa entender o processo de integração entre as partes do sistema e sua inter-relação não apenas a partir do prisma econômico, mas da perspectiva política. Isso é possível através do entendimento das relações de poder entre as partes, marcadas pela assimetria de poder entre os centros de decisão internos, possuidores de autonomia relativa dentro da lógica do sistema, agindo uns em relação aos outros.

Outra concepção fundamental para se escapar do reducionismo economicista é perceber como o desenvolvimento econômico é condicionado por atitudes sociais, políticas e histórias particulares, sejam elas coletivas ou individuais. Esta percepção passa a realçar o capital, a despeito de sua importância, como uma figura entre muitas outras condições necessárias para o progresso (PEREIRA, 1965, p. 9).

[...] o desenvolvimento não consiste, no entanto, num movimento (e projeto) social *indiferencialmente unitário*, mas, sim numa multiplicidade de convergências e divergências de movimento (e projetos) sociais parciais – aos quais correspondem outras tantas formas de consciência utópica, enquanto dimensão das ações coletivas diferencialmente orientadas como progressistas ou inovadoras no campo histórico contemporâneo; ou seja, as dos subsistemas nacionais e as dos subsistemas parciais no interior destes: classes sociais etc. [...] (PEREIRA, 1965, p.20).

Compreender este conjunto complexo de interações políticas e sociais, econômico-culturais leva ao pesquisador a adotar uma perspectiva totalizadora, visando, mesmo sabendo de suas limitações e da parcialidade em relação ao real de seus conhecimentos, o entendimento da realidade social concreta, sempre integrando as condições sociais peculiares, os fatos sociais à estrutura social e suas formas de consciência (PEREIRA, 1965, p.27).

O trabalho enquanto fenômeno social, portanto, será um aspecto da vida privilegiado para este tipo de investigação e aí entram as indicações elaboradas por Sartre, no texto *Questão de Método*, de como entender o objeto estudado no processo social total. Ao estabelecer o trabalho e a qualificação do trabalhador como objeto de estudo, Luiz Pereira procura:

[...] evidenciar a realização singular das determinações genéricas de formação econômico-social capitalista em nossa sociedade: a) inicialmente pela caracterização das transformações estruturais desta, vistas num primeiro passo através dos processos de urbanização e industrialização e, num segundo, através de experiências vividas por agentes individuais envolvidos nesses processos; b) em seguida pela

identificação das conexões do processo de qualificação do trabalho com essas alterações estruturais [...] (PEREIRA, 1965, p.8).

Todavia, o entendimento destas questões é necessariamente posto em relação às questões já esboçadas anteriormente - sobre o desenvolvimento/subdesenvolvimento -, para conferir conexões entre os problemas de investigação. Procedendo desta forma o autor pretende apreender como é gerada a *eunomia* do sistema, que em sua dinâmica supera os fatores *disnômicos*⁸³ inerentes ao desenvolvimento desigual.

Desta maneira, pensamos ter descrito algumas das questões relativas à metodologia da pesquisa necessárias para darmos continuidade à interpretação da obra. Passamos agora para o capítulo I, intitulado *Trabalho na Sociedade Capitalista*. Neste capítulo o autor tem como referência, obviamente, Marx. A assimilação da produção teórica marxiana, no caso, a leitura de *O Capital* por Luiz Pereira se deu a partir de sua chegada em São Paulo após a experiência como docente em Araraquara.

Na entrevista concedida à Castro (2010), José de Souza Martins comenta que ao chegar a São Paulo Luiz Pereira fez uma breve atualização teórica. Como seus colegas de trabalho já estavam lendo Marx de maneira sistematizada no grupo d'O Capital e Luiz Pereira não participou deste grupo, ele se internou em seu apartamento para realizar a leitura da referida obra.

As primeiras páginas do capítulo I são dedicadas aos conceitos analíticos provenientes de Marx⁸⁴. Também neste capítulo o autor sinaliza como o problema de pesquisa até então por ele elaborado – sobre a qualificação da mão de obra, por si não tinha a amplitude problemática por ele desejada -, questão por nós mencionada no final do tópico anterior⁸⁵.

⁸³ “[...] O movimento ou desenvolvimento do sistema capitalista internacional, mediatizado que é pelos desenvolvimentos diferenciais dos subsistemas que o integram e pelas mútuas relações entre estes, também se processa no sentido do restabelecimento da *eunomia*; ou seja, na direção da superação ou pelo menos suavização de focos *disnômicos* [...] Por exemplo, a explosão demográfica nos subsistemas periféricos, a deterioração dos termos de intercâmbio comercial entre estes e os subsistemas dominantes, o analfabetismo em massa, a grandemente desigual distribuição interna da renda, o excedente de capital imobilizado etc. são, ao mesmo tempo, embora em graus diversos, fatores *disnômicos* que operam tanto nos subsistemas como no sistema capitalista internacional [...]” (PEREIRA, 1965, p.14).

⁸⁴ Entre as páginas 31 e 35.

⁸⁵ “[...] torna-se flagrante que o título provisório deste estudo, enunciado na “Introdução”, não sugere suficientemente que não se tratará apenas da qualificação técnica do trabalho em si, mas como dimensão dada à análise do processo mais amplo que é a constituição do trabalho num tipo de formação econômico-social.

Pensando a constituição do trabalhador a partir da manipulação de conceitos como mais-valia, o tripé produção-circulação-consumo, alienação, Luiz Pereira começa a definir com certa precisão o que pensa sobre trabalho, assumindo-o como central na experiência. A educação nesta pesquisa também é percebida como importante, mas deixa de ser pensada apenas em termos escolares e ganha um sentido amplo, sendo considerada a experiência na sociedade de classes como educadora.

[...] a constituição da força de trabalho, como constituição do trabalhador, tem na constituição de seu valor apenas uma de suas dimensões: o processo de qualificação do trabalho, tal como o consideramos, não se reduz a um processo estritamente econômico [...] Há, pois, que se ver o processo de constituição do trabalhador como sendo, um tempo, econômico, cultural, político etc.: como realização mediatizada, na práxis individual, da pluridimensionalidade da práxis social. E é como uma mediação, nessa realização, que se situa a educação, entendida como processo social geral (a sociedade sendo, toda ela, um ambiente educativo), analiticamente apreendido como dimensão dos demais processos sociais inclusivos (estes, por seu turno, totalizados na *práxis* social global) – isto é, a educação como processo socializador. E então temos, do ângulo dos agentes em contínua formação, a socialização como componente do processo imediato e mais amplo de constituição do trabalhador como organismo, como personalidade e como *socius* na configuração capitalista de vida [...] (PEREIRA, 1965, p.52 - 53).

Seguindo a linha metodológica expressada na introdução da pesquisa o autor insere esta discussão sobre a formação do trabalhador dentro dos conceitos basilares, já expostos, de *eunomia* e *disnômia* do sistema. Considerando de forma abstrata, a condição de *eunomia* do sistema de produção de bens estabelece a necessidade de mão de obra que integre os quadros da divisão social do trabalho e esta força de trabalho deve possuir as condições bio-psico-sociais adequadas à produção a ser desempenhada⁸⁶ (PEREIRA, 1965).

A estabilidade relativa do sistema tem suas bases garantidas nas próprias *personalidades-status* formadas no âmbito da formação social capitalista, com o objetivo de proporcionarem os requisitos psico-sociais necessários à reprodução da lógica do

Mais indicativo deste nosso objeto de estudo seria o título *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil* – a que afinal nos atemos [...]” (PEREIRA, 1965, p. 57).

⁸⁶ “[...] Interessa-nos, porém, essa “produção de coisas úteis” quando se determina como produção capitalista, e que essa mobilização do corpo e da personalidade do homem no ato específico de produção capitalista de bens e serviços se realiza adequadamente quando neste homem se tenham constituído, por assim dizer, os suportes das “operações técnicas” tomadas em si [...] tais suportes consistem em atitudes, motivações, representações e etc. [...]” (PEREIRA, 1965, p.48).

capitalismo. Este fator garante o mínimo de homogeneidade preciso às personalidades, seja a do trabalhador ou a do empresário, necessários à continuidade (PEREIRA, 1965). Outro aspecto fundamental desta condição sistêmica, explorada pelo autor encontra-se na:

[...] eunomia relativa do sistema produção-consumo (ou melhor: produção-distribuição-consumo) implica uma repartição tal da renda que garanta as condições de persistência e expansão da formação econômico-social capitalista: a reprodução dos agentes típicos dessa formação econômico-social, pela reprodução das suas condições típicas de existência – o que implica propiciar a satisfação de suas necessidades diferenciais através dos montantes vários de renda, e, com isso, sustentar a continuação do processo de reprodução do capital [...] (PEREIRA, 1965, p.39).

A *eunomia* do sistema centrada na exploração do trabalhador inserido no âmbito da lógica da produção-circulação-consumo é constantemente abalada por fatores que desequilibram este circuito de realização da mercadoria, e estas deficiências estão ligadas à produção.

[...] se constituem estados disnômicos consistentes em desequilíbrios entre as necessidades de consumo e a produção total de bens e serviços. Tais estados disnômicos ocorrem tanto no caso de existir deficiência de produção ou de capacidade de produção face à demanda real, embora esta não tenda a realizar-se como poder de compra efetivo. As crises dos subsistemas dominantes estão no primeiro caso; a situação dos subsistemas periféricos tende ao segundo [...] (PEREIRA, 1965, p. 37).

Inserido neste tipo de formação social, a condição de vida do trabalhador é, portanto, produzida através de sua alienação e reificada no trabalho. A própria qualificação, orientada para o aprendizado das habilidades, motivações e interesses intrínsecos a formação social capitalista que fomentam sua ação garantem a perpetuação da lógica. Superar esta condição para alcançar a desalienação total “[...] implica ela a longa e prévia realização do mundo humano alienado e reificado, alienador e reificador, vale dizer o homem se construindo pela criação de um mundo que o nega ao submetê-lo, a alienação conduzindo a desalienação [...]” (PEREIRA, 1965, p. 46).

Acreditamos ter elaborado uma interpretação mínima do capítulo I, *Trabalho na Sociedade Capitalista*. A questão da *negação*, compreendida como parte de um processo longo, dialético, é central para realizarmos uma leitura satisfatória do capítulo II, intitulado *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. Todavia, antes de nos dedicarmos a ela, vamos

descrever as características do subdesenvolvimento/desenvolvimento, para na sequência explicitarmos a importância da *negação* no processo de modernização social.

A expansão econômica das formações sociais capitalistas mais avançadas e a crescente incorporação de diversas áreas e regiões do globo em sua dinâmica configuraram um tipo de divisão internacional do trabalho onde os países periféricos são fornecedores de matérias primas e importadores de parte de artigos industriais produzidos pelos países centrais.

[...] o lento crescimento da demanda de produtos primários comparada com a intensa demanda de manufatura e serviços à medida que se eleva a renda por habitante nos subsistemas dominantes, ao lado da crescente oferta internacional daqueles produtos pelos subsistemas periféricos entre si concorrentes; a, parcialmente a isso devida, deterioração dos preços internacionais dos produtos primários; a substituição de alguns destes equivalentes “artificiais”, com análogo efeito sobre o comportamento dos preços; o crescimento da produção agrícola e pecuária interna dos subsistemas dominantes; as barreiras alfandegárias destes, em parte defensivas dessa sua produção primária interna; as novas áreas de investimento interno abertas com elevação das rendas-salário e conseqüente alteração das necessidades de consumo imediato internas aos subsistemas dominantes [...] são os tão conhecidos fatos de efeitos cumulativos nos quais e pelos quais a dinâmica interna do sistema capitalista internacional mostrou-se e ainda continua a mostra-se incapaz, em seu espontaneísmo, de configurar uma divisão internacional do trabalho dotada de suficiente poder expansionista e uma repartição menos desigualitária da renda total [...] (PEREIRA, 1965, p.73).

A progressiva assimilação tecnológica realizada pelos países periféricos e o contexto econômico e político após duas guerras mundiais abriram a possibilidade de os países periféricos assumirem o controle do processo de industrialização. Este novo setor capitalista se estabelecerá ao lado do antigo setor, o agroexportador, que continua direcionando sua produção para fora, com o novo setor direcionando sua produção para dentro. Além de garantir maior autonomia e controle aos centros de decisões internos no desenvolvimento e no planejamento econômico e social:

[...] essa industrialização de subsistemas periféricos nestes ampliou e fortaleceu a implantação da formação econômico-social capitalista e reforçou os efeitos do expansionismo capitalista da primeira fase: com a socialização antecipada responsável por aspirações de consumo inerente ao estilo de vida urbano industrial e com o crescimento demográfico

promoveu a maior expansão quantitativa e qualitativa da estrutura das necessidades locais de consumo imediato, envolvendo contingentes populacionais participantes ou não participantes diretos do setor sócio-geográfico capitalista alargado pela industrialização “periférica” [...] (PEREIRA, 1965, p. 75).

Superar o subdesenvolvimento torna-se possível através da manipulação dos recursos materiais e não materiais que apresentem positividade, no sentido da criação de condições para a ampliação de relações sociais e econômicas modernas, e isso inclui desatar os nós que estrangulam do desenvolvimento⁸⁷. Estabelecidos estes caracteres gerais da relação entre subdesenvolvimento e desenvolvimento podemos retomar a linha de pensamento relativa à questão da *negação*.

As possibilidades de vida abertas pela modernização da sociedade - conhecimentos, carreiras, lazeres, estilos de vida aos quais passam a aspirar aos homens e o *quantum* maior de valor necessário para realizá-los-, demonstra inicialmente “[...] a determinação essencial do subdesenvolvimento: a consciência negadora das múltiplas manifestações materiais e não-materiais da pobreza “periférica” e da organização social a que é inerente [...]” (PEREIRA, 1965, p.59).

O comportamento inconformista se estabelece como fator dinâmico das mudanças sociais e atua como componente *disnômico* dos subsistemas periféricos, subdesenvolvidos. A intensidade das mudanças, a despeito do caráter não homogêneo das inquietações dos agentes sociais, imprime um sentido de negação da situação presente, e assim afirmam-se como personagens ativos da construção do futuro.

[...] implicando uma transformação da estrutura das necessidades da população e um estado de insatisfação com o presente não propiciador dos meios de realização dessas aspirações o “grande despertar” tem na *consciência negadora*, apenas um de seus momentos, porquanto implica também a projeção ou *projeto*, de uma nova ordem social onde o almejado

⁸⁷ “[...] Na medida em que a industrialização “periférica” consiste na realização parcial de um projeto social de desenvolvimento, trata-se de completar o desenvolvimento nos subsistemas semi-industrializados, vencendo os chamados pontos de estrangulamento do desenvolvimento: estrutura da produção rural, ritmo da inflação, consumo das “camadas altas”, renda *per capita* das camadas baixas, taxa do investimento produtivo, capacitação técnica da mão-de-obra e estrutura orçamentária do Estado [...] trata-se de transformar a expansão das necessidades de consumo imediato, de mercado potencial em mercado efetivo; utilizar a força de trabalho disponível, excedente devido à explosão demográfica associada ao relativamente pequeno crescimento econômico, como trabalho assalariado de baixo preço; canalizar maior parte da mais valia criada internamente para investimentos direta ou indiretamente produtivos [...]” (PEREIRA, 1965, p.76 - 77).

seja efetivado: noutra momento determina-se, portanto, como consciência afirmadora de um possível. Trata-se, afinal, de uma configuração de *consciência utópica*, no sentido mannheimiano da expressão e em que pese certo formalismo inerente à tipologia mannheimiana das formas de consciência utópica e ideológica. Os dois momentos do “grande despertar” podem também ser descritos por categorias mais formais, bastante utilizadas por Robert Merton: as de grupo de participação e de grupo de referência. Realmente o “grande despertar” se apresenta, de uma parte como negação, pelos agentes, do presente do subsistema periférico – grupo de participação efetiva, mas que pelo seu presente se determina, na orientação da ação dos agentes, como grupo de referência negativa; de outra parte, há nele a afirmação do futuro (organização social substitutiva) do subsistema - grupo de participação efetiva se determinando, como grupo de referência positiva (como um possível afirmado) [...] (PEREIRA, 1965, p.60).

Esta força social difusa dos agentes sociais, notadamente aqui o homem “comum”, pode ser trabalhada e canalizada, primeiramente através do planejamento racional e direcionada no sentido construtivo. Isto, indiretamente, também faz diminuir as tensões inerentes ao sistema social subdesenvolvido. Além do planejamento, a emergência de lideranças identificadas com os anseios sociais do homem “comum” e seus possíveis históricos podem atuar de maneira positiva construtiva ou, de outra maneira, agir simplesmente para esvaziar a potencialidade destes sujeitos, a partir da perda de identificação das lideranças com seus projetos e anseios coletivos. (PEREIRA, 1965)

Este potencial conferido ao homem “comum” pelo autor no contexto de realização da pesquisa, onde os valores capitalistas estão sendo aprofundados na realidade brasileira, está intimamente vinculado à intensificação do processo de urbanização e industrialização em que estava inserido a sociedade brasileira, processo ao qual Luiz Pereira dedicará o terceiro capítulo do trabalho no qual iremos nos debruçar. Ainda sobre o homem “comum”, enxergado pelo autor como um ator social com grande potencialidade, Luiz Pereira critica o papel menor conferido a ele nos estudos sobre desenvolvimento realizados no período.

[...] nas preocupações da quase totalidade dos estudos sobre subdesenvolvimento avulta principalmente a figura do *empresário*, numa análise reiterativa das condições desfavoráveis ou propícias à constituição e expansão dessa concretização particular da alienação capitalista. A própria preconização da atuação do *Estado*, como planejador e mesmo como investidor, se faz predominantemente no sentido da abertura e garantia de campos para a ação empresarial privada. Em contraste, o complemento necessário e oposto do empresário – o *trabalhador*

assalariado – fica como que diluído ou indefinido como o genérico homem “comum”. Inegavelmente, esta é uma manifestação, no plano do conhecimento erudito, da própria alienação capitalista: uma espécie de reafirmação, por omissão da tipificação da figura do trabalhador assalariado, da dominação alienadora do capital, personificado no empresário, sobre o trabalhador. E não obstante, é a constituição do trabalhador ajustado à formação econômico-social capitalista que está subjacente e que explica e justifica aquela prevalecente e definida preocupação como o empresariado [...] (PEREIRA, 1965, p. 67).

Passamos à interpretação do capítulo III, *Urbanização e Industrialização*. Em nossa leitura, identificamos dois momentos históricos - a Revolução de 1930 e o Golpe de 1964 -, como balizas para a construção da análise do processo de urbanização/industrialização elaborado por Luiz Pereira. O primeiro referencial histórico é comum aos autores utilizados como referência⁸⁸ no capítulo, porém a inserção do Golpe de 1964 como um evento importante para compreender este processo é de alguma maneira novidade.

Não podemos afirmar que o autor foi o primeiro a ter essa percepção, todavia, o ano de publicação de *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil* foi 1965, portanto, é razoável assumir que o autor estava escrevendo-o no calor da hora proporcionado pelos acontecimentos e procurou esboçar uma interpretação dos acontecimentos prontamente.

Os acontecimentos de 1930 são analisados pelo autor pela via política e econômica. Politicamente contrasta as posições programáticas de Júlio Prestes e da Aliança Liberal⁸⁹ e demonstra como as linhas básicas de um projeto industrial se colocavam ainda que precariamente em contraposição à visão oligárquica sintetizada na plataforma do candidato de São Paulo. Também faz uma crítica ao possível papel mediador assumido pelo tenentismo do descontentamento das massas urbanas dentro dos acontecimentos pensados como uma revolução burguesa⁹⁰.

⁸⁸ Na página 79 o autor descreve seus referenciais: Roberto Simonsen, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Celso Furtado, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré.

⁸⁹ Entre as páginas 87 e 93.

⁹⁰ Luiz Pereira faz uma discussão da obra de Virgínio Santa Rosa, *Os sentidos do Tenentismo*, tratando-a como um documento histórico do período apontando as limitações da análise colocada no livro. A discussão encontra-se situada nas páginas mencionadas anteriormente. Segundo o autor, “[...] No período revolucionário de 30, nada, pois de uma revolução burguesa – mas um impulso dinâmico exercido por uma força política acentuadamente “popular”, incorporado pela burguesia industrial preexistente, levando para novo estágio e expansão o processo de constituição de uma formação econômico-social capitalista (industrialização “intencional” e variavelmente “dirigida”); dando a esta formação uma nova orientação (“exploração” do mercado interno); e conduzindo a uma recomposição política e econômica entre as classes burguesas (por expansão e fortalecimento do setor industrial) e entre as classes burguesas e as “camadas populares” que, como contingentes de trabalhadores, se ampliam e se diferenciam internamente com o avanço da

[...] o momento do processo histórico brasileiro que se configura nas três décadas iniciais deste século determina-se, portanto, como a primeira “grande crise” da formação econômico-social capitalista que aqui se vinha longamente elaborando. E isso como uma das múltiplas realizações “periféricas” da “grande crise” do capitalismo internacional, que consistiram, afinal, no aprofundamento da inadequação entre dois produtos espontâneos, diretos ou indiretos, do expansionismo capitalista dos subsistemas dominante: o sistema de produção e as estruturas das necessidades de consumo imediato, no interior de cada subsistema periférico [...] (PEREIRA, 1965, p.87).

A reelaboração a partir da política de substituição de importações do sistema de produção, circulação e consumo e o objetivo de ampliar os ramos da produção industrial internalizando os centros de decisão e produção, garantindo desta maneira mais controle interno para o Estado ou burguesia industrial do processo de acumulação de capital e para fundamentalmente satisfazer a necessidade de consumo do homem “comum” foi ao longo dos anos estruturado o projeto industrialista (PEREIRA, 1965).

Entretanto, apesar das transformações notáveis apresentadas pela sociedade brasileira, estas mudanças não conseguiram resolver os problemas sociais que determinavam os componentes *disnômicos* da vida social e estes problemas vão emergir com força no segundo momento histórico importante escolhido pelo autor para pensar o processo do desenvolvimento, no caso a conjuntura do Golpe de 1964.

A pressão exercida pelo homem “comum” a partir da assimilação do estilo de vida urbano-industrial, suas atitudes negadoras das condições materiais e não materiais necessárias a reprodução da vida, são para o autor as forças que atuam “[...] como o motor primeiro do processo histórico brasileiro [...]” (PEREIRA, 1965, p. 98). No interior do processo de desenvolvimento a ação do Estado procura minimizar a pressão exercida pelo homem “comum” no sistema social agindo para sanar os problemas econômicos e sociais através do planejamento.

industrialização e do setor de serviços por esta grandemente estimulado, bem como se fortalecem politicamente. Afinal, uma revolução não-burguesa e acentuadamente “popular” que, não negando a formação econômico-social capitalista, preexistente, afirma a complementação do capitalismo no Brasil, explorando porém o possível histórico do capitalismo autônomo. E com isso implicitamente negando o sistema capitalista internacional por incapaz de impulsionar para uma etapa superior o processo de constituição da formação econômico-social capitalista brasileira [...]” (PEREIRA, 1965, p. 94 - 95).

Os fatores elencados pelo autor como obstáculos a realização do projeto de desenvolvimento na conjuntura dos anos iniciais da década de 1960, mais propriamente de 1961 até 1963, são: a queda do crescimento econômico; a diminuição da produção industrial e agrícola; o aumento do custo de vida ocasionado pela inflação; diminuição da contribuição previdenciária paga pelos trabalhadores; e as desigualdades regionais⁹¹. Segundo Pereira:

[...] ainda em fins de 1962 o Plano Trienal, arquitetado para fazer frente a essa situação, incorporava a ambigüidade do capitalismo brasileiro longamente acumulada: apelando por uma participação maciça do capitalismo estrangeiro, não abdicava inteiramente ao que ainda persistia e resistia do projeto de constituição de um sistema capitalista “autônomo”. Frustrada a execução do plano assistimos ao governo se identificar, embora vacilantemente, mas de modo progressivo, com o possível capitalismo “autônomo”, manipulando nessa direção as pressões das “massas trabalhadoras”. Essa manipulação encerrava uma ameaça crescente de negação das determinações essenciais da formação econômico-social capitalista, porquanto intensa estimulação das reivindicações “populares” se fazia num processo político em que as “massas trabalhadoras” poderiam ultrapassar a condição de “massas de manobra populista”, passando a determinar-se como revolucionárias e não mais como “pré-revolucionárias”, escapando à liderança “populista”. Isso parece-nos, desponta no complexo de acontecimentos que se diria simbolizado pelo comício de 13 de março [...] Essa ameaça “popular” e a recessão econômica de 1963-1964, descontentadora das classes dominantes e das “massas trabalhadoras” – recessão devida à persistência aguçada dos obstáculos externos e internos ao avanço do desenvolvimento capitalista, e intensificadora das tensões sociais -, essa ameaça “popular” e a recessão econômica conjugadas explicam configuração assumida dessa segunda “grande” crise da formação econômico-social capitalista no Brasil: como desfecho de uma singular “luta” de classes, com uma composição diversa da envolvida na Revolução de 1930, realiza-se a Revolução de 31 de março de 1964, em verdade uma contra-revolução a uma pré-revolução senão “popular” ao menos “populista” [...] (PEREIRA, 1965, p.104).

Descritas as principais características políticas e econômicas da industrialização brasileira podemos nos dedicar ao fenômeno da urbanização. Ao pensar a urbanização no capítulo III, Luiz Pereira a descreve como *sociopática*⁹². Esta *sociopatia* tem origem na

⁹¹ A descrição completa dos dados está nas páginas 99 - 100.

⁹² O autor retoma esta discussão no texto *Urbanização Sociopática e Tensões Sociais na América Latina* publicado em *Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento*, o qual comentaremos no item 4.4.

convergência de alguns fatores econômicos e sociais, e são próprios do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Estes fatores conjugados levam o sistema social a *disnomia*.

Uma das origens da *disnomia* do sistema se encontra na articulação entre as regiões brasileiras inseridas na dinâmica do sistema capitalista. As deficiências da produção, circulação e consumo nas (e entre as) regiões que compõe o sistema, acrescentadas ao aumento demográfico e o estímulo ao padrão de vida urbano direciona um grande contingente populacional de áreas com o desenvolvimento menos dinâmico para localidades onde este apresenta mais vigor.

Abstratamente esta formulação encerra em si os fenômenos da migração e do inchaço urbano das grandes cidades onde a modernização está latente. Ao observar sistemicamente a realidade e perceber a importância do trabalhador, ou do homem “comum”, no interior da modernização social o autor faz também uma crítica às interpretações dualistas da realidade.

[...] considerando globalmente a realidade brasileira contemporânea na linha dessas formulações e dos números que as corroboram, os seus contrastes internos não aparecem, como tantas vezes tem se afirmado, como constitutivos de um dualismo estrutural entendido como “dualidade” de tipos de formação econômica-social, mas sim, como uma mesma estrutura de necessidades materiais e não materiais dotada de generalidade e homogeneidade crescente por toda sociedade [...] Tal como essa concepção de dualismo estrutural (válida apenas quando se confronta a quase totalidade do sistema econômico-social com áreas “marginais”), a da dicotomia “sociedade fechada – sociedade aberta”, quando aplicada à interpretação do processo histórico brasileiro, também tende a levar a vê-lo como a coexistência de capitalismo e pré-capitalismo ou semi-capitalismo quando em verdade, se trata de setores sócio-geográficos capitalistas “dinamizados” e de outros “sufocados”. Da mesma maneira, muitos dos estudos sobre “a integração na sociedade de classes”, isto é, na formação econômica e social capitalista, (integração de uma ocupação, de contingentes populacionais etc.) chegam a confundir a constituição da etapa urbana-industrial do capitalismo no Brasil com a própria constituição da formação econômica-social capitalista, por não perceberem que tendencialmente a nossa organização social “tradicional” consistia, e ainda consiste onde amplamente persiste, numa realização das determinações essenciais do capitalismo em momentos anteriores à expansão e consolidação de sua etapa urbana e industrial entre nós [...] (PEREIRA, 1965. p. 119 - 120).

Outra característica da *urbanização sociopática* é a pressão exercida pelo homem “comum”, através de sua demanda de vida material, nos diversos setores da economia -

principalmente nos setores secundários e terciários da economia -, fomentada pela necessidade de emprego. Obviamente esta mesma força se impõe nas instituições públicas, através da demanda por serviços públicos. Pela precariedade das instituições e da própria vida social nas cidades a incorporação e a socialização dos indivíduos na vida urbana ocorrem de maneira parcial (PEREIRA, 1965).

Essa incorporação parcial não possibilita a realização dos desejos e aspirações dos indivíduos e de grupos sociais, dificultando a transformação dos valores típicos da vida urbana industrial em *práxis* cotidiana. Esta condição também pressiona o sistema social e para seu alívio é necessária a mudança da estrutura do mercado de trabalho e do salário. Talvez a palavra que defina melhor este novo padrão de vida social seja “tensão”.

Luiz Pereira enxerga no contexto de produção da pesquisa, como as lutas sociais estão direcionadas, no campo ou na cidade⁹³, no sentido de afirmar a lógica do capitalismo. Mesmo os movimentos grevistas nos grandes centros eram pautados pela melhora na condição de existência. Outros estudos realizados no CESIT também procuraram desvendar a atuação política do operariado e apontam para o mesmo sentido⁹⁴.

O próprio movimento de 1964, segundo o autor, pretende agir para a superação do subdesenvolvimento e desta maneira finalizar o ciclo iniciado nos anos de 1930. Sua ação ganha a forma de intervenção nas distorções geradas pelo sistema social e econômico, principalmente no direcionamento do investimento. Todavia, a superação da situação subdesenvolvimento-desenvolvimento se dá quando:

[...] na progressiva complementação dessa etapa urbana e industrial, as atividades rurais irão paulatinamente deixando de configurar e sustentar um estilo próprio e inferior de vida capitalista, tendendo a consistirem simplesmente em certos ramos necessários da divisão do trabalho social – com isso gradativamente desaparecendo a “ditadura de 10 milhões de pessoas que vivem nas cidades, aproveitando-se do extraordinário desenvolvimento industrial, sobre 60 milhões de pessoas que vivem no interior, na mais absoluta miséria” segundo a visão que Sartre teve da sociedade brasileira em 1960. Com a complementação dessa etapa, atingirá a formação econômica-social capitalista brasileira a sua maturidade, o que de um lado significa a eliminação da dissincronia

⁹³ A exceção seriam algumas regiões do nordeste com movimentos sociais mais radicais, todavia, suas reivindicações não apareciam noutras regiões do país, portanto, achando-se localizadas. (Ver página 130, em PEREIRA, 1965).

⁹⁴ O autor cita (na mesma página 130) os trabalhos de Aziz Simão e Leôncio Martins sobre o sindicalismo no Brasil que trabalham esta questão. Para uma análise de alguns destes trabalhos ver CASTRO, 2007.

consistente num ritmo mais acelerado da urbanização com referência ao da industrialização e, de outro, a intensificação desses dois processos. [...] uma possível sociedade brasileira capitalista desenvolvida, e do ângulo do trabalhador – uma nova divisão social do trabalho configurando uma estrutura mais diferenciada de um mercado de trabalho mais amplo [...] mais emprego, maior renda-salário e maior consumo de bens e serviços como características de um momento “superior” da continuação do domínio dos produtos da criação humana sobre o homem criador. A “luta” de classes, que se atualiza sucessiva e renovadamente e com variável intensidade em cada momento negador do *status quo* componente do “grande despertar” [...] continuará [...] a determinar-se fundamentalmente pela afirmação de um valor maior para a força de trabalho por arte dos agentes de trabalho tendencialmente não proprietários de meios de produção [...] Será, porém, uma “luta” de classes entre alienados “superiores” e não mais, como contemporaneamente ocorre, desencadeada por contingentes sempre maiores de trabalhadores mais ou menos “miseráveis”. Dessa perspectiva, a situação presente do operariado dos nossos poucos grandes centros industriais aparece como ponto de encontro entre o passado e o futuro [...] (PEREIRA, 1965. p. 131, 132, 133).

Na sequência, finalizaremos nossa leitura de *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*, refletindo sobre os capítulos IV, *Situação Operária* e V *Qualificação Técnica do Trabalho*. Dos dois últimos capítulos vamos frisar questões referentes à mobilidade social do operariado e a influência da qualificação neste movimento, sua origem e posição na estratificação social, pretendendo perceber como o autor investiga a *práxis* cotidiana do operariado, sua subjetividade e perspectivas de mundo.

Portanto, o ajustamento do trabalhador no ambiente industrial e na vida urbana depende de sua socialização prévia em relação aos elementos que compõe a sociabilidade nestes espaços sociais. Os trabalhadores de origem rural levam desvantagem dentro deste tipo de relação, todavia, sua origem não impede seu ajustamento e sua ressocialização. Sobre o ajustamento do trabalhador no ambiente urbano – principalmente sobre o *baixo proletariado*, Luiz Pereira desenvolve um debate com Juarez Brandão Lopez e seu estudo *Sociedade Industrial no Brasil*⁹⁵.

⁹⁵ Este debate aparece nas notas das páginas 172 e 173. Em relação ao reduzido ajustamento apontado por Juarez Brandão Lopez, Luiz Pereira contrapõe alguns dados de seu estudo *A Escola numa Área Metropolitana*, onde demonstra como mesmo entre as populações que compõe o baixo operariado as motivações inerentes à lógica urbana industrial da etapa presente do capitalismo estão presentes em suas ações e atitudes e são importantes em seu ajustamento ao ambiente urbano. Segundo Pereira “[...] o desajustamento ao operariado, enquanto fato normal na formação econômico-social capitalista, se realiza, portanto, ao nível das modalidades de subpersonalidades de status de operário e no da subpersonalidade-status de operário – e não no nível da personalidade básica capitalista [...]” (PEREIRA, 1965, p. 205).

Também neste capítulo, o autor retoma algumas questões já trabalhadas em seu estudo a *Escola numa Área Metropolitana*. Entre as questões retomadas estão a mobilidade social do operariado - no interior de sua posição de classe -, suas motivações; o trabalho das mulheres e a socialização dos mais novos para o trabalho e sua educação. (PEREIRA, 1965, p. 176, 178, 179, 180).

Para Luiz Pereira, a densidade tecnológica influencia a diferenciação do operariado nos setores “baixo” e “alto”. A indústria mecânica que concentrava a maior densidade tecnológica demandava um operariado mais qualificado, com domínio da instrução elementar – e muitas vezes técnica -, mais o domínio do ofício. Este operariado se identifica com sua atividade, integra ou aspira às melhores posições no setor superior do proletariado.

Manter-se nesta posição e encaminhar os filhos para estas ocupações, ou desejá-las, como os operários dos setores baixos do proletariado – para si e para os filhos, fazem parte das motivações dos trabalhadores. A negação da condição operária, sem propriamente a negação do capitalismo aparece no desejo de “trabalhar por conta própria”, na condição de trabalhador autônomo ou pequeno proprietário. (PEREIRA, 1965, p. 183, 187, 189)

Em suma: objetiva e subjetivamente, de um lado a participação no “baixo” operariado determina-se como meio para a participação em modalidades “superiores” da situação de classe operária, cujo núcleo está na participação no setor “superior” do operariado, e esta segunda participação, por sua vez, determina-se como meio para a participação na situação de classe dos “trabalhadores não manuais”; de outro lado, tanto a participação no “baixo” operariado como a participação no setor “superior” deste determinam-se como meios para a participação na situação de classe dos pequenos proprietários ou trabalhadores-proprietários urbanos. Focalizado a partir de suas “fontes” e categorias “de origem” e do ângulo do ajustamento dos agentes trabalhadores e suas famílias ao operariado, o processo de constituição deste afigura-se como um contínuo e sucessivo perpassar de levas de famílias, em movimento ascendente no interior do operariado envolvendo um ajustamento que no fundo significa um desajustamento a essa participação e um pré-ajustamento a uma participação “superior”, numa dinâmica que acaba por extravasar os limites do operariado e negá-lo através da participação na categoria proletária dos “trabalhadores não manuais” ou na categoria não-proletária dos pequenos proprietários urbanos. Assim o processo de constituição do operariado é um processo contínuo de reconstituição, pois que objetiva e subjetivamente se determina como um ser em transição [...] (PEREIRA, 1965, p. 192).

Como agentes sociais o operariado exerce pressão no interior de sua própria posição e no sistema social mais amplo, no sentido de ascender dentro de sua classe; em relação ao mercado de trabalho; na melhoria das qualidades de vida e trabalho; além da pressão política e social em contextos sociais marcados por mudanças sociais e conflitos, como nos contextos de 1930 e 1964, pressão manipulada e canalizada por lideranças mediadoras (PEREIRA, 1965. p. 194 - 196).

Enquanto ser em transição o operariado aspira a se tornar uma *mercadoria superior*⁹⁶ e assim usufruir dos meios de vida proporcionados pela vida no ambiente urbano industrial, acarretando no aumento de sua *estrutura de necessidades*. Esta mesma estrutura fomenta suas manifestações cotidianas e localizadas ou difusas (PEREIRA, 1965, p.202 - 203).

Luiz Pereira também pensa a ação do operariado a partir dos conceitos de *práxis repetitiva* e *práxis renovadora*. Por *práxis repetitiva* o autor compreende ações que visam alterar apenas a condição individual do operário. Estas ações só podem ser pensadas enquanto *práxis renovadora* pelo *efeito demonstração* que estas atitudes causam nas expectativas e anseios do próprio operariado. A *práxis renovadora* de fato seriam atitudes negadoras do *status quo* e que alterassem as condições coletivas do operariado (PEREIRA, 1965, p. 194 - 195).

Por isso mesmo, todos os antagonismos, pressões, desajustamentos e negações do status quo imediato por parte dos operários, se potencialmente podem conduzir à negação do capitalismo como forma de vida, efetivamente, na etapa contemporânea do processo histórico brasileiro, (tanto no espontaneísmo dessa efervescência “difusa” como na canalização e manipulação desta pelas lideranças políticas dominantes em cada momento), todas essas manifestações de inconformismo com o presente se orientam ou são orientadas para um futuro e possível histórico: a complementação do desenvolvimento da etapa urbana-industrial na formação econômico-social capitalista no Brasil [...] (PEREIRA, 1965, p. 205).

Por fim o capítulo V, intitulado de *Qualificação técnica do Trabalho*⁹⁷. Nesta parte da pesquisa o autor continua a investigar o processo de constituição do trabalhador e a formação das modalidades de sua *subpersonalidade status*, agora centrando seu foco no

⁹⁶ Segundo Pereira, “[...] a aceitação do homem-mercadoria como tipo humano e forma de existência histórica nada mais é, de fato, que a determinação subjetiva fundamental da alienação capitalista do trabalho e do trabalhador [...]” (PEREIRA, 1965, p. 205).

⁹⁷ Este era o projeto inicial de Luiz Pereira quando se tornou pesquisador do CESIT.

âmbito do trabalho imediato, com o objetivo compreender a qualificação técnica do trabalhador que inclui figuras determinantes, no caso, o próprio trabalhador, empresário industrial, Estado e não menos importante, o educador (mestre de ofício) (PEREIRA, 1965, p. 208).

Luiz Pereira destaca o tempo de *trabalho socialmente necessário* à conformação do trabalhador implica, entre outras questões, à sua experiência nos setores inferiores ou superiores do operariado, assim como a participação da sua família socializada ou ressocializada antecipadamente enquanto unidade de *trabalho-consumo*. O trabalho é o meio para conseguir a melhoria destas condições e a qualificação técnica um recurso importante para efetivá-la (PEREIRA, 1965, p. 210 - 211).

[...] o esforço que o operário, como trabalhador, realiza por maior qualificação da força de trabalho sua e de seus descendentes é uma das realizações particulares desta dominação do mercado de trabalho. Ao final, exigida pela industrialização apenas até o ponto em que se realiza nos agentes individuais dotadas de certos níveis de qualificação técnica que saturam as necessidades do mercado de trabalho, essa construção individual de um valor maior para a força de trabalho acaba, em escala coletiva, por consolidar um padrão de vida material e não-material operária [...] (PEREIRA, 1965, p. 212).

A partir do momento onde o valor da força de trabalho é constituído e passa a ser reproduzido não apenas individualmente, mas coletivamente, torna-se possível compreender o impacto da qualificação para a mobilidade horizontal – onde o valor da força de trabalho é apenas atualizado -, ou vertical - quando o trabalhador assume um novo papel no interior do mundo do trabalho. Nos depoimentos ouvidos pelo autor, a afirmação da melhora da condição de vida ao longo de sua carreira por parte dos operários marcaria uma tendência à mobilidade horizontal para estes, mesmo quando a qualificação técnica funciona apenas como atualização do valor do trabalho. Estas pequenas mudanças de posição no interior do processo produtivo (dentro da empresa ou em outra) figura como o objetivo do operariado, principalmente do “baixo” operariado, em relação à qualificação técnica (PEREIRA, 1965, p. 213, 214 e 215).

A qualificação do trabalhador para as empresas pesquisadas integrantes de ramos diversos, como setor têxtil, mobiliário de madeira e mecânica, indicam preferências e critérios para a seleção do trabalhador.

[...] a ênfase posta por mestres das indústrias têxteis e das do mobiliário nos atributos que definem o operário genérico, enquanto proletário específico: comportamento de “pólo dominado” nas relações sociais de trabalho intra-empresa, pautado segundo padrões aceitos quanto ao tipo e grau de heteronomia “pessoal”; utilização máxima do tempo de permanência na empresa como tempo de trabalho; e disposição para a aprendizagem das operações técnicas ou construção de uma modalidade da subpersonalidade-status de operário que se determina como força de trabalho de baixo nível de qualificação técnica. Em contraste, os mestres das indústrias mecânicas dão como que por supostos estes atributos operários: a ênfase que colocam no nível da qualificação técnica é ênfase em modalidades de subpersonalidade-status de operário relativamente mais “superiores”, ou menos, ou em forças de trabalho operárias específicas [...] Com tais especificações, pode-se dizer que a política de recrutamento e seleção, como momento do processo de recomposição das equipes de trabalho, se realiza predominantemente segundo critérios quantitativos nas empresas onde se concentram membros do “baixo” operariado; e segundo critérios qualitativos (estando pressuposta a quantidade) nas empresas onde se concentram membros do setor “superior” do proletariado [...] (PEREIRA, 1965, p. 222 - 223).

Portanto, existe uma relação entre a densidade tecnológica do setor e o recrutamento do operariado, assim como existe relação entre a densidade tecnológica do setor e a mobilidade do operariado. O autor aponta para maior mobilidade de trabalhadores entre empresas nos setores com baixa densidade tecnológica e considera que a qualificação pouco acrescenta no valor da força de trabalho, diferentemente de empresas de maior densidade tecnológica onde o operariado pode ascender verticalmente no interior da própria empresa e a partir de sua qualificação garante acréscimo ao valor de sua força de trabalho (PEREIRA, p. 224 - 228).

A qualificação feita em etapas é também resultado do processo de escolarização, e esta assume no âmbito do operariado uma importância distinta. O ensino primário é uma exigência para o desempenho de qualquer função no interior do processo produtivo, daí decorre a valorização do ensino primário pelas famílias dos trabalhadores em relação aos próprios filhos, como o autor demonstrou em *A Escola Primária Metropolitana*.

A segunda etapa de qualificação, principalmente entre o “baixo” operariado se realiza no ambiente de trabalho a partir de sua relação com um mestre de ofício ou instrutor no desempenho de sua função. O operariado superior faz sua segunda formação em escolas técnicas – como o SENAI.

[...] nas equipes de trabalho do setor “superior” do operariado, porém, a qualificação técnica é processo demorado e correlata a permanência do trabalhador por anos na empresa [...] a tendência para a política de pessoal dessas empresas em seu momento de treinamento ou qualificação das forças de trabalhos individuais selecionadas, polariza-se em dois extremos: adultos, já com nível de qualificação técnica e, incluído como novo membro de equipe, apenas necessitando de adaptação e não de qualificação técnica mais avançada; e menores, aprendizes de fato e não apenas para efeitos legais no interior da indústria e, em grande número de casos individuais, também no Senai. [...] a frequência ao SENAI e a frequência às escolas técnico industriais de nível médio, enquanto participação em “oportunidades de vida” diferenciais, consistem em componentes de duas vivências diferenciais do estilo de vida urbano industrial, tendencialmente enquanto vivência de duas situações de classe, e como tal cada uma daquelas frequências escolares se determina como componente de um momento “inferior” e de outro “superior” na mobilidade ascendente das famílias operárias que se negam como operárias [...] (PEREIRA, 1965, p. 234 - 262).

Desta forma, o resultado da qualificação para o operariado superior assume a forma de aumento do valor de sua força de trabalho, inclusive na qualificação dos menores, pois a atividade de formação é remunerada⁹⁸. A necessidade de se qualificar o operariado exerce uma série de pressões no sistema social, por conta da dinâmica assumida entre Estado, empresariado industrial e operariado para garantir esta qualificação. O empresariado industrial é pressionado pelo mercado para qualificar o operariado e por sua vez exerce pressão em relação ao Estado para garantir parte desta formação.

Como ente responsável pela *eunomia* do sistema e dotado de autonomia relativa no processo de modernização social - também interessado na qualificação da mão-de-obra, até por ser proprietário de empresas -, o Estado igualmente pressiona o empresariado para assumir os encargos da formação do operariado.

⁹⁸ “[...] Tomando-se analiticamente a “segunda” etapa da qualificação técnica operária, tal como antes procedemos com a escolarização primária, a forma escolarizada dessa etapa acrescenta valor à força de trabalho sempre que o agente individual, durante a realização dessa “segunda” etapa (ou durante a realização de cada desdobramento desta) se determine como consumidor “total” de um *quantum* maior de valor do que como trabalhador produz. O mesmo ocorre com a forma não-escolarizada da “segunda” etapa da qualificação técnica: quanto menor o valor os aprendizes “menores” ou “adultos” durante ela produzirem em “serviço” – e valor maior ou menor por referência ao *quantum* total de valor consumido (digamos, *quantum* representado pela soma de salários recebidos no decorrer desse período) -, maior será o valor acrescido ao previamente possuído por esta força de trabalho. [...] A busca da qualificação técnica mais avançada pelas famílias operária em sua conduta de mobilidade (em termos de vivência de modalidades “superiores” da situação de classe operária etc.) não tem outro fundamento econômico último [...]” (PEREIRA, 1965, p.263).

Todavia, em sua posição, o Estado cria as possibilidades para a qualificação do operariado ao atuar como mantenedor das escolas primárias e outras instituições de ensino técnico, desta maneira fornecendo o adiantamento necessário de capital para o processo de qualificação do operariado poupando custos ao empresariado industrial (PEREIRA, p. 268 - 269). O Estado também atua como *agência de adequação* ao garantir o tipo de escolaridade à vida urbana e industrial (PEREIRA, 1965, p. 275). Neste ponto retomamos o papel dos educadores no projeto de modernização da sociedade.

[...] é o conteúdo também popular da revolução de 30 que também se faz presente nessa dimensão educacional do projeto de desenvolvimento que esta implanta: a política educacional, desse ângulo, é um dos componentes da política de valorização do homem comum, ou seja, a educação escolar se determinando como item do estilo de vida “superior”, mas já sendo também definida enfaticamente como consumo “produtivo”, como fator de melhoria do homem como produtor [...] daí a impossibilidade de se apreender a atuação dos educadores em nossa etapa contemporânea a não ser em conexão com a atuação estatal [...] (PEREIRA, p. 271 - 285).

Feitas estas considerações pensamos ter descrito os aspectos fundamentais da obra que marca a transição de Luiz Pereira da temática da educação para a do desenvolvimento. Pensamos ter demonstrado como sua atualização teórica, além da reorientação de seu tema de pesquisa, englobam questões presentes em seus trabalhos predecessores, além de dialogar com a produção dos outros intelectuais inclusos em seu grupo de pesquisa ou mesmo inseridos nos debates aos quais participava. No próximo tópico do capítulo vamos tratar de outros artigos de Luiz Pereira, escritos após 1965 e com temática relacionada à tese de livre docência e a seus trabalhos anteriores.

4.4 A produção posterior a 1965

Após 1965 a carreira de Luiz Pereira enquanto docente continua em ascensão⁹⁹ e como pesquisador firma-se no estudo da temática do desenvolvimento. Além de orientar

⁹⁹ Luiz Pereira, é contratado (em 9/2/64) como professor assistente para substituir o prof. Fernando Henrique Cardoso, “[...] com todas obrigações de ensino e pesquisas junto a cadeira de Sociologia I, função essa reconhecidamente especializada de natureza científica e didática, com as seguintes atribuições: a) ministrar as aulas e realizar seminários dos cursos de introdução à sociologia e de sociologia educacional b) realizar pesquisas sobre a qualificação educacional de mão de obra na indústria paulistana. [...]” É dispensado da

pesquisas nestas áreas temáticas organiza uma série de coletâneas de textos de autores diversos sobre o tema do desenvolvimento, conjugado com a educação e urbanização, além de teoria social sobre o capitalismo.

Das coletâneas contendo apenas textos pessoais, três chamam nossa atenção: *Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento* (1970), *Estudos sobre o Brasil Contemporâneo* (1971) e *Anotações sobre o Capitalismo* (1977). Os artigos publicados nestas coletâneas de alguma maneira estão em relação de continuidade temática com a tese *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*, todavia outros referenciais teóricos são trazidos para ao primeiro plano da reflexão, ocasionando mudanças significativas no trabalho do autor¹⁰⁰.

função de coordenador do CESIT (em 05/3/64) para trabalhar em regime de dedicação integral a pesquisa e ensino. Devido à exoneração de FHC (em 30/9/69) assume o cargo de professor Assistente Docente. Respondia pela cadeira desde 5/5/69. Com aposentadoria de Florestan Fernandes fica responsável pela Cadeira de Sociologia I e sai da condição de prof. Assistente Docente para prof. Nível Final de carreira docente. Em 1972, por concurso se transforma em professor adjunto. Aposenta-se em 1982 (Prontuário de Luiz Pereira na USP e Histórico do autor p. 1, 4 e 7). Sobre a situação do ensino e pesquisa sociológica após a cassação dos docentes e pesquisadores, temos um fragmento do depoimento do prof. Paulo Argemiro da Silveira Filho. Em suas palavras, “[...] o estatuto da universidade, acho que em 68 ou 69, nós tínhamos o regime de cátedra, então, nós tínhamos duas cadeiras de Sociologia, a Sociologia I, cujo catedrático era o Florestan Fernandes e a Sociologia II, cujo catedrático era o Ruy Coelho. Então eram linhas diferentes, orientações diferentes, e bastante autonomia, apesar de todos nos constituirmos na mesma Faculdade, no mesmo curso, mas eram bastante autônomos. E o Luiz era da cadeira de Sociologia I, como era o Fernando Henrique, o Octávio Ianni e tantos outros e acontece, que, com as aposentadorias compulsórias, aí o Florestan saiu, o Fernando Henrique saiu da Sociologia, ele tinha defendido uma cátedra na Ciência Política, mas começou pela Sociologia I, também. Então naquela época, foi aposentado compulsoriamente o Florestan, o Octávio Ianni dos demais antigos e o Luiz se tornou o titular mais antigo daquela cadeira. (...) (SILVEIRA FILHO apud HADLUN, 2002, p. 134). Com a referida reforma a cátedra é extinta e se constituem os departamentos.

¹⁰⁰ Sobre as incorporações teóricas e mudanças de referenciais empreendidas por Luiz Pereira, temos este fragmento da entrevista do prof. Brasília Sallum Jr., que reproduzimos. Segundo o prof. Brasília, Luiz Pereira era “[...] muito inquieto e começou com a educação. É bom lembrar que quando Luiz começa, estão ainda aqueles efeitos da Campanha da Escola Pública, aquelas coisas dos anos 50. Então, o Luiz terá ficado impressionado. O Florestan tinha um papel muito importante e parece que ele passou por um processo de politização, na época, que ele passa da Educação para o Desenvolvimento, Planejamento. E depois do AI-5 você tem um processo de encolhimento em relação a essas questões políticas, porque de fato houve aquelas aposentadorias e tal, e Luiz recolhe um pouco e começa a partir do AI-5, vamos dizer, há um movimento de “revoluções estruturalistas” no marxismo, porque Luiz foi se tornando basicamente marxista ao longo dessa passagem. Depois começou com o Sartre e, etc (...) Ele absorveu Althusser, Poulantzas e não sei quem mais e essa passagem pelo AI-5 lá, em 1968, e esse encolhimento político, e de fato, a universidade ficou sem uma boa parte de seu quadro mais relevante, intelectualmente; então, o Luiz encarregou-se, absorveu, fez um trabalho imenso com os orientandos de todos eles. Todo mundo deixou orientado no meio do caminho e, ao mesmo tempo, houve essa mudança, essa absorção do althusserianismo então isso, e Luiz ficou muito torturado com essa coisa do Althusser e tentou pensar as questões que ele refletia de uma ótica, educação, desenvolvimento, etc. Toda essa produção muito importante, esses artigos, por exemplo, História e Planejamento, é um artigo básico, fundamental, tem algumas coletâneas que o Luiz montou com artigos dele que foram utilizados largamente aqui quanto fora daqui e, então, o Luiz se encolheu por conta do althusserianismo e só trabalha nessa área. Então a densidade histórica dos trabalhos reduziu bastante em favor de um trabalho mais de teorização de conceitualização e, etc [...] (SALLUM JR. apud HALDUN, 2002, p. 141).

Portanto, à guisa de nossas considerações finais, aproveitaremos para sinalizar algumas das características da produção de Luiz Pereira após 1965 partindo da leitura de alguns de seus textos. A escolha dos textos incluídos deu-se a através da possibilidade de inter-relacioná-los, reunindo as principais questões internas tratadas para articulá-las num texto único, além de estabelecer conexões com sua produção anterior.

Das coletâneas com textos pessoais comentaremos primeiramente um texto de *Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento*. Começaremos pelo último capítulo intitulado *Brasil: Etapa Contemporânea*, no qual o autor exibe uma interpretação do autor do processo histórico-social brasileiro de 1930 à 1964, extremamente interessante, e entre outros aspectos, por guardar uma relação de continuidade com a tese de livre-docência, além deixar clara uma característica dos trabalhos de Luiz Pereira após 1965 que é a progressiva abstração da reflexão, o abandono da empiria anterior - a despeito do uso de dados sociográficos.

Para Luiz Pereira, a etapa contemporânea da sociedade brasileira inicia-se nos anos 30, momento em que a exclusividade econômica dos setores primários, voltados para a exportação é posta em questão (PEREIRA, 1970). A crise de 1929, momento importante para esta problematização é tratada pelo autor como chave para os acontecimentos de 30, considerados como:

[...] componentes singulares da primeira atualização plena dos momentos de negação do *status quo*, e de afirmação de possíveis históricos, inerentes ao “grande despertar” da sociedade brasileira e que ainda no presente se atualizam [...] As medidas de política econômica tomadas desde 30, ainda que dispersas, fragmentárias e instáveis, acabam definindo um curso de ação bastante nítido, orientado para a industrialização autônoma [...] (PEREIRA, 1970, p. 126).

É o período da constituição de um projeto social de desenvolvimento com o objetivo de alcançar autonomia econômica e política centrada na industrialização da sociedade, proporcionando a partir da diferenciação produtiva o impulso dinâmico da vida econômica, este gerado através da ação de novos atores sociais cidadãos. A despeito da debilidade da burguesia neste processo de industrialização e de sua característica marcadamente intersticial, este impulso garantiu as condições para a redefinição da sociedade brasileira enquanto sociedade periférica, ao incentivar o processo de industrialização dirigido e orientado (PEREIRA, 1970, p. 127). Segundo o autor, no período:

[...] realizou-se uma revolução não-burguesa, que tinha dentre seus componentes um cunho popular e cidadão, mas que não negou a formação socioeconômica capitalista. Ao contrário, afirmou a complementação do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, explorando, porém o possível histórico *capitalismo autônomo*, sem, no entanto chegar à negação, mas apenas à contestação e parcial destruição do total predomínio econômico e político dos setores agrário-exportadores [...] Numa visão abrangente dessas transformações, constitutivas da etapa contemporânea brasileira, ganham realce os processos de urbanização e industrialização – o que leva a denominar essa etapa de urbano-industrial e a focalizar os planos econômico, social (sistema estratificatório) e político de sua realização [...] (PEREIRA, 1970, p. 128).

Apesar de importante, este processo de modernização marcado pela substituição de importações é demasiadamente débil para suportar a pressão demográfica e o consumo da sociedade. Outros problemas inerentes a este processo são a disparidade social e econômica entre as regiões – seja no âmbito da produção industrial ou de serviços -, como na estrutura ocupacional. O déficit de emprego é grave por conta de não acompanhar o crescimento demográfico, problema acrescido da desigualdade da distribuição de renda entre as regiões, além de sua concentração na região centro-sul.

Portanto, ao analisar os dados sobre a produção nos estados, a geração de emprego e renda, Luiz Pereira compreende que a modernização centrada na industrialização cria um sistema estratificatório desigual e rígido, concentrador de renda e de pouca diferenciação da estrutura social global. A desigualdade entre as regiões é pensada como a realização de modalidades diferentes do mesmo sistema social capitalista, de acordo com a condição das relações sociais marcadas pelo avanço ou atraso¹⁰¹ (PEREIRA, 1970, p. 139, 140, 147).

Estes problemas e características são somados ao *efeito-demonstração* que leva ao aumento da pressão exercida pelo homem comum por maior possibilidade de emprego e

¹⁰¹ No texto *Notas para o Estudo do Sistema de Classes Social Regional*, publicado na coletânea *Estudos Sobre Brasil Contemporâneo* (1971), o autor estabelece algumas das diretrizes orientadoras do estudo do desenvolvimento das regiões. A região, localizada na estrutura política e econômica em posição intermediária entre o Estado e o município é o *locus* adequado para se observar à realização desigual do sistema de classes, a partir da satelitização – entendida como dependência econômica e cultural -, entre regiões e sub-regiões. A compreensão de sua dinâmica interna se dá a partir da perspectiva dos “homens comuns”, partícipes destes sistemas, enquanto privilegiada. A identificação entre os setores intra-regionais atrasados e avançados, assim como as potencialidades das classes rurais e cidadinas em ganhar a vida, frente às insuficiências econômicas regionais - que pode levar à expulsão da mão-de-obra quanto ou à mobilidade interna -, são importantes para se identificar focos de tensão nos sistemas regionais.

renda, ocasionando a situação de *disnomia* no sistema de produção-circulação-consumo, impossibilitado de suprir as demandas impostas, sobre tudo a do consumo.

Esta disnomia nada mais é que a modalidade “periférica” de realização da contradição capitalista fundamental: diversamente de sua modalidade nas sociedades capitalistas “centrais”, não se deve ao sufocamento do poder expansivo das forças produtivas, mas à debilidade destas. As tensões sociais difusas, tendencialmente generalizadas por toda a sociedade brasileira não tem, em última análise, outro fundamento: inadequação entre a procura crescente de “adequadas” oportunidades de ganhar a vida (em termos de emprego e de renda) e o ritmo menos acelerado da oferta dessas oportunidades pelo aparelho produtivo global, sob a forma de maior demanda de força de trabalho e de mais elevada remuneração do trabalho [...] (PEREIRA, 1970, p.148 - 149).

A dificuldade em se lidar com os problemas econômicos e político-sociais internos e externos impossibilitaram o sucesso do modelo nacional-desenvolvimentista autônomo, iniciado no contexto dos anos 30 e sepultado pela política de Juscelino Kubistchek na década de 1950, a partir de sua abertura econômica ao capital internacional para aprofundar a modernização. O modelo associado, apesar de suavizar as tensões sociais por possibilitar a continuidade do desenvolvimento não livra o país de suas contradições expressas no conflito político e social¹⁰². A situação política e social do início dos anos 60 amplificou o conflito social que levou à saída política do golpe de 1964.

[...] a revolução de 1964, independentemente do nível de consciência dos seus líderes quanto às funções deste movimento, foi objetivamente a contrapartida política do desenvolvimento “associado”, ao buscar a compatibilização, até então inexistente, entre o plano econômico e o plano político desse “modelo”. Esse plano político realiza-se em dois âmbitos: o das relações “externas” e o das relações “internas” da sociedade brasileira [...] (PEREIRA, 1970, p. 154).

A doutrina da interdependência política e econômica vigente no período implicou no realinhamento das relações de interesse entre certos setores políticos e econômicos interna e externamente, os quais enxergavam as tensões sociais inerentes ao processo de

¹⁰² “[...] Enquanto assim se consolidava, no plano econômico, o “modelo” de desenvolvimento “associado”, o processo político, incoerentemente, continuou a desenrolar-se nos moldes do nacional-desenvolvimentismo, cultivando calorosamente a ideologia nacionalista durante o Governo Kubitschek (1956-60) e, sobre tudo nos anos de 1961-63, provendo com intensidade e amplitude sem antecedentes a mobilização política dos setores populares urbanos e rurais [...]” (PEREIRA, 1970, p. 153).

modernização como ameaça à ordem estabelecida. Portanto, a saída autocrática, que acentua a ação do Estado e impede a participação política foi implementada sob a lógica da segurança nacional, *locus* onde se inseria a questão do desenvolvimento.

[...] o destino do capitalismo no Brasil está ligado, desde 1964, ao êxito ou fracasso da realização do desenvolvimento “associado”, a que o Estado serve instrumentalmente como agente político e econômico. Isso porque as tensões sociais subsistem – embora “contidas” sob “controle” na vigente estrutura de poder autocrática -, porque subsiste a insuficiência do desenvolvimento econômico que as engendra. Em outras palavras, ao “modelo” de desenvolvimento “associado”, como alternativa ao nacional desenvolvimentismo, cabe a mesma função deste, embora redefinida, de suavizador daquelas tensões sociais que, se agudizadas para além de certos limites põem em risco a persistência histórica do capitalismo no Brasil. Daí, compreensivelmente, o desenvolvimento econômico ter sido retirado do debate político, ao ser definido como matéria de “segurança nacional” [...] (PEREIRA, 1970, p. 158).

No sentido de avançarmos na interpretação de seus textos pós 1965, faremos agora algumas considerações sobre o pequeno artigo *Capitalismo Atual*¹⁰³: *Centro e Periferia*, publicado em *Estudos sobre Brasil Contemporâneo*, no ano 1971. Neste texto o autor descreve a etapa do capitalismo na qual estava inserido como *monopolista, ou neocapitalista*.

Esta conceituação tem uma origem conceitual metodológica e teórica específica, tomada de autores como Paul Sweezy, Baran, assim como de Lênin. Interessa-nos no referido trabalho as considerações elaboradas pelo autor sobre a etapa monopolista, propriamente, pois dialoga com um referencial de seus trabalhos anteriores, no caso, Mannheim e sua reflexão sobre o planejamento.

Com as crises das primeiras décadas do século XX, tanto nos sub-sistemas centrais quanto nos periféricos, a etapa monopolista se consolida e efetiva um outro papel político para o Estado-Nação. Nos países centrais a luta por direitos políticos e sociais – aí a referência do autor é o texto clássico de T.H. Marshall, *Cidadania, Classe Social e Status* –, leva ao Estado a desempenhar o papel de agente planejador, tanto nos países centrais

¹⁰³ Antes de descrevermos a etapa contemporânea, mencionamos que ela é antecedida por outras duas etapas. O capitalismo mercantilista, marcada pelo colonialismo e o capitalismo concorrencial ou liberal, na qual o Estado-Nação já se constituiu plenamente e a ideologia liberal ordena as relações políticas e econômicas (PEREIRA, 1971, p 11 - 12.).

como nos periféricos, pois a ausência dos direitos políticos e sociais também levaram a inquietação da população nestes países, porém, difusa¹⁰⁴.

Esta planificação elaborada pelo Estado pode ser indicativa, imperativa ou flexível. Na *planificação indicativa* a ação do Estado acontece através dos instrumentos econômicos tradicionais, sejam eles monetários, fiscais, conjuntamente com o setor bancário. Diferente deste tipo, a *planificação flexível* tem por característica a intervenção do Estado não apenas pelos mecanismos tradicionais, mas também através de subsídios específicos, tributários, fiscais, incluindo empréstimos para setores econômicos considerados importantes a partir de um plano ou meta econômica. A planificação de tipo *compulsória* é característica das sociedades socialistas onde predomina o dirigismo estatal (PEREIRA, 1971, p. 14 - 15).

Colocados estes conceitos, aproveitaremos a oportunidade para trazer algumas questões presentes em *História e Planificação*, capítulo primeiro de *Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento* (1970). O arranjo conceitual do texto é extremamente complexo, por conta de o autor elencar uma série de referências, desde os clássicos Durkheim, Marx, Weber, até Henri Lefebvre, Raymond Aron, Mannheim, Octavio Ianni, Gunder Frank, Celso Furtado, entre inúmeros outros. Nosso propósito é selecionar tópicos específicos sobre o tema do planejamento que está intimamente relacionado ao desenvolvimento.

O objetivo de Luiz Pereira no artigo é sistematizar um quadro teórico para o que por ele é denominado ou entendido como uma sociologia do planejamento ou da planificação, entendendo o planejamento como produto do processo histórico, político e social, cumprindo a sociologia identificar as conexões entre política e planificação, junto às suas respectivas variedades (PEREIRA, 1970, p. 11). A reflexão sobre os autores clássicos a partir da ótica do planejamento, feita pelo autor – apesar de interessante –, não será por nós aqui tratada. Passamos propriamente a interpretação do texto.

O planejamento dentro da etapa neocapitalista assume duas modalidades de planificação já mencionadas e muitas vezes conjugadas, a *planificação indicativa e flexível*, articulação que leva a associação entre o poder político com grandes grupos econômicos monopolistas ou oligopolistas. Nos Estados periféricos a *planificação flexível* acontece em

¹⁰⁴ Segundo Pereira, a “[...] promoção planificada do desenvolvimento econômico dos subsistemas periféricos – que, tal como a planificação nos subsistemas centrais, implica a conjunção entre os centros de poder econômico privados e centro de poder público (o Estado) – tende a assumir a direção compatível com a consolidação do capitalismo monopolista [...]” (PEREIRA, 1971, p. 16).

seu esforço de industrialização e acarretou na sua adesão ao modelo de desenvolvimento “associado”, quando tem sua economia “satelitizada”.

[...] o Estado planificador, no sistema capitalista, não paira acima deste; ou mais especificamente, sua atuação planificadora exprime o jogo e a acomodação dos interesses de classes em última análise divergentes [...] Trata-se, afinal, de uma nova modalidade da função mediadora do Estado capitalista – o Estado de classe como mediação [...] (PEREIRA, 1971, p. 42).

A planificação implica na suavização do conflito social e na implementação de um padrão de organização social categorizado pelo autor como *sociedade afluyente* - típica da *planificação indicativa*, na qual se garante o mínimo para a subsistência através do salário e do mercado -, e a *sociedade “sob” o bem estar social*, com oferta de serviços proporcionada pelo Estado (PEREIRA, 1971, p. 40). Dentro destas sociedades a luta política e social acaba se enfeixando na defesa destes padrões de organização social e não especificamente na negação do capitalismo.

Enquanto forma de dirigir a história e o conflito social, o planejamento implica no controle social, por isso no texto o autor discute tipologias sobre o controle social, entendido como técnicas baseadas em métodos e procedimentos que visam influenciar o comportamento, sendo estas técnicas sempre ou conservadoras ou inovadoras. Luiz Pereira elabora esta discussão baseado em Mannheim.

[...] incorporando estas tipologias de Mannheim, podemos caracterizar típico-idealmente o planejamento como processo social: forma histórica de controle social, inovador, racional, especializado, centralizado e inclusivo e pluridimensional. Esta forma histórica de controle social implica, para sua emergência e realização três conjuntos ou requisitos:

- a) a concepção do mundo em geral, e da vida social em particular, que envolva a racionalização das concepções seculares das atitudes, mas numa apreensão abrangente da realidade, apreensão esta que é a expressão de uma configuração da consciência que, na linguagem de Mannheim, se designa por pensamento planificador;
- b) existência de restabelecimento da eunomia (equilíbrio funcional instável) do tipo macroestrutural considerado como um todo – ou seja, existência de estados disnômicos generalizados e profundos, que põem em risco a persistência da realização histórica do tipo;

c) estrutura tal de poder, que nela exista uma agência reconhecida socialmente para o exercício de controle centralizados e inclusivos pluridimensionais [...] (PEREIRA, 1971, p. 15).

Estas condições só surgem historicamente após a crise do liberalismo, ou da etapa concorrencial, quando começa a se constituir a etapa monopolista ou neocapitalista. Dentro deste momento histórico as ciências sociais terão um papel de evidência. Este papel é descrito por Luiz Pereira num artigo ao qual dedicaremos as linhas seguintes.

Publicado na coletânea *Anotações sobre o Capitalismo* (1977), sob o título de *Neocapitalismo: Teoria e Prática – Estudo sobre Mannheim*, o autor pretende investigar a importância de duas de suas obras de – *Ideologia e Utopia* e *Homem e Sociedade numa Era de Reconstrução* para a reflexão e prática política, considerando também sua importância para a reflexão sobre a formação social brasileira. Dentre as várias questões levantadas por Luiz Pereira sobre o pensamento de Mannheim, selecionamos para o nosso texto interpretar rapidamente como Luiz Pereira reflete sobre a questão do intelectual presente nas duas obras.

[...] As concepções manheimianas sobre a prática política, a ciência política (extensiva às ciências sociais em geral) e o papel político dos intelectuais apresentam-se, pois, como “desdobramentos” da concepção sobre a intelectualidade como sendo, ao mesmo tempo, sujeito do conhecimento e sujeito da ação política “direta” (se bem que apartidário, na acepção não-particularista). Essa concepção sobre a intelectualidade aparece, por sua vez, fundada na teoria do conhecimento proposta por Mannheim [...] (PEREIRA, 1971, p. 69).

Enquanto pensador que propõe a distinção de duas funções para a intelectualidade, a função prática teórica e a função prática política, Mannheim exerce sua primeira função elaborando o diagnóstico dos problemas de seu tempo na Europa, através de conceitos pensados como técnicas sociais. Estas técnicas, como expusemos anteriormente, visam influenciar o comportamento individual e social.

De acordo com o desenvolvimento da sociedade a manipulação técnica da ação dos indivíduos pode levar ao direcionamento histórico. Com a crise do liberalismo ficou sinalizada a necessidade de aumento do controle econômico e social para se evitar as crises sociais e desorganização coletiva, assim, abriu-se espaço para a manipulação das técnicas racionais via planejamento social, manipulações que tiveram como consequência organizações sociais autoritárias (totalitárias) ou sociedades democráticas planejadas. A

constituição desta última depende do desenvolvimento das ciências sociais enquanto parte do pensamento planejador¹⁰⁵.

A intelectualidade atuaria no sentido de esclarecer os homens políticos sobre as consequências de suas ações e a sociedade sobre seus principais problemas. Sua participação se dá através da defesa de valores coletivos, compreendido enquanto síntese dos particularismos apresentados na vida política e social, e seu objetivo é a criação de uma nova ordem superior, democrática. Neste sentido, a educação é o meio adequado para se atingir este fim.

A educação é, de fato, considerada como o recurso primordial para a criação, a constituição e a reprodução (ou preservação) da “sociedade democrática planejada” [...] À educação, conforme o conjunto das concepções mannheimianas, cabe criar e preservar uma específica mentalidade generalizada que aparece como instauradora e suporte da “sociedade democrática planejada” [...] (PEREIRA, 1977, p. 74).

Enquanto crítica à concepção mannheimiana, Luiz Pereira a aponta como uma variável da ideologia neocapitalista localizada na região jurídico política dos aparelhos ideológicos do Estado, uma crítica de corte marxista-estruturalista, literatura na qual Luiz Pereira se dedicou ao longo dos anos 70 e referência nos outros artigos da coletânea na qual está inserido este texto. Estabelecidas estas questões resta a pergunta sobre qual a importância das obras de Mannheim em relação à formação social brasileira.

[...] a pista para a resposta parece estar na sua *concepção de intelectualidade*, enquanto sujeito, ao mesmo tempo, de prática teórica e de prática política – independente de se aderir ou não à fundamentação (teórica) dessa concepção [...] É assim que a concepção mannheimiana de intelectualidade (retida, provavelmente, sem as concepções que a sustentam), quanto à *prática teórica* deu fundamento – ou nela se procurou fundamentação, consciente ou inconsciente – para o aproveitamento conjunto, no cultivo da ciências sociais entre nós, de sistemas teóricos bastante e até radicalmente dispares entre si, do que resultou um *ecletismo* de elevada sofisticação acadêmica. De fato, a “síntese das perspectivas de conhecimento”, uma vez encampada, fundamentava, como sendo complementares entre si, produções como a de Durkheim, Weber e Marx, por exemplo, ao invés de conduzir numa outra direção: incorporar concepções de dois deles por “recontextualização” (que implica redefinição) *a partir* de outro – por

¹⁰⁵ “[...] as tarefas práticas teóricas da intelectualidade, tal como concebidas por Mannheim, consistem, portanto, no “diagnóstico da situação” e na identificação das possibilidades de intervenção que a situação comporta. Dentre as tais possibilidades, a “sociedade democrática planejada” é uma alternativa que tem existência potencial [...]” (PEREIRA, 1977, p. 73).

hipótese, aproveitamento de concepções de Durkheim e Weber *a partir* do sistema teórico de Marx. [...] Para embasar esse tipo de cultivo das ciências sociais, ou essa requintada produção acadêmica, com as apontadas *implicações políticas*, por parte desses intelectuais, qual autor mais apropriado do que Mannheim, e, dentre as concepções deste, qual a mais adequada do que a intelectualidade? (Insista-se que não importa se tomada esta concepção independentemente ou não da sua fundamentação.) Admitindo sua plausibilidade, não seria bem pertinente a proposta de existência de uma aproximação – não apenas quanto a temas explorados ou cultivados – entre vários “centros acadêmicos” de então (ainda atualmente persistindo)? Por exemplo, a aproximação entre um “setor” dos cientistas sociais da Universidade de São Paulo e os sediados no ISEB “nacional-desenvolvimentista”? [...] (PEREIRA, 1977, p.81 - 82).

Outros textos publicados pelo autor na coletânea *Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento* (1970), especificamente os artigos *Urbanização Sociopática e Tensões sociais na América Latina* e *Caracterização do Subdesenvolvimento* dialogam entre si e com as questões exploradas acima, ampliando a discussão realizada pelo autor para o âmbito do desenvolvimento econômico na América Latina.

Em *Caracterização do Subdesenvolvimento*, o autor, partindo da sociologia diferencial procura compreender o subdesenvolvimento enquanto categoria histórica de um tipo macroestrutural realizado, o capitalismo. No referido texto, o autor elabora uma pequena reflexão sobre a abordagem estrutural do problema do subdesenvolvimento, com a qual possuía intenso diálogo reflexivo.

[...] a abordagem “estrutural” representa um avanço para a caracterização do subdesenvolvimento e desenvolvimento a diferenças de graus de um mesmo processo -, firma a especificidade do subdesenvolvimento como produto “periférico” da expansão capitalista, ou seja, refere-o, já a realizações históricas deste tipo macroestrutural. Contudo, essa caracterização “estrutural” padece de algumas limitações entre si encadeadas: a) sempre entende o tipo capitalista se realizando em âmbitos societários, quando ele sempre se realizou em âmbitos intersocietários: b) demais, o âmbito de realização do sistema societário é, conforme a abordagem “estrutural”, coincidente com uma unidade geopolítica – em geral, a consistente no país -, donde a adoção, nessa abordagem, da ótica “nacional” e não da ótica de “mercado”, quando esta é a adequada para o estudo do sistema capitalista; c) em conexão com as duas teses precedentes, o capitalismo é tomado apenas depois de estar configurado no “centro” como modo de produção (a partir do século XVIII), e, em decorrência, o capitalismo “periférico” aparece somente como resultante “tardia” da expansão ecológica do capitalismo “central”; com isso, deixa-se de tomar o capitalismo mercantilista como fase de gestação do

capitalismo como modo de produção plenamente configurado, com o que se passaria a visualizar o sistema capitalista realizando-se, desde o início de sua constituição histórica, como sistema(s) intersocietário(s); e, então, as sociedades “periféricas” deste sistema revelar-se-iam, já na etapa de gestação dele, como diferenciações internas ou subsistemas de sistemas globais intersocietários capitalistas; d) a tese do dualismo (ou pluralismo) estrutural – núcleo da caracterização “estrutural” do subdesenvolvimento – decorre das três anteriores: não fosse a substituição da ótica de “mercado” (mecanismo de funcionamento do capitalismo) pela ótica “nacional (que impõe como noção chave, a unidade geopolítica ao invés da de sistema), e não haveria como sustentar ou mesmo falar-se em dualismo, pois o ”setor” não-capitalista de fato não poderia ser considerado como setor ou participante do sistema, uma vez que está fora dele [...] (PEREIRA, 1970, p.57).

Portanto, esta abordagem do problema do subdesenvolvimento identificaria de forma positiva algumas de suas principais características, como o crescimento inferior das formações subdesenvolvidas, sua posição periférica no sistema capitalista, a propensão para o consumo em detrimento do incremento do produto que somado ao crescimento demográfico geram o “círculo vicioso da pobreza” (PEREIRA, 1970).

Para Pereira, é necessário ultrapassar a caracterização econômica do subdesenvolvimento, influenciada pelas teorias dinâmica e estrutural, no sentido de apreender os mecanismos não-econômicos internos e externos implicados na dinâmica do sistema capitalista intersocietário, pensado como um todo e determinantes desta condição, para explicitá-las e assim compreender a especificidade histórica do fenômeno (PEREIRA, 1970, p. 58, 61, 62).

Objetiva-se desta maneira uma visão integrada do fenômeno do subdesenvolvimento que busca os fatores não-econômicos conformadores desta condição – embora sem abrir mão das explicações econômicas –, ou seja, visa apreender os fatores políticos característicos do subdesenvolvimento, os quais só podem ser apreendidos tendo por referência a ação e atuação dos agentes sociais inseridos nas formações sociais periféricas¹⁰⁶.

Produto das relações sociais, o subdesenvolvimento pode ser entendido então não como um estado, mas sim como um momento do processo de subdesenvolvimento-

¹⁰⁶ O inconformismo espontaneísta dos setores populares, difuso e mediado por diferentes lideranças políticas; a mediação das elites políticas atuantes como frações de classe, importantes para o conflito ou acomodação política entre setores divergentes e a ação do Estado como agente da planificação social – de tipo indicativa ou flexível –, característica do modelo autônomo ou associado seriam os principais caracteres presentes na ação política nas sociedades periféricas (PEREIRA, 1970, p. 69, 87, 93).

desenvolvimento no qual a formação social em desenvolvimento, a partir da ação política dos agentes sociais, busca realizar diferentes possíveis históricos, ou seja, o seu próprio futuro (PEREIRA, 1970, p. 72).

[...] o subdesenvolvimento-desenvolvimento se determina, já no seu desencadear, como eminentemente político, embora radicado em última instância no econômico. Assim sendo, o problema da distinção entre atraso econômico e subdesenvolvimento consiste, basicamente, no problema das relações entre economia e política nos subsistemas capitalistas “periféricos”, mediatizadas pelas tensões entre classes sociais e pela consubstanciação de tais tensões em movimentos sociais políticos [...] (PEREIRA, 1970, p. 77).

Um dos principais traços característicos das sociedades periféricas é a instabilidade política. Colocadas algumas das questões elencadas no texto, aproveitamos a deixa para explorarmos o texto *Urbanização Sociopática e Tensões Sociais na América Latina*, trabalho em que o autor pretende deixar evidente como as tensões sociais e políticas são inerentes às sociedades subdesenvolvidas e periféricas, a partir da investigação da matriz dos conflitos (PEREIRA, 1970, p. 96).

A principal referência de Luiz Pereira neste texto é Gunder Frank. Partindo de seu arranjo conceitual – em linhas gerais, o capitalismo apreendido como modelo histórico típico-ideal, um sistema social inter-nacional no qual a relação entre as distintas formações sociais assume a configuração metrópole-satélite, traduzida em dominação-dependência, também ocorrendo a satelitização entre as regiões, localidades e setores no interior dos setores das formações sociais¹⁰⁷ -, parte para investigar os conflitos na etapa contemporânea na América Latina.

Com enfoque no sistema social e não nalguma formação social específica, Luiz Pereira observa que a satelitização seja interna ou externa se dá ainda no plano econômico, na concentração da renda diferencial entre os produtores e os assalariados, entre as “nações” e suas regiões.

¹⁰⁷ Para a descrição da interpretação realizada por Luiz Pereira da obra *The Development of Underdevelopment* e as alterações por ele proposta na obra para utilizá-la com referência conceitual ver as páginas 97 - 98 do ensaio.

[...] restringindo-nos ao âmbito interno das sociedades capitalistas periféricas, a satelitização determina-se, portanto, como concentração diferencial da renda total por estas retida – concentração radicada na propriedade / não-propriedade dos meios de produção e equivalentes destes, pela própria satelitização diferencialmente valorizados conforme regiões e setores econômicos. Em outras palavras, a satelitização interna, enquanto concentração diferencial da renda, exprime diferentes *modalidades* de realização econômica do capitalismo no interior das sociedades periféricas: capitalismo mais “avançado” ou mais “atrasado” conforme regiões e setores de produção intra-regionais [...] assim sendo, temos na satelitização econômica interna o substrato não apenas de um sistema de estratificação social como sistema de classes sociais, mas também das diversas *modalidades* regionais e históricas assumidas por esse sistema estratificatório, baseadas na participação, pelos agentes do processo produtivo (proprietários e não-proprietários) em diferentes modalidades das relações sociais de produção capitalista [...] (PEREIRA, 1970, p. 99).

Portanto, incidindo sobre a estratificação da sociedade de classes a satelitização econômica se realiza na participação diferencial das oportunidades de renda existente, que influencia o destino social dos agentes, na desigualdade dos padrões de vida e consumo material. Colocadas estas questões preliminares, o autor passa a se dedicar a constituição da etapa contemporânea das sociedades periféricas localizadas na América Latina, propriamente marcada por ser urbana e industrial.

Considerada a história destes países, determinadas pela economia primária exportadora vigente até o término do século XIX - promotora da industrialização intersticial destas sociedades até a configuração do modelo de substituição de importações, importante para a etapa contemporânea -; o autor pretende compreender a urbanização como decorrente do processo de desenvolvimento.

[...] podemos identificar dois tipos de conexão entre urbanização e desenvolvimento econômico. Num deles, a urbanização é subordinada ao espontaneísmo da expansão dos setores econômicos citadinos (o industrial “intersticial” e o de serviços ligados ou não ao comércio exportador-importador). Noutro, a relação se inverte, no sentido de que essa mesma urbanização, de início para se manter ao nível previamente atingido, ganha preeminência sobre o desenvolvimento econômico, em particular sobre a nova industrialização; e, com essa preeminência, desencadeia-se o processo subdesenvolvimento-desenvolvimento [...] (PEREIRA, 1970, p. 103).

A proeminência da “nova” industrialização onde predomina a vida urbana e industrial leva a reconfiguração das relações de satelitização entre cidade e campo, quando o campo é enfraquecido e os setores econômicos urbanos fortalecem-se, implicando na reconfiguração das relações de dependência e subordinação entre as regiões, além de alterar as condições e oportunidades de vida para os agentes sociais dependentes de renda-salário. Passa então a existir uma diferenciação maior no sistema de classes sociais que perde, em parte, sua característica típica estamental.

Os aludidos novos aspectos da urbanização, promovidos pelo desenvolvimento econômico capitalista periférico em sua etapa contemporânea, na região latino americana, podem ser resumidos numa frase: a passagem da fase da urbanização cidadina para a da urbanização generalizada, tendencialmente de toda a sociedade periférica [...] (PEREIRA, 1970, p. 104).

O processo de urbanização generalizada é garantido no âmbito cultural pelo *efeito demonstração* e pela *mobilização* - entendida como ruptura da passividade típica das relações tradicionais e impulso para a participação na vida social e política. Portanto, a aspiração de vivenciar uma modalidade de vida superior e a (possibilidade de) participação social e política em movimentos legais, ilegais, ou semi-legais, garante o inconformismo da população das regiões periféricas e o aumento da sua pressão nos sistemas político (maior participação política), econômico (pressão sobre o tripé produção, circulação, consumo) e social (por direitos sociais)¹⁰⁸.

A debilidade do sistema de produção-circulação-consumo, característica do capitalismo periférico, sofre com o crescimento populacional e sua demanda por um estilo de vida superior, demonstrando sua deficiência quando amplificada pela urbanização generalizada. Estes fatores descritos fomentam as tensões sociais inerentes às sociedades latino americanas, periféricas.

¹⁰⁸ “[...] no desencadear da etapa contemporânea, das sociedades capitalistas periféricas da região, temos a preeminência da urbanização cidadina sobre o desenvolvimento econômico, no transcurso dessa etapa, em realização, temos a preeminência da urbanização generalizada como força interna, nesta mesma etapa, pressionando por maior desenvolvimento econômico. No plano político, a preeminência cidadina, como vimos, manifestou-se como força propulsora da passagem da fase com democracia com participação limitada para a de democracia com participação ampliada, de que o populismo veio a ser uma das expressões [...] (PEREIRA, 1970, p. 107).

O processo de urbanização generalizada leva não só a reatualização do sistema de estratificação social das sociedades inseridas no processo subdesenvolvimento-desenvolvimento, reatualiza também o “grande despertar” (a negação da condição de pobreza geral) das populações tornando o determinante interno dos destinos históricos possíveis (PEREIRA, 1970, p. 112 - 113).

Para finalizar o artigo, o autor discute as diferentes abordagens para o estudo da realização do tipo macro-estrutural capitalista, reafirmando a concepção constituída por Gunder Frank e por ele em parte utilizada¹⁰⁹, como a mais interessante para superar o dualismo estrutural predominante nas análises sobre o subdesenvolvimento, onde a dualidade “atraso” e “moderno” entre setores e regiões constitui-se em verdade como disparidades econômicas e tecnológicas entre regiões e setores produtivos dentro um mesmo sistema (PEREIRA, 1970, p.115).

Ao adotar a perspectiva das trocas, a do mercado, como adequada para o estudo do capitalismo e não a geográfica-nacional; privilegiando a abordagem sistêmica intersocietária, a questão do atraso das regiões internas passa a ser vista como “desdobramentos” das relações externas deixando de ser compreendido como entrave para a realização do tipo histórico capitalismo moderno (PEREIRA, 1970, p. 114 - 115).

Portanto, o processo de subdesenvolvimento-desenvolvimento instaura a necessidade de complementar a urbanização e a industrialização das sociedades latino-americanas e este processo ao invés de “suavizar” as tensões sociais na região, na verdade as potencializou.

[...] o modelo nacional-desenvolvimentista procurou canalizar essas tensões sociais, no sentido de torná-las pressão política legitimada das classes (ou setores de classes) populares desfavorecidos – aceitando a instabilidade política institucionalizada como recurso promotor do desenvolvimento capitalista autônomo. Coerentemente, por contraste, no “modelo” de desenvolvimento “associado”, que se contrapõe ao nacional desenvolvimentista, a relação se inverte: as tensões sociais e a instabilidade política, que resultam em última instância da insuficiência econômica, precisam ser “congeladas” através do refluxo da participação política, uma vez que são encaradas como obstáculos ao desenvolvimento econômico [...] (PEREIRA, 1970, p. 122).

¹⁰⁹ Luiz Pereira não assume o pressuposto de Gunder Frank na unicidade do sistema capitalista desde suas origens. Seu interesse centra-se em grande parte na abordagem intersocietária e na relação dominação-dependência consequência da satelitização econômica. Para esta discussão, ver: PEREIRA, 1970, p. 118.

Ainda para Pereira, a orientação política escolhida de aprofundar o modelo “associado” (vide o golpe de 1964) implica na negação de superar fatores internos e externos que impedem o desenvolvimento “autônomo”, tendo como consequência para as elites políticas a negação de um dos possíveis históricos. Ao contrário de permitir a abertura política como força para a superação das resistências internas e externas, a abertura democrática gradual é escolhida como maneira de lidar com as pressões geradas pelo processo de desenvolvimento econômico insuficiente, no intuito de suavizá-las (PEREIRA, 1970, p.122).

Feita a interpretação destes artigos acreditamos que a já mencionada mudança na reflexão do autor, no sentido da abstração, pode ser somada a utilização recorrente de categorias tipológicas para o estudo de questões macro-estruturais, além da incorporação de autores marxistas-estruturalistas. Sobre a incorporação destes autores em algumas de suas obras como *Capitalismo – Notas Teóricas* (1977) e *Classe Operária – Situação e Reprodução* (1978), marcados pela influência de Althusser, Poulantzas, Balibar e outros, não comentaremos no âmbito desta dissertação por conta de nosso pouco contato com esta literatura e ausência de tempo necessário para assimilá-la adequadamente, postergando para outra situação interpretar como o autor desenvolve suas ideias tendo este conceitual como referência. Agora passamos às considerações finais.

Considerações Finais

Pretendemos retomar, em linhas gerais, algumas das questões tratadas ao longo das seções desta dissertação, além de acrescentar algumas observações sobre a obra e a trajetória de Luiz Pereira, visando pensar dentro do recorte temático escolhido para esta dissertação, educação e desenvolvimento, como surgem e são interpretadas as questões relativas a mudança social.

Na primeira seção tratamos da modernização da sociedade brasileira, que possui dentre suas diversas características e singularidades o fato de se realizar enquanto um processo social com ausência de ruptura drástica da ordem social interna e com a manutenção dos vínculos de dependência-dominação com as outras nações no interior do sistema internacional.

A burguesia enquanto ator social determinante nas transformações ocorridas no centro do capitalismo, em países como a França e a Inglaterra, no Brasil assumirá um papel coadjuvante. O papel de agente da modernização social, primeiramente, ficará ao encargo dos grandes proprietários rurais. Todavia, a instabilidade social inerente ao mundo moderno configura um terreno perigoso para os grandes proprietários e no sentido de proteger seu status social fazem do Estado a extensão de seus interesses políticos, econômicos e sociais.

A partir da segunda metade do século XIX o processo de modernização da sociedade é alavancado com a crise do trabalho escravo e a crescente importância da produção cafeeira, fenômenos sociais que possibilitam o surgimento de algumas das bases necessárias à formação da vida urbana e industrial. A cidade de origem de Luiz Pereira, Piracicaba/SP, está inserida neste processo de transição de maneira específica. Como centro policultor, a cidade tem uma produção agrícola diversificada e a lavoura cafeeira divide espaço com a cana-de-açúcar e com indústrias ainda incipientes, ligadas às máquinas, ferramentas dos engenhos ou a tecelagem.

A família do autor insere-se claramente neste processo de transição social. Seu pai alugava terras da família da Baronesa de Rezende, remanescente do Império (1822-1889), para o plantio de arroz e algodão. Enquanto ocupação, trabalhava como construtor de casas na cidade, atividade favorecida pela urbanização progressiva. A família de sua mãe, originada da Itália, chegou ao país numa dentre as levas de imigrantes, criando raízes em

Piracicaba. A família criada a partir da união de Irma Sivieiro e João Pereira formou-se num bairro da cidade onde os componentes da vida urbana e rural se misturavam, local onde Luiz Pereira passou a infância e a adolescência.

As escolas - nas quais Luiz Pereira será aluno - também são íntimas deste processo. A República enquanto modelo político e social coloca a necessidade de alfabetizar a população, portanto, escolas e professores são cruciais. A escola erigida nas terras de um engenho – para os filhos dos trabalhadores do bairro -; o estudo numa Escola Normal, instituição importante no projeto republicano das elites paulistas, imprimem a existência histórica e social do autor a característica de ser um legítimo filho desta sociedade em mudança, de uma sociedade rural para uma sociedade urbano industrial.

Na seção 2, tratamos da importância da crise de 1929, momento em que o liberalismo enquanto ideologia entra em crise em contexto global. No Brasil, a Revolução de 1930 inicia um período onde o Estado exercerá maior intervenção na vida social. Neste contexto organiza-se o *Movimento Renovador* ou *Escola Nova*, de grande importância para o debate público sobre a educação. A *Escola Nova* no Brasil assumiu diferentemente dos países centrais a defesa da escola pública, leiga e gratuita.

Os educadores que assinaram o manifesto em defesa da escola pública 1932, dentre os quais destacamos Anísio Teixeira e Fernando Azevedo, eram atuantes na vida pública desde os anos 20 e ganharam progressivamente importância na vida intelectual do país. Nos anos de 1950 participam da formação do *Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais* (CBPE), instituição de pesquisa e reflexão sobre os problemas educacionais no Brasil.

O CBPE na figura de seus centros regionais, como o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP) é um espaço fundamental não só para a pesquisa mas para a articulação política. Quando o projeto da Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDBN), em trâmite desde 1946, entra em pauta e ganha contornos excessivamente conservadores os intelectuais remanescentes do manifesto de 1932 somam-se as novas gerações de pesquisadores para a defesa da educação pública, entendida como fundamental para a constituição da democracia não só enquanto sistema de governo, mas também para a formação da personalidade democrática. Os trabalhos de Luiz Pereira serão influenciados por esta conjuntura política na qual o centro foi criado.

Também na seção 2 analisamos os primeiros trabalhos de Luiz Pereira. O primeiro texto selecionado foi *Rendimento e Deficiências do Ensino Primário Brasileiro* (1971), artigo em que o autor estuda as deficiências do ensino primário para pensar a capacidade da escola em favorecer a mudança cultural e assim exercer sua função urbanizadora. O autor sinaliza para a importância do entrelaço entre as forças favoráveis e desfavoráveis a urbanização da sociedade, assim como os valores que orientam as práticas dos professores, determinantes para o processo de mudança. Enfatiza a importância dos problemas extra-muros escolares como determinantes para o sucesso da ação da escola.

Outro texto analisado nesta seção foi *Nota Crítica Sobre o Pensamento Pedagógico Brasileiro* (1971), artigo no qual o autor analisa as manifestações eruditas do pensamento pedagógico brasileiro. São duas as formas eruditas analisadas: o pensamento propriamente pedagógico e o proveniente das ciências sociais. O pensamento pedagógico é visto criticamente como uma teoria geral da sociedade possuidora de limitações analíticas problemáticas, principalmente por não refletir sobre as conexões da escola com o sistema social como um todo.

A entrada dos cientistas sociais no debate educacional proporcionaria uma perspectiva mais refinada dos problemas escolares ao demonstrar a importância dos fatores extra-muros nos problemas escolares. A redefinição dos papéis dos educadores e dos cientistas sociais frente aos problemas educacionais e uma aproximação entre estas duas formas de pensamento seria necessária. Aos cientistas sociais caberia determinar o real potencial da escola enquanto instituição capaz de exercer a função mudancista.

O trabalho de pós-graduação do autor, *A Escola numa Área Metropolitana* (1967), foi igualmente analisado na seção 2. Neste trabalho o autor realiza uma investigação sociológica tendo por objeto de estudo uma escola na região metropolitana de São Paulo localizada em Santo André, onde era professor. Ao longo do texto, o autor investiga os valores que orientam as ações da população do bairro no qual a escola se insere, seus anseios, sua origem e adaptação à vida urbana, assim como as remanescências do passado rural no ambiente urbano.

A escola é pensada enquanto espaço de ajustamento desta população ao ambiente urbano. As famílias já sentindo as pressões do meio urbano matriculam os filhos na escola, por conta do letramento a ser uma exigência no mercado de trabalho. Essas e outras

mudanças sociais caracterizariam a formação da sociedade de classes em sua maneira mais avançada.

Para entender como o jogo entre as forças sociais se realiza no ambiente escolar, Luiz Pereira estuda o comportamento dos funcionários da escola e os valores orientadores de sua ação, contrastando-o com o regimento escolar. O autor reconhece no comportamento da direção e também no dos professores atitudes marcadas por caracteres típicos do passado da sociedade brasileira. Estes agem enquanto proprietários da escola e tem atitudes preconceituosas com funcionários, pais de alunos e com os próprios alunos. A escola é vista como algo dado pelo Estado não um direito social.

A postura dos docentes está relacionada ao fato de serem membros da classe média. Esta questão será aprofundada por Luiz Pereira em seus outros trabalhos e pode ser interpretada, inicialmente, como resistência a inovação, atitude enfraquecedora da capacidade da escola como agência de mudança social positiva. Desta forma a escola necessita da intervenção deliberada, de planejamento. O autor também aponta para a pressão exercida pela população como positiva para a escola assumir progressivamente o papel de acordo com o estipulado por seu estatuto de funcionamento.

Em o *Professor Primário Metropolitano* (1963) o autor avança nesta linha de investigação. O professorado é identificado como membro das classes médias urbanas e o magistério como uma atividade profissional predominantemente feminina, fato que configura o tema da pesquisa como mulher e trabalho. O estudo desta categoria profissional possibilita compreender diversos sistemas sociais, como a família, a escola, a relação entre os gêneros, e sua integração. O predomínio de mulheres exercendo a atividade do magistério pode ser entendida pela possibilidade aberta por esta profissão de se conciliarem atividades domésticas e profissionais.

Esta condição ganha legitimidade ideológica através das Escolas Normais, principal centro de formação do professorado e foco da ideologia do magistério como profissão feminina. As Escolas Normais transformadas em colégio para moças contribuem para a redução da capacidade socializadora da educação. Concepções como “escola extensão do lar” ou “professora como segunda mãe” encontram âncora nestas instituições e dificultam a profissionalização do ensino.

Ainda na seção 2 tratamos brevemente da expansão do ensino superior no Estado de São Paulo. A redemocratização iniciada em 1946 animou o debate de ampliação do ensino superior no governo de Jânio Quadros e com sua política de interiorização do desenvolvimento surgiram as possibilidades para criação dos *Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo* (IIESEPS). Os IIESEPS abriram um novo campo de trabalho para os jovens professores até então não aproveitados pela USP.

Destacamos a importância da experiência de Araraquara para Luiz Pereira, quando se transformou em docente do ensino superior e das implicações desta experiência na sua obra, que aparecerá na sua tese de livre-docência. Seu vínculo como professor na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara (FFCL) é encerrado quando retorna para São Paulo para assumir a função de coordenador de pesquisas no recém-criado Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT).

Na seção 3, tratamos brevemente de como o marxismo é assimilado nas pesquisas dos principais integrantes do grupo de pesquisadores ligados à Cadeira de Sociologia I. Destacamos como os trabalhos sobre a crise da escravidão são importantes por demonstrarem como o processo de transição para a ordem social competitiva em formação implica na reprodução de comportamentos, práticas e representações sociais típicos da sociedade escravista no interior da sociedade competitiva.

Neste processo de transição social marcado pela crise do trabalho escravo, onde os estudiosos da crise da escravidão encontraram entre outros fatores, as origens das categorias sociais do negro e do mulato e os problemas sociais referentes à integração do negro na sociedade de classes, originados na forma como a abolição da escravidão foi realizada; Luiz Pereira, ao estudar a educação no mundo urbano e industrial em formação encontra elementos patriarcais operantes no sistema escolar.

Nesta seção retomamos a análise de sua tese de doutoramento, *O professor primário metropolitano* (1963) republicada sob o título de *O Magistério Primário na Sociedade de Classes* (1969), de maneira aprofundada. A temática do trabalho surge nesta pesquisa de Luiz Pereira, assim como o diálogo com as questões relativas à desintegração da ordem social tradicional e suas permanências na ordem competitiva em formação, especificamente no contexto urbano. Na referida tese o autor faz um balanço das tendências inovadoras e

conservadoras do magistério primário a partir do estudo do professorado como categoria ocupacional, estudada do ponto de vista ideológico, estrutural e motivacional.

Dentre as questões observadas nesta dissertação sobre a tese de Luiz Pereira, aqui retomamos o caráter seletivo das Escolas Normais e a baixa permeabilidade desta instituição a pessoas das classes populares, pois sua principal clientela são as filhas e filhos da classe média urbana. Um dos fatores determinantes desta condição, dentre outros, é o tempo necessário a formação de professor primário ser extenso. Luiz Pereira identificou ao estudar a origem social dos professores primários que a maioria dos normalistas tem pais que exercem atividades profissionais urbanas e não manuais.

Este fato é interessante para pensarmos a trajetória de Luiz Pereira como professor normalista. Ele integrava o contingente dos 10% de filhos de operários manuais presente nos bancos das escolas normais e para garantir sua formação e êxito profissional precisou se manter no maior tempo possível dentro do *padrão escolar* e isto, devido à sua condição social, só foi possível através do esforço constante e da sua disciplina pessoal com os estudos. Sua dedicação lhe garantiu a maior média final no curso normal do Estado de São Paulo, por isso recebeu uma cadeira prêmio no ensino primário estadual. O emprego como professor possibilitou sua ida para São Paulo, assim como a licença remunerada lhe permitiu dar continuidade a sua formação em Pedagogia na USP.

Este emprego também possibilitou ao autor ajudar sua extensa família. Com a morte repentina de sua mãe Luiz Pereira se viu na responsabilidade de filho mais velho em ajudar na criação dos irmãos mais novos. Levou duas de suas irmãs crianças para São Paulo e matriculou-as num colégio interno na capital, além de levar seu irmão mais novo para viver com ele. Também financiou os estudos de outro irmão.

Como o autor demonstra em sua tese, a carreira do professor primário é de elevada competitividade e esta se expressa num sistema de acúmulos de pontos e na busca pela efetivação enquanto professor estadual numa escola localizada nas áreas metropolitanas. Este é o principal objetivo do professorado. Através do mérito pessoal o filho do Sr. João Pereira e da Sra. Irma Sivieiro conseguiu saltar à frente de seus concorrentes, de início um feito notável.

Outras características da atividade do magistério apresentadas na tese é a não exploração por parte das professoras da mobilidade vertical proporcionada pela carreira

atitude decorrente da condição de subordinação da mulher ao seu papel tradicional. Todavia, a defesa por parte do professorado de sua atividade e sua progressiva profissionalização indicam mudanças sociais importantes no sentido da modernização das relações sociais.

O magistério primário revela-se como uma ocupação em crise por conta do processo de transição vivido pela sociedade, que entre outras coisas, leva à proletarização da atividade do professor primário. Frente a este processo o professorado utiliza como estratégia para manter sua distinção e status social, práticas e comportamentos de tipo tradicionais e estamentais. A falta de estímulo à profissionalização estabelecida pela ideologia do magistério como trabalho artesanal e da vocação feminina inerente a atividade, fortalecem as atitudes contrárias à profissionalização do magistério e acabam sendo importantes na manutenção da crise.

Ainda na seção 3 observamos brevemente como o CESIT foi um momento importante para a institucionalização da pesquisa em Ciências Sociais. Após as pesquisas sobre a integração do negro a compreensão dos problemas brasileiros foi refinada e a necessidade de novas pesquisas ficou patente. O processo de urbanização e industrialização pelo qual passava São Paulo criava um espaço favorável para a pesquisa da sociedade em mudança, além de serem estratégicas politicamente para a elaboração do diagnóstico sobre o subdesenvolvimento e sua superação.

Os trabalhos realizados no CESIT colocaram grande ênfase nos processos de racionalização da empresa moderna. O trabalho de Luiz Pereira será importante no conjunto de pesquisas elaborados, pois tratará inicialmente da formação profissional do trabalhador industrial. Todavia, a pesquisa ganhou outros rumos com uma ampliação temática grande frente a ideia inicial e seu resultado foi a tese de livre-docência *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil* (1965).

Trabalho e Desenvolvimento no Brasil apresenta uma concepção sistêmica e dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, compreendendo-o a partir da integração dos subsistemas – as nações –, ao conjunto do sistema, objetivando na análise não cair no economicismo, mas sim elaborar uma reflexão sobre o desenvolvimento da perspectiva política. O desenvolvimento é visto como um conjunto de projetos políticos que integram e almejam diferentes possíveis históricos, portanto, é múltiplo e não uno.

Partindo do trabalho – especificamente da formação do trabalhador e de sua *personalidade status* -, o autor investiga as singularidades do capitalismo no Brasil, no âmbito do processo de urbanização/industrialização. Destacamos como o autor aposta no inconformismo do “homem comum”, que estimulado pelo *efeito-demonstração* passa a negar sua condição de miséria e assim dinamiza o processo subdesenvolvimento-desenvolvimento. Demonstra como nas conjunturas de 1930 e 1964 a pressão, ainda que difusa, exercida pelo “homem comum” foi determinante para o desenrolar dos grandes acontecimentos políticos e sociais.

Os trabalhadores urbanos são encarados com um ser em transição entre o passado e o futuro da sociedade brasileira, pois o sentido do desenvolvimento do capitalismo no Brasil apontava para a constituição de uma etapa superior do sistema. A própria realização da alienação do trabalhador é necessária para a sua superação numa etapa superior dos conflitos entre as classes sociais na sociedade desenvolvida. A questão da qualificação da mão de obra aparece no último capítulo, no qual a qualificação do trabalhador, a formal e a técnica, aparece e é pensada no sentido do acréscimo do valor da mão-de-obra. O autor ressalta o interesse do Estado e do empresariado na qualificação do trabalhador.

Também na seção 3 selecionamos alguns artigos publicados na forma de coletâneas, organizadas após a livre-docência do autor defendida no ano de 1965. Trabalhamos com textos das seguintes coletâneas: *Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento* (1970), *Estudos sobre o Brasil Contemporâneo* (1971) e *Anotações sobre o Capitalismo* (1977). Estes artigos são marcados pelo abandono da empiria anterior e pelo maior nível de abstração da abordagem dos estudos.

Observamos na leitura destes textos como o autor descreve as mudanças ocorridas após a crise de 1929, quando o modelo primário exportador é questionado no Brasil, momento considerado pelo autor como o primeiro do *grande despertar* da sociedade brasileira. Demonstra como as debilidades do processo de industrialização brasileiro proporciona a crise do modelo nacional desenvolvimentista gestado no contexto de 1930.

As debilidades do desenvolvimento (desigualdade entre as regiões, desemprego, alto custo de vida, dos produtos e a falta de incrementação de ambos), somadas às pressões internas decorrentes da ação do “homem comum” em busca de melhorar sua condição de vida acarretam no âmbito político situações de conflito e crise social. A continuidade do

processo de desenvolvimento da sociedade brasileira acontece quando o possível histórico do capitalismo autônomo é abandonado em favor do modelo associado, que para ser aprofundado implica no refluxo da participação política.

A etapa histórica na qual a sociedade brasileira ingressa após 1930 é descrita como monopolista ou neocapitalista, na qual o planejamento social é central. Luiz Pereira descreve as modalidades de planificação e aponta para a *planificação indicativa e flexível* como as mais comuns adotadas pelas sociedades após a grande crise de 1929. Esta articulação leva a associação entre o poder político com grandes grupos econômicos monopolistas ou oligopolistas. Nos Estados periféricos a *planificação flexível* é necessária para seu esforço de industrialização.

Para pensar a planificação social ou o planejamento, Luiz Pereira aponta para a importância das ciências sociais e das categorias do pensamento de Mannheim, inclusive, demonstra como seus conceitos mesmo quando adotados apenas parcialmente foram determinantes para a construção de interpretações importantes sobre os problemas brasileiros, além de ter orientado a ação política de muitos intelectuais, tornando possível a aproximação entre diferentes centros de estudo como a USP e o ISEB.

Ainda na seção 3, analisamos como o autor trata a questão do subdesenvolvimento, pensando-a como um momento do processo de desenvolvimento das sociedades periféricas, problema pensado a partir da ação dos agentes sociais. Luiz Pereira demonstra algumas das limitações da abordagem economicista do fenômeno que ignora ou minimiza seus aspectos políticos – aliás, Luiz Pereira enfatiza como o processo subdesenvolvimento-desenvolvimento é eminentemente político, embora esteja radicado na economia. Outro problema apontado pelo autor são as interpretações que atribuem como principal característica das sociedades subdesenvolvidas o fato de possuírem uma estrutura social dual.

Relacionada ao tema do subdesenvolvimento está reflexão sobre a urbanização sociopática na América Latina. O processo de urbanização nas sociedades periféricas tem por característica, nos seus primórdios, ser marcadamente intersticial. A passagem da urbanização de tipo intersticial para a urbanização generalizada – consequência da etapa contemporânea -, realiza-se a partir de uma série de mudanças entre os setores, regiões e classes sociais.

O processo de urbanização generalizada é garantido no âmbito cultural pelo *efeito demonstração*. O inconformismo da população das regiões periféricas neste processo leva ao aumento da pressão exercida nos sistemas político, econômico e social. As debilidades do desenvolvimento não permitem a assimilação das demandas do “homem comum” e acarretam na radicalização do conflito social. Devido às dificuldades em suavizar a pressão exercida as soluções autoritárias acabam sendo recorrentes na América Latina.

Isto posto, dedicaremos as últimas linhas desta dissertação a comentar a relação entre obra e a trajetória do autor, dentro do processo social no qual estava inserido. Acreditamos ter demonstrado como a trajetória de Luiz Pereira pode ser interpretada como o produto de uma sociedade em transição e que sua obra buscou interpretar justamente as mudanças sociais decorrentes destas transformações, seus limites e possibilidades.

Pensamos que Luiz Pereira foi um professor e um intelectual inserido num processo de mudança social complexo e profundo, ou melhor, numa revolução burguesa marcada por especificidades, dentre estas, a de ser uma revolução distendida no tempo, politicamente conservadora e sujeita a aceleração dos processos econômicos e sociais. A ausência de ruptura histórica caracterizaria este movimento de transformação social como uma revolução dentro da ordem.

Dentre os trabalhos analisados nesta dissertação, tanto nas suas obras de educação, como nas de temática do desenvolvimento, a mudança social está sempre em questão. Pensamos que sua reflexão era criada justamente no sentido de elaborar um diagnóstico preciso das situações estudadas, por este ser fundamental para entre outras coisas, fomentar ações sociais e políticas adequadas, visando a própria mudança social.

Portanto, é um pensamento posicionado politicamente, no sentido de aprofundar a própria “revolução dentro da ordem”, todavia, objetivando a modernização e a democratização da vida social na qual o “homem comum”, consciente ou inconsciente de sua força social e da sua capacidade de negação, possa se realizar elevando a vida e o conflito social a um patamar superior, a uma sociedade desenvolvida e democrática.

REFERÊNCIAS

- ALDROVANDI, Alcides. **A Vila e seus Vilões: a História de um Bairro**. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP), 2009.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Editora Graal. 6ª Edição. 1992.
- ARRUDA, Maria Arminda Nascimento. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a 'escola paulista'. In: MICELLI, Sérgio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. v.2. São Paulo: Sumaré, 1995. p.107-231.
- AZEVEDO, Fernando de. **Sociologia Educacional**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1951.
- BAHIA, Bruno Cardoso de Meneses. **Luiz Pereira: Profissionalização docente e educação**. Dissertação de mestrado em educação. UFRJ. 2011.
- BARBOZA FILHO, Rubem. **A modernização Brasileira e nosso pensamento político**. In: Revista de Ciências Sociais. V. 37. UNESP. SP. Janeiro-Junho de 2010. p.15-64.
- BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO. Fernando; LOUREIRO. Maria Rita; Rego. José Márcio. **Conversas com Sociólogos Brasileiros**. Editora: 34. 1ª Edição. São Paulo, 2006.
- BASTOS, Elide Rugai. **O Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista**. In: MICELLI, S. (ORG.) O que ler na Ciência Social Brasileira, 1970-2002. ANPOCS. SP. Editora Sumaré, Brasília: CAPES, 2002. v.4 p. 183-230.
- BILAC, Maria Beatriz Bianchini. TERCI, Eliana Tadeu. **Piracicaba – De Centro Policultor a Centro Canavieiro (1930-1950)**. MB Editora. Piracicaba/SP. 2001.
- BOAS, Gláucia Villas: **Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- BOTELHO, André. LAUHERTA, Milton. **Interpretações do Brasil, Pensamento Social e Cultura Política: Tópicos de uma necessária agenda de investigação**. In: Perspectivas – Revista de Ciências Sociais. V. 28. UNESP. SP. Julho-Dezembro de 2005. p.7-15.
- _____. **Pensamento Brasileiro, linguagens e linhagens**. IN: Perspectivas – Revista de Ciências Sociais. V. 37. UNESP. SP. Janeiro-Junho de 2010. p.7-14.
- BOMENY, Helena. **Os intelectuais da Educação**. Editora Jorge Zahar. Rio De Janeiro. 2001.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens de Pensamento**.
[HTTP://WWW.SCIELO.BR/PDF/DADOS/V48N2/A01V48N2. PDF](http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n2/a01v48n2.pdf). Acessado em
[14/08/2012](#).

CAMPOS, Arlêta Nóbrega Zelante Maryssael de. **A Escola Normal Paulista: Acertos e Desacertos**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo. 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 7ª Edição. Editora: LTC. Rio de Janeiro, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. Editora: DIFEL. SP.1962.

_____. **Empresário industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil. São Paulo**: Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1972.

CASTRO, Conrado Pires de. **Desenvolvimento na Sombra e nas Sobras: Ensaio Sobre a Trajetória Intelectual de Luiz Pereira (1933-1985)**. Tese de doutoramento. Departamento de sociologia do IFCH da UNICAMP. Campinas/SP. 2009.

_____. **Luiz Pereira e sua circunstância - Entrevista com José de Souza Martins**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 1. 2010.

CASTRO, Débora Cardia de. Sociologia Aplicada: **A experiência dos intelectuais do DIEESE e do CESIT**. Dissertação de Mestrado. UNESP/Araraquara. SP.

CARVALHO, José Murilo De. **Cidadania no Brasil**. Cap. 2, 3 e 4. Editora Civilização Brasileira. São Paulo. 2001.

CORRÊA, Ana Maria Martinêz (ORG) **Unesp – 30 Anos: Memórias e Perspectivas**. Editora Unesp. São Paulo. 2006.

FERREIRA, Márcia dos Santos. **O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (1956-1961)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da USP. São Paulo. 2001.

FERNANDES, Florestan. **A revolução Burguesa no Brasil**. Editora: Guanabara. 3ª Edição. Rio de Janeiro, 1987.

_____. **Economia e sociedade no Brasil – Análise sociológica do subdesenvolvimento**. FFCL-USP. CESIT. SP. 1962.

_____. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Editora: Zahar. RJ. 1972.

_____. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** Vol. I. Editora Ática. 3ª Edição. São Paulo. 1978.

_____. **A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento.** 2a ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **A sociologia numa era de revolução social.** Editora: Zahar. 2ª Edição. Rio de Janeiro, 1976.

_____. **Educação e Sociedade no Brasil.** Dominus Editora. São Paulo, 1966.

_____. **Luta em Surdina.** In: Que tipo de República? Editora Brasiliense. São Paulo. 1986. P. 238-243.

FORACCHI, Marialice M. (ORG.) **Karl Mannheim: Sociologia.** (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 25). São Paulo: Ática, 1982.

FORACCHI, Marialice M. PEREIRA, Luiz. (ORG.) **Educação e Sociedade.** 4ª Edição. São Paulo. Editora Nacional. 1969.

FONSECA, Paulo Guimarães. **Discurso à primeira turma de licenciados da FFCL.** 1964.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** Editora: Nacional. 14ª Edição. São Paulo. 1976.

GILENO, Carlos Henrique. **O Pensamento Jurídico e Social de Perdigão Malheiro: Escravidão, Liberdade Civil e Liberdade Política. In: Pensamento Brasileiro – Atores e Ideias.** 1ª Edição. Editora. Cultura Acadêmica. Araraquara/SP. 2012.

HLADUN, Natália. **Um sociólogo na educação: Luiz Pereira, o homem, sua vida e obra.** Dissertação de Mestrado em Educação, arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2002.

HOBSBAWN, Erick J. **Era dos Extremos: O Breve Século XX.** Cap. 3 – “Rumo ao Abismo Econômico”, Cap. 4 – “A Queda do Liberalismo” e Cap. 9 – “Os anos Dourados”. São Paulo: Companhia das Letras. 1995. p. 90-143, 253-281.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** Editora. Cia das Letras. SP. 26^A Edição. 1995.

IANNI, Octávio. **Teorias de Estratificação Social.** Editora: Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1972.

_____. **Estado e Capitalismo**. Editora: Brasiliense. 2ª Edição, 1989.

_____. **As metamorfoses do escravo**. Editora: DIFEL. SP. 1962.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Mémória de um percurso: as Ciências Sociais em Araraquara**. Palestra apresentada no evento de comemoração dos 30 anos do curso de Ciências Sociais.

LAHUERTA, Milton. **Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil**. Cadernos AEL, n.14-15. IFCH, Unicamp, 2001.

_____. **Em busca da formação social Brasileira – Marxismo e vida acadêmica**. In: Perspectivas – Revista de Ciências Sociais. V. 28. UNESP. SP. Julho-Dezembro de 2005. p.157-186.

LAMONIER, Bolívar. **Formação de um pensamento político autoritário na primeira república: uma interpretação**. In: História Geral da Civilização Brasileira. Dir. de Bóris Fausto. Tomo III. 2 vol. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977. p. 344-374.

LOPES, Juarez R. Brandão. **Sociedade Industrial no Brasil**. Editora: Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1964.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**. 8ª Edição. Editora Melhoramentos. 1963.

MASCARO, Carlos Corrêa. **O ensino normal no estado de São Paulo**. FFCL-USP.1956.

MANNHEIM, Karl. **Liberdade, Poder e Planificação democrática**. Editora Mestre Jou. São Paulo. 1972.

_____. **Ideologia e Utopia**. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 1968.

MARX, Karl. **O Capital: o processo de produção do capital**. Livro I. Editora Difel. 10ª Edição. São Paulo. 1985.

_____. **O Capital: o processo de produção do capital**. Livro II. Editora Difel. 10ª Edição. São Paulo. 1985.

MEDINA JR, Clodoaldo. **Histórias do TECA –Teatro Experimental de Comédia de Araraquara**. São Paulo. Araraquara. 2012.

MERTON, Robert K. **Sociologia: teoria e estrutura**. Editora Mestre Jou. São Paulo. 1ª Edição. 1970.

MILLS, C. Wright. **A Imaginação Sociológica**. 4.^a Edição. Editora: Zahar. Rio de Janeiro, 1965.

NASCIMENTO, Alessandra Santos. **Fernando Azevedo, institucionalização da sociologia e modernização do Brasil**. In: Revista de Ciências Sociais. V. 37. UNESP. SP. Janeiro-Junho de 2010. p.163-190.

NETTO, Samuel Pfromm. **Dicionário de Piracicabanos**. Verbetes Sud Menucci – p. 354, 355, 356 -, e Luiz Pereira – p. 425. Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP). São Paulo. 2013.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. In: MICELLI, S. (ORG.) O que ler na Ciência Social Brasileira, 1970-2002. ANPOCS. SP. Editora Sumaré, Brasília: CAPES, 2002. v.4. p. 352-437.

PEREIRA, Celso. PEREIRA, Zilda. **Entrevista sobre Luiz Pereira e sua família**. Entrevistador: Carlos Alexandre Will Ludwig. Piracicaba 29/01/2015

PEREIRA, José Carlos. **Estrutura e expansão da indústria em São Paulo**. Editora: Companhia Editora Nacional. SP. 1967.

PEREIRA, Luiz. **Trabalho e Desenvolvimento no Brasil**. Editora: Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1965.

_____. **Anotações Sobre o Capitalismo**. Editora: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. São Paulo, 1977.

_____. **Capitalismo: Notas Teóricas**. Editora: Livraria Duas Cidades. São Paulo, 1977.

_____. **A Escola Numa área Metropolitana**. Editora: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. São Paulo, 1967.

_____. **Estudos Sobre Brasil Contemporâneo**. Editora: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. São Paulo, 1971.

_____. **O Professor Primário Metropolitano**. Edição: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1963.

_____. **O Magistério Primário Numa Sociedade de Classes**. Livraria Pioneira Editora. São Paulo. 1969

_____. **Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento**. Editora: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. São Paulo, 1970.

_____. **Necrológico - Jornal de Piracicaba, 07 de Julho de 1985.**

_____. Conselho Estadual de Educação. **Câmara do Ensino Superior. Processo No. 274/63. Arquivos de Luiz Pereira.** Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara.

_____. **Câmara do Ensino Superior. Processo No.11/59. Arquivos de Luiz Pereira.** Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara.

_____. **Memorial Acadêmico apresentado para o concurso de Professor Adjunto na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.** São Paulo, FFLCH, 1972.

PEREIRA, João Luiz Pereira. **Necrológico - Jornal de Piracicaba, 16 de Setembro de 1969.**

PERES, Maria Thereza Miguel. Piracicaba: Imagens da Modernidade na Década de 1950. In: TERCI, Eliana Tadeu (ORG). **O Desenvolvimento de Piracicaba: História e Perspectivas.** Editora Unimep. Piracicaba/SP. 2001. PP.85-127.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais.** Editora Martins Fontes. São Paulo. 1ª Edição. 1977.

PRADO JR, Caio. **O estruturalismo de Levy Strauss; O marxismo de Louis Althusser.** Editora Brasiliense. São Paulo. 1971.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia.** 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Evolução Política do Brasil – Colônia e Império.** Editora. Brasiliense. 21ª Edição. SP. 2001.

RAMOS, Pedro. História Econômica de Piracicaba (1765-1930): Particularidades do Complexo Canavieiro Paulista. In: TERCI, Eliana Tadeu (ORG). **O Desenvolvimento de Piracicaba: História e Perspectivas.** Editora Unimep. Piracicaba/SP. 2001. PP. 57-85.

RIBEIRO, Núbia. **Intelectuais, padrões de cientificidade e a escola como objeto de estudo: O lugar da produção e a produção do lugar em Luiz Pereira.** Tese de doutoramento em Educação. PUC/SP. 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** Editora Vozes. 37ª Edição. Petrópolis/RJ. 2012

SARTRE, Jean Paul. **Questão de Método.** Coleção Os Pensadores. Editora: Abril. 1ª Edição. São Paulo. 1973. p.115-205.

_____. **A conferência de Araraquara.** Editora Unesp. São Paulo. 2ª Edição. 2005.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** 1ª Edição. Editora Autores Associados. Campinas/SP. 2007.

SOUZA, José Maria Viana de Souza. **Araraquara – 212 anos de história.** Editora Compacta. São Carlos/SP. 2003.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo (1930-1964).** Editora Paz e Terra. 7ª Edição. 2007.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno.** Editora Companhia das Letras. São Paulo. 1996.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas.** Editora Livraria Duas Cidades. São Paulo. 1977.

TELAROLLI, Rodolpho. **Para uma História de Araraquara (1800-2000).** Editora Cultura Acadêmica. Araraquara/SP. 2003.

THOMPSON, E. P. **A miséria da Teoria ou, um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser.** Editora Zahar. RJ. 1981.

TERCI, Eliana Tadeu. Liberalismo e Conservadorismo na Urbanização da Piracicaba Antiga. In: TERCI, Eliana Tadeu (ORG). **O Desenvolvimento de Piracicaba: História e Perspectivas.** Editora Unimep. Piracicaba/SP. 2001. PP. 17-57.

VAIDERGORN, José. **As Seis Irmãs: as FFCL do interior paulista.** Editora Cultura Acadêmica. Araraquara/SP. 2003.

VELHO, Otávio Guilherme. **Processos sociais no Brasil pós-64: as Ciências Sociais.** In: SORJ, Bernardo. & ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. (ORGS.) Sociedade e política no Brasil pós64. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 240-261.

WEBER, Max. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Editora Ática. São Paulo. 1978

WEFFORT, Francisco C. **Formação do Pensamento político Brasileiro.** Ideias e Personagens. Editora Ática. São Paulo. 1ª Edição. 2006.

Ludwig, Carlos Alexandre Will

A revolução dentro da ordem: uma interpretação da sociologia de Luiz Pereira (1933-1985). / Carlos Alexandre Will Ludwig – 2015

156 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno

1. Pereira, Luiz. 2. Mudança social. 3. Escola Paulista de Sociologia. 4. Pensamento político e teoria social no Brasil. 5. Educação e desenvolvimento. I. Título.